



Carla Moreira Cerqueira de Santana

**A Participação de adolescentes no
processo de desligamento do acolhimento
institucional e o direito à convivência
familiar e comunitária**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Irene Rizzini

Rio de Janeiro
Abril de 2019



Carla Moreira Cerqueira de Santana

**A Participação de adolescentes no
processo de desligamento do acolhimento
institucional e o direito à convivência
familiar e comunitária**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada
pela Comissão Examinadora abaixo.

Prof.^a Irene Rizzini

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof. Antônio Carlos de Oliveira

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof.^a Danielle do Val Santa Bárbara

Santa Bárbara (Secretaria DS e prof.^a da UNIFOA)

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Carla Moreira Cerqueira de Santana

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal Fluminense, em 1996. Em seguida, cursou pós-graduação (*lato sensu*), no Curso de Especialização em Psicopedagogia na UNIGRANRIO, em 1997, e curso de especialização em Violência Doméstica na Universidade de São Paulo/SP, em 2002. Preceptora no projeto do PETSaúde de tecnologia de cuidados no SUS, desenvolvido pelo IFRJ. Coautora do artigo publicado no livro “Tecnologias de Cuidados no SUS”, organizado pelas professoras Janaína Dória Líbano Soares e Susana Engelhard Nogueira. Participou de vários eventos direcionados aos temas das políticas públicas, psicologia social e proteção integral. Atua como psicóloga no CREAS, Centro de Defesa da Criança e Adolescente, e em instituição de acolhimento, no atendimento de crianças e adolescentes.

Ficha Catalográfica

Santana, Carla Moreira Cerqueira de

A participação de adolescentes no processo de desligamento do acolhimento institucional e o direito à convivência familiar e comunitária/ Carla Moreira Cerqueira de Santana; orientadora: Irene Rizzini – 2019.

152f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Acolhimento Institucional; 3. Adolescentes; 4. Participação; 5. Processo de desligamento. I. Rizzini, Irene. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico este trabalho a todos os adolescentes, que com suas histórias de discriminação, de violência e de abandono me motivaram a buscar aperfeiçoamento teórico e, muito mais do que isso, enriqueceram minha prática profissional e me fizeram também ser uma contadora de histórias. Histórias de sofrimentos que se relacionam ao seu gênero, à sua cor, ao seu lugar econômico e social, à sua cultura, sendo tantas vezes excluídos daquilo que lhe é de direito, mesmo já tendo sido instituído. Suas histórias são ainda de superação e de conquistas. Agradeço-lhes por me permitirem sonhar junto com vocês e acreditar que é possível desenvolver um trabalho no qual vocês são os protagonistas.

Agradecimentos

À minha orientadora, Irene Rizzini, que com sua generosidade me permitiu viver intensamente a construção desta dissertação, com doses generosas de emoção e arte.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À minha família, que sempre acreditou em meu potencial, ao meu pai, José Carlos Cerqueira, que mesmo não estando mais entre nós deixou, em mim, a arte de contar histórias e também acreditar na educação como a única forma de uma família de origem humilde como a nossa, sobreviver num sistema opressor. À minha mãe, Elza Moreira Cerqueira, que, quando penso não ser possível alcançar determinado objetivo, coloca-se com toda a sua vitalidade, fortalecendo-me e não deixando eu desistir.

Ao meu marido, Marcos Passos de Santana, por cada abraço e aconchego dado nos momentos mais difíceis nessa jornada, que foi fazer este mestrado. Ao meu filho Bruno, que compreendeu cada ausência exigida pelo estudo, o que deixou esta tarefa mais leve. À minha enteada, Sara Luciene, que apesar de chegar há pouco tempo contribuiu, dividindo a tarefa de cuidar de cada um de nós com carinho.

Aos meus irmãos, em especial, à Margaret, que revisou em alguns momentos os textos produzidos para a elaboração desta dissertação, mesmo não tendo afinidade com o objeto de estudo.

Às minhas diretoras, Daniele Torres e Mara Branco, por me permitir, primeiro, realizar este estudo e, em segundo lugar, por acreditar no trabalho que está sendo desenvolvido nesta unidade de acolhimento. Por cada emoção compartilhada, por cada olhar, que refletia o afeto pelas conquistas de cada adolescente.

À minha amiga, Cristiane Oliveira, que me levou para este universo de conhecimento e de desafio que é trabalhar no serviço de acolhimento institucional de adolescente, quando era diretora da Unidade de Reinserção Social Bangu, me contagiando com seu entusiasmo.

À professora Susana Engelhard, docente do Instituto Federal do Rio de Janeiro, pelo incentivo a buscar aprofundar meus conhecimentos e em acompanhar minha trajetória acadêmica neste mestrado.

Às assistentes sociais, que fizeram parte da minha trajetória profissional, com sua paixão pelo serviço social incentivaram a ampliar meu conhecimento nesta área, que proporcionou completude a minha atuação como psicóloga.

Às companheiras de trabalho, Teresa Cristina e Giovana Diniz que compartilharam muito mais que conhecimento, mas possibilidade de crescimento pessoal e profissional em cada projeto realizado.

Ao professor Antônio Carlos de Oliveira, pela confiança, pelo carinho e dedicação que me acolheu como estagiária de docência, compartilhando seu conhecimento e incentivando a busca de novos e promissores horizontes.

Aos meus colegas de trabalho, que trazem e abraçam as ideias e inovações que podem ser implantadas na instituição de acolhimento, possibilitando que o espaço institucional seja de construção de conhecimento.

Às minhas companheiras de mestrado, em especial, a Eliane Gomes, amiga confiante, que ofertava a “carona” com o propósito de termos mais tempo juntas e, assim, discutimos sobre nossos objetos de estudo, sobre nossas certezas e incertezas. Momentos eternizados nas lembranças boas que o mestrado nos deu.

A cada adolescente que aceitou fazer parte dessa empreitada que foi a realização dessa pesquisa, com a consciência de que sua contribuição poderá fortalecê-lo como sujeito de direito.

A todas essas pessoas que me ajudaram de forma muito significativa na construção desta dissertação e no meu posicionamento, tanto profissional como o de sujeito social. A vocês, o meu carinho e minha admiração registrada neste trabalho acadêmico, que me possibilitou alimentar o interesse pelos estudos, pela pesquisa social e práticas inovadoras, ou seja, a arte de reinventar a minha prática.

Resumo

Santana, Carla Moreira Cerqueira de; Rizzini, Irene. **A participação de adolescentes no processo de desligamento do acolhimento institucional e o direito à convivência familiar e comunitária.** Rio de Janeiro, 2019, 151p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa visa refletir sobre a participação do adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional, como um direito à convivência familiar e comunitária. No estudo, considerou-se o sentimento de pertencimento dos adolescentes como fator diferencial para que este processo seja construído e vivido junto com os mesmos. Entendemos que este processo se dá por meio da escuta atenta dos adolescentes, sendo pautado nos princípios dos direitos humanos, nos quais são reconhecidos como pessoas que têm direitos e acesso a estes por meio de sua participação. A análise possibilitou evidenciar o compromisso do labor institucional com o adolescente acolhido, respeitando seu direito de participação no processo de acolhimento, incentivando sua autonomia, bem como seu sentimento de pertencimento, como elementos fundamentais para o desligamento institucional. A pesquisa, de natureza qualitativa, foi realizada na Unidade de Reinserção Social Bangu (URS Bangu). A coleta de dados foi feita por meio de observação participante e registros sistemáticos em diário de campo sobre o cotidiano dos adolescentes na instituição. A pesquisa foi complementada com oficinas e grupos focais, focalizando a participação dos adolescentes no processo de desligamento institucional. Esta dissertação articula um tema de grande importância acadêmica com o debate em políticas públicas, visando contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o direito à convivência familiar e comunitária e o processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional.

Palavras-chave

Acolhimento Institucional; Adolescentes; Participação; Processo de desligamento.

Abstract

Santana, Carla Moreira Cerqueira de; Rizzini, Irene (Advisor). **The participation of adolescents in the process of disengagement from institutional care and the right to family and community life**. Rio de Janeiro, 2019, 151p. Dissertação de Mestrado — Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research aims to reflect on the participation of the adolescent in the process of detachment of institutional care, as a right to family and community coexistence. In the study, the adolescents' sense of belonging was considered as a differential factor for this process to be constructed and lived along with them. We understand that this process occurs through the attentive listening of adolescents, based on the principles of human rights, where they are recognized as persons, who have rights and access to them through their participation. The qualitative research was carried out at the Bangu Social Reinsertion Unit (URS Bangu). The data collection was done through participant observation and systematic records in field diary about the daily life of adolescents in the institution. The research was complemented by workshops and focus groups, focusing on the participation of adolescents in the process of institutional disengagement. The analysis made it possible to highlight the commitment of the institutional work with the adolescents, respecting their right to participate in the reception process, encouraging their autonomy and building a sense of belonging. These are fundamental elements for the process of institutional detachment and for their insertion in the world. This dissertation articulates a topic of great academic importance with the debate in public policies, aiming to contribute to the deepening of the knowledge about the right to family and community coexistence and the process of detachment of adolescents in institutional care.

Keywords

Institutional Care; Adolescents; Participation; Detachment of Institutional Care.

Sumário

1.	Introdução	13
1.1.	Apresentação da proposta de estudo	21
2.	Adolescência, acolhimento, participação	25
2.1.	Adolescência e juventude: só <i>uma fase</i> , será?	25
2.2.	Adolescente no serviço de acolhimento: a condição de sujeito de direito	30
2.3.	A participação do adolescente no processo de desligamento institucional	42
2.4.	A importância do pertencimento no processo de desligamento institucional: quem sou? De onde venho? Para onde vou?	46
2.5.	O acolhimento tem cor, raça e classe social: o que dados dizem sobre o acolhimento	51
2.6.	Contexto psicossocial	57
2.7.	A convivência familiar e comunitária: afinal, pode não ser morar com a família?	60
3.	Considerações sobre a metodologia	69
3.1.	Trajatória metodológica: o processo para desenvolvimento da pesquisa	69
3.2.	Unidade de Reinserção Social Bangu: que lugar é este?	81
4.	<i>Papo reto</i> : “Tia, se não estivesse no abrigo estaria morto”. Conversando com os adolescentes sobre sua vivência no acolhimento e sua participação no processo de desligamento institucional	94
4.1.	A participação no cotidiano Institucional	96
4.2.	Desafio da construção de autonomia <i>versus</i> o tutelamento institucional	104
4.3.	Espaço de Escuta	111
4.4.	Preparação para vida fora da instituição: um caminho que se faz junto	116

5.	Considerações finais	128
6.	Referências bibliográficas	132
7.	Apêndices	142
7.1	Termo de Assentimento para Adolescentes	142
7.2	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional junto a crianças e adolescentes	145
7.3	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Coordenadores e equipe profissional	149

Lista de siglas

CAC	Casa de Acolhida e Cidadania
CAPSI	Centro de Apoio Psicossocial (Infanto-juvenil)
CASDH Humanos	Coordenação de Assistência Social e Direitos
CONANDA Adolescente	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
CONAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CIESPI/PUC-Rio	Centro Internacional de Estudos e Pesquisa sobre Infância, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNE	Cientista do Nosso Estado
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
CREAS Social	Centro de Referência Especializado da Assistência
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FACO	Família Acolhedora
FAPERJ Janeiro	Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de
FEBEM	Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor
FIA	Fundação para infância e Adolescência
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MCA	Módulo Criança e Adolescente
NIAPE	Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades

NACA	Núcleo de Atenção à Criança e Adolescente Vítimas de Violência Doméstica
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNCFC	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PUC	Pontifícia Universidade Católica
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
REDE SAC	Rede de Serviços de Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SDH República	Secretaria dos Direitos Humanos e da Presidência da República
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SMDSDH Direitos Humanos	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
SPDCA do Adolescente	Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUBPSE	Subsecretaria de Proteção Especial
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URS	Unidade de Reinserção Social
USP	Universidade do Estado de São Paulo
VIJI	Vara da Infância, Juventude e Idoso

1 Introdução

O ponto central desta pesquisa foi analisar a participação de adolescentes no processo de desligamento do acolhimento institucional, como um direito à convivência familiar e comunitária.

Para tanto, crianças e adolescentes precisam ser considerados sujeitos de direito¹, deste modo, serem aptos ao pleno exercício de sua cidadania de maneira a participar, integrar, opinar e protagonizar as ações e debates que dizem respeito aos seus próprios direitos. Este reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é resultado de um processo historicamente construído, marcado por transformações ocorridas no Estado, na sociedade e na família. E encontra-se expresso nos marcos legais, como o Estatuto da Criança e Adolescente, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. São normativas que incorporam, na sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”.

É importante ressaltar que as inquietações que inspiraram esta pesquisa foram enquanto psicóloga de uma unidade de reinserção social. E a partir deste lugar, como pesquisadora, eu propus analisar a participação do adolescente em seu processo de desligamento institucional, com a perspectiva da reinserção familiar e comunitária. A pesquisa foi realizada nesta unidade de reinserção social, que pertence a rede pública municipal. Ela está situada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, em Bangu, denominada URS Bangu e atende 14 adolescentes do sexo masculino, com idade de 12 a 18 anos incompleto.

A realização de pesquisa no campo do acolhimento institucional apresentam algumas dificuldades tais como: promover o acompanhamento após a reinserção de

¹ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz, nos seus artigos 3º; 15 e 16, a ideia da criança e do adolescente como sujeitos de direito. Assim como o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC).

crianças e adolescentes; a precariedade estrutural das instituições; os vínculos trabalhistas fragilizados; a má gestão do Poder Público Municipal; a dificuldade de participação dos adolescentes acolhidos no cotidiano institucional. Estão entre os pontos de fragilidades que precisam ser superados para que se possa ofertar serviços de qualidade para esta população.

No percurso da pesquisa, alguns autores foram referência como: Irene Rizzini, Naiff, Milnitsky-Sapiro, Batista (2007); Siqueira, A.C e Massigman, L.T, Dell'aglio (2011); Vogel e Mello (1991); Paulo Cesar Carrano (1999); Pais (1990). E também a tese de doutorado de Adriana Alice Gomes (2017) e as dissertações de mestrado de Rodrigo Costa (2016); Livia Fernandez (2016) e de Paula Petrelli de Abreu (2016).

Esta pesquisa também teve como um de seus objetivos compreender a importância do sentimento de pertencimento, não só no processo de desligamento institucional, mas pelo fato de como o sentimento de pertença impacta na vida do adolescente, o que influenciará na forma que ele se inserirá no mundo.

O pertencimento diz respeito aos laços familiares, a ser membro de uma dada sociedade, dentre outras relações que vão se estendendo com o estabelecimento de vínculos, referências e valores. Desta forma, este sentimento vai se constituindo em um processo interno, graças à oportunidade de contar suas histórias para alguém que as acolhe e, assim, eles podem ressignificá-las saindo da repetição, da revitimização.

Além do núcleo familiar, diversos outros grupos também se apresentam como capazes de dar conta do sentimento de pertença e da função de suprir uma necessidade de continência das angústias e servir como base para o desenvolvimento de um aparelho psíquico² que possa, inclusive, ser continente³ para outros. A instituição pode oferecer o suporte e a segurança necessários para

² Aparelho psíquico ou somente psique, é o nome dado ao método estrutural proposto por Freud. Primeiramente foi dividido em inconsciente, pré-consciente e consciente, o que posteriormente foi modificado e dividido em três elementos que unidos trabalham nas ações e reações, o Id, Ego e Superego (Laplanche, 1970).

³ Esse termo, por sua vez, de acordo com a sua etimologia latina (*continere* = conter), designa uma condição pela qual a mãe consegue, não só acolher e permitir que as cargas projetivas do filho penetrem dentro dela, como ainda alude a outras funções que processam o destino dessas projeções (Laplanche, 1970).

uma reestruturação psíquica e afetiva após a perda da família de origem, construindo com o adolescente uma relação de confiança.

Nesta perspectiva, o ECA e o PNCFC determina que as instituições de acolhimento devem garantir, não só a estrutura física adequada para o acolhimento, mas também um espaço para que se estimule o desenvolvimento saudável. E sinalizam que o afastamento familiar pode gerar repercussões negativas para desenvolvimento dos adolescentes. Portanto, precisam ser serviços de qualidade, que assegurem as condições mínimas de desenvolvimento. Sendo assim, os serviços de acolhimento não são necessariamente nocivos ou prejudiciais, pelo contrário, têm o potencial de minimizar o impacto do abandono ou afastamento familiar por meio de experiências que possam dar novos significados a acontecimentos da vida destes adolescentes.

Os depoimentos que foram escritos nesta dissertação trazem a importância da escuta, e ainda a possibilidade de poderem ouvir suas próprias histórias num processo dialético. A instituição de acolhimento nesta concepção deve oferecer uma “base segura”, a partir da qual os adolescentes possam explorar a si mesmos e estabelecer vínculos consistentes.

De acordo com Altoé (2010), uma das funções do cuidador/educador é encorajá-los a examinar as situações nas quais se encontram e ajudá-los a perceberem suas próprias reações e emoções, assim como, a capacidade de tomar decisões sobre si mesmos. São referências estáveis, que funcionam como continente para aqueles que serão desligados em função da maioria. O depoimento a seguir ilustra este momento:

“(...) Eu consegui muita coisa aqui. Consegui vê as coisas de outra forma. Tive que me controlar, não agredir o outro quando me sentia ofendido. Aprender a me superar. Caminhei muito aqui dentro do abrigo com vocês (técnicas e direção), com os educadores, com as cozinheiras, com os outros adolescentes. Cada um (adolescente) que foi embora e que chegou me ensinou alguma coisa. Consegui vê as coisas de outro jeito. Agora estou quase saindo (silêncio. A voz embarga num choro contido). Não conseguia ir para a escola e depois de muito tempo sem frequentar (mais ou menos um ano) retornei e a professora me chama para conversar. E consigo dizer a ela que é muito difícil voltar depois de está longe

tanto tempo. E ela disse que entende e vai me ajudar. Antes eu teria fugido. Agora consigo enfrentar, olhar e saber que não estou sozinho(...)”.

Ainda que a instituição de acolhimento seja apenas um lugar de passagem, os adolescentes farão o movimento de conservarem as referências institucionais, levando-as consigo ao sair. É um apoio simbólico que permite ter alguma base sobre a qual poderá emergir suas próprias potencialidades, e contribuir para que os impasses da vida sejam atravessados da melhor forma possível. Saber que haverá algo de significativo a ser levado pode diminuir o sentimento de desamparo⁴.

A dinâmica institucional pode minimizar a rigidez das marcas de suas histórias familiares e sociais, acolhendo-as e possibilitando que o adolescente dê outro significado a fim de poder usar as experiências em outras situações. Mas para isso, é necessário compreendê-los a partir de suas subjetividades e experiências anteriores, considerando-os como seres falantes, que estabelecem relações, com a família de origem, com a comunidade à sua volta, e com as pessoas que circulam pelo ambiente institucional.

O engajamento que vai sendo construído e fortalecido durante todo o período de acolhimento, não tem como objetivo apenas, o desligamento institucional, mais impacta em outros lugares de sua vida como: na escola; nos espaços de convivência que frequentam; na família; e no trabalho. Para que esse engajamento se efetive é importante que o profissional (técnico ou educador) não tenha resposta para tudo, pois é diante da impotência que o adolescente pode chegar a falar em nome próprio. Desse jeito, o educador ou o técnico dão a oportunidade ao adolescente de desenvolver, e de pertencer a algum lugar. Este lugar que foi autorizado por esse educador (Altoé, 2010).

Sendo assim, a proteção e a segurança proporcionadas pela instituição de acolhimento não devem ser vistas como oposição ao mundo exterior exageradamente assustador, marcados por riscos e ameaças. Mais sim, como forma

⁴ O sentimento de desamparo aparece já nas primeiras experiências da vida, como resultado da incompletude do organismo, de sua necessidade de realizar trocas com o mundo e da extrema dependência da ajuda de outros (Laplanche, 1970).

de adquirir autonomia⁵, reunir e organizar recursos para sobrevivência. Os adolescentes precisam estar cientes dos possíveis enfrentamentos sem se tornarem descrentes dos próprios potenciais e capacidades de construir experiências positivas fora do espaço institucional.

A política de acolhimento institucional prioriza a convivência familiar e compreende que a institucionalização consiste em uma ação excepcional e provisória, que visa à garantia do direito de proteção social integral para o acolhido até que este retorne para sua família de origem, ou seja incluído em família substituta. Porém, o que fazer quando o adolescente não tem a perspectiva de retornar à sua família de origem ou quando as propostas de intervenção não são capazes de atender as necessidades deste adolescente? Como acompanhar e dar conta da demanda da família para que ela possa receber o adolescente que retorna para casa? E em relação a reinserção comunitária dos adolescentes que irão completar a maioridade, como incluí-los em programas habitacionais e no mercado de trabalho? Por fim, como estimular a autonomia necessária para que possa realmente conviver em família e em comunidade?

Neste sentido, Siqueira (2009) afirma que a reinserção familiar são as ações que buscam promover a convivência familiar de crianças e adolescentes, afastados da família por ameaça ou violação dos seus direitos. Sendo assim, a reinserção é muito mais que só voltar para casa ou coabitar o mesmo espaço físico que a família, mas também conviver, no sentido de ter uma vida em comum, de pertencer a algum lugar, a uma família, de ser importante para alguém.

A reunificação familiar⁶ pode ser entendida não só como a reunião física de crianças e adolescentes que estavam sob cuidados de suas famílias de origem ou não, mas também abrange um entendimento mais amplo, enquanto reunificação psicológica. É o processo planejado de reconexão que se dá por meio de uma

⁵ Autonomia é um termo de origem grega, cujo significado está relacionado à independência, liberdade ou autossuficiência. “Governar de dentro para fora” (Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/>, acesso em janeiro de 2019).

⁶ Têm sido encontradas várias formas de nomear o processo de reinserção familiar, como reintegração familiar, reunificação, desinstitucionalização, retorno à família, convivência familiar (Azôr, Vectore, 2008; Siqueira, 2009; Silva, Nunes, 2004; Siqueira, Dell’Aglia, 2007).

variedade de serviços e apoio às crianças, aos adolescentes, às famílias ou a outras pessoas envolvidas (Maluccio; Ainnsworth, 2003; Pine, Spath e Gosteli, 2005).

O Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90) apresenta a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, reiterando a provisoriedade da medida de proteção de acolhimento. Assim, desde do momento do acolhimento, considera-se importante buscar o seu desligamento institucional - a reinserção familiar e comunitária. A Lei Nacional da Adoção (Brasil, 2009) estabelece o prazo máximo de dois anos de afastamento familiar. Este tempo foi reduzido pela Lei 13.509/2017 para 18 meses. Porém, a permanência de adolescentes institucionalizados ultrapassa esse tempo, tornando-se um grande desafio para os profissionais que atuam nesta área, em busca de efetivação da provisoriedade da medida de acolhimento institucional.

Segundo Fonseca (2005), muitas instituições promovem a reinserção de crianças e adolescentes em famílias que não têm condições de reassumir a parentalidade dos mesmos. E somado a isso, com o intuito de corrigir os erros das políticas de institucionalização do passado, que permitiam longos períodos de institucionalização, acabam levando a execução da política da brevidade institucional de forma equivocada, quando as peculiaridades de cada caso não são consideradas. A pressão exercida pelo mandato legal é constante, tanto sobre os técnicos da instituição de acolhimento, como em relação aos adolescentes e suas famílias para que o direito à convivência familiar e comunitária seja efetivado. E na maioria dos casos, desconsidera-se a participação da criança e dos adolescentes acolhidos institucionalmente durante o processo de acolhimento e de desinstitucionalização.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação dos adolescentes no processo de desligamento institucional, e, conseqüentemente, contribuir para o direito à convivência familiar e comunitária. Nesta perspectiva, o sentimento de pertencimento por parte do adolescente, se constitui em uma ação contínua, contribuindo para que o caminho da desinstitucionalização possa ser um processo reflexivo e não apenas para atender o protocolo da brevidade, previsto legalmente.

O documento emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente de 2009, “Orientações Técnicas”, corrobora com este posicionamento, quando define da seguinte forma o que seriam grupos de pertencimento: são “Grupos aos quais ao longo da vida uma pessoa participa (familiares, escolares, profissionais, de amizade), que são fundamentais para construção da identidade individual e social” (CONAS/CONANDA, p. 97).

Sendo assim, as relações construídas nos vários lugares (escola, família, trabalho e comunidade) vão formando vínculos, que se ligam entre si tecendo, uma “grande teia”, que os conecta à vida e contribuem para o processo de pertencimento, que fará a diferença em todo o processo de reinserção familiar e comunitária. A reinserção, então, para esse menino que se encontra nos serviços de acolhimento, é muito mais que sair da instituição de acolhimento. É sentir que faz parte de algo e que é importante para alguém.

Neste estudo, buscou-se observar a participação do adolescente no processo de desligamento institucional, por meio de ações que visavam promover autonomia e protagonismo, entendido aqui como participação dos adolescentes no cotidiano da URS Bangu. Entre as atividades que ocorrem na instituição, pode-se apontar: as escolhas dos passeios; a participação nas oficinas temáticas e nos grupos focais; nas assembleias internas, nos fóruns e conferência dos direitos da criança e do adolescente.

Deste modo, as intervenções realizadas durante o acolhimento institucional visam não só proteger crianças ou adolescentes com seus direitos violados pela ação dos pais ou responsáveis ou pela ação ou omissão do Estado. Visam também construir um caminho junto com o acolhido e sua família, priorizando a participação destes atores no processo de desinstitucionalização e, conseqüentemente, contribuir para que o acesso à convivência familiar e comunitária se efetive enquanto direito.

Outrossim, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança, pode ser considerada o principal documento legitimador do direito à participação de crianças e adolescentes, sustentando que estes sujeitos mesmo estando em

situação de acolhimento institucional, devem exercer este direito, principalmente nos aspectos referentes ao cotidiano na instituição.

Gostaria de destacar aqui algumas questões que me instigaram e que nortearam esta pesquisa: os espaços de participação promovidos na URS Bangu, cumpre um papel promotor dos direitos, ou seja, os adolescentes ali acolhidos, são considerados sujeitos de direito? Suas vozes são levadas em consideração no processo de desligamento institucional? A participação nas atividades institucionais são realmente percebidas pelos adolescentes acolhidos como algo que contribui para construir o sentimento de pertencimento e autonomia?

São questões que acompanham este estudo desde o início. Elas que podem ou não ser plenamente respondidas, contudo, espero que contribuam para o debate e para a atuação dos profissionais envolvidos com este tema.

Esta dissertação está dividida em 04 capítulos: o primeiro apresenta a proposta de estudo, traz o interesse pelo tema, as questões que fomentaram esse estudo. A relação da pesquisa como a prática profissional da pesquisadora.

No segundo capítulo, discute-se o conceito de adolescência, a cultura da institucionalização, o Direito à participação, e à convivência familiar e comunitária. Estes temas são importantes para entender o contexto do acolhimento institucional como medida protetiva, especificamente de adolescentes. Neste capítulo, também apresento o direito à convivência familiar e comunitária, e o direito à participação com enfoque na construção da autonomia e o sentimento de pertencimento, elementos importantes para a reinserção social.

O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico e o campo de pesquisa, serão abordadas as questões referentes ao tipo de pesquisa qualitativa etnográfica e aos instrumentos usados neste estudo. Além de apresentar o campo em que a pesquisa foi realizada e os atores sociais que participam da mesma.

O quarto e último capítulo apresenta a pesquisa de campo e a análise dos dados. Como se trata de uma pesquisa etnográfica, os dados foram minuciosamente descritos. Isto também possibilita que o leitor acompanhe as histórias dos adolescentes e dos atores sociais presentes neste estudo.

1.1

A proposta de estudo

Meu interesse como pesquisadora pelo tema vem de minha trajetória profissional na área da infância e da juventude, o que motivou a busca pelo conhecimento neste campo, desde 2000. A atuação como psicóloga no Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente vítimas de maus tratos (NACA/FIA) me fez buscar pós-graduação *lato sensu* em Violência Doméstica à Crianças e Adolescentes na Universidade do Estado de São Paulo (USP/SP).

Mais tarde, decidi aprofundar os estudos no campo da violação e garantia de direitos da criança e adolescente, no mestrado em Serviço Social, na linha de pesquisa *Violência, Direitos, Serviço Social e Políticas Intersetoriais*, na PUC-Rio. Meu interesse é analisar a participação dos adolescentes no processo de desligamento institucional, tendo como base a convivência familiar e comunitária.

A aproximação com o tema da violência doméstica direcionada a crianças e adolescentes provocava muitos questionamentos, e o principal deles era a escuta desses sujeitos, que, muitas vezes, era negligenciada pelos profissionais do sistemas de proteção. A voz de crianças e adolescentes precisava ser ‘validada’, pelos técnicos que tinham a atribuição de ofertar a escuta. O depoimento da criança e do adolescente era sempre questionado quanto à veracidade por aqueles que duvidavam de seus relatos e comportamentos, no que dizia respeito à violência que vivenciaram.

Portanto, durante 5 anos, busquei fortalecer meus conhecimentos nessa área, priorizando sempre a proteção da criança e do adolescente, primando pela participação destes atores. Assim como, estive atenta ao contexto familiar e social que estes sujeitos estavam inseridos.

A experiência profissional no campo da criança e adolescente foi sendo construída ao longo da minha trajetória como psicóloga, na qual tive a oportunidade de atuar como técnica no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente-São Dimas, instituição ligada à Igreja Católica e a Pastoral do Menor; do Centro de Atendimento Especializado em Assistência Social (CREAS) e; mais tarde, na

instituição de acolhimento para crianças - Casa de Acolhida e Cidadania (CAC); atualmente, na Unidade de Reinserção Social de Bangu/URS Bangu.

O ponto de partida que norteia esta dissertação consiste em questões relacionadas à participação dos adolescentes no processo de desligamento do acolhimento institucional, que foram levantadas enquanto pesquisadora e também durante o meu percurso profissional.

Sendo assim, a participação dos adolescentes acolhidos e de suas famílias é fundamental para que o acesso ao direito à convivência familiar e comunitária se constitua. Para tal, a escuta precisa ser atenta a fim de que a voz e também o silêncio, em alguns momentos, possam ser acolhidos e considerados, visando a saída do adolescente do acolhimento institucional. Este ponto é tratado por Lima (2003) ao se referir às vozes da criança e do adolescente em situação de rua – condição que tem relação com os adolescentes em foco neste estudo.

É a partir dessas falas que a criança em situação de rua se torna criança, mudando o senso comum que a enxerga como vítima ou delinquente em potencial. A observação e a escuta atentas ajudam a conhecê-las: as causas de estar na rua, a visão que ela tem do mundo, da família, da comunidade, suas motivações e competências (Lima, 2003, p.7).

Essa atuação privilegiada, como pesquisadora que atua na instituição acolhimento (URS Bangu), onde foi realizada a pesquisa de campo, contribuiu para observação do cotidiano institucional e também favoreceu a aproximação com o objeto pesquisado. O que possibilitou lançar novos olhares sobre minha prática profissional e levantar relevantes questões que culminaram na construção desta dissertação.

O processo de coleta de dados desta pesquisa foi realizado a partir da inserção ecológica, que é um método que possibilita que os participantes da investigação reconheçam a importância da seriedade de atuação nas etapas da pesquisa: “pesquisadores e pesquisados identificam-se com a realidade na qual se inserem para aprender a contar, ouvir e reconhecer as experiências e conhecimentos de si e dos outros” (Silveira, et. al. 2009).

Durante o período de realização desta pesquisa, foi possível observar como eram construídos os espaços de participação dos adolescentes acolhidos na URS Bangu e comitantemente se promovia a autonomia⁷ e o sentimento de pertença dos adolescentes. Foi possível observar também como outros atores interferem no processo de desligamento institucional, a exemplo disto estão os educadores sociais.

As observações relacionadas à participação e ao sentimento de pertencimento dos adolescentes acolhidos e dos profissionais foram realizadas nas oficinas temáticas, grupos focais e na rotina institucional. Os dados foram registrados no diário de campo. A pesquisa também contou com a transcrição de alguns depoimentos e a descrição de cenas que foram vivenciadas pelos adolescentes e pela pesquisadora, como forma de dar materialidade, e assim, contribuir para que os leitores possam “visualizar” e acompanhar o processo de análise deste estudo.

Com o propósito de melhorar a apropriação do tema sobre a participação de adolescentes no cotidiano institucional, o estudo de Gomes (2017) traz sua contribuição para esta pesquisa, pois defende o direito à participação de adolescentes na sua vida e no cotidiano institucional, tomando como base a Convenção das Nações Unidas do Direito da Criança, como documento legitimador deste direito. Além disso, destaca que o histórico no atendimento à infância e adolescência pobre no país é pautado na prática de não escuta, prevalecendo o autoritarismo, a invisibilidade desses sujeitos. Porém, desde a promulgação do ECA, em 1990, e também de novas leis e normativas que tem o objetivo de promover o direito da criança e do adolescente, as leis e normativas vêm tentando mudar esta realidade, incentivando o protagonismo destes sujeitos. No entanto, a autora aponta que o direito à participação ainda se constitui um desafio a ser superado.

Nesta mesma linha de pensamento, alguns autores vêm aprofundando os estudos a respeito desses desafios, como Maria Lúcia Gulassa (2017); Rosseti-

⁷ Autonomia é um termo de origem grega, cujo significado está relacionado à independência, liberdade ou autossuficiência. “Governar de dentro para fora”(Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/>, acesso em janeiro de 2019).

Ferreira (2011); Junqueira (2012); Antonio Carlos Oliveira e Naura dos S. Americano (2005).

Sendo assim, o protagonismo de crianças e adolescentes parte do pressuposto de que estes sujeitos têm o direito de pensar, manifestar-se e agir. Transcendendo os limites do seu entorno pessoal e familiar, influenciando nos acontecimentos de sua comunidade. Com esta postura protagonista pode-se gerar mudanças decisivas na sua realidade social, política, cultural e nas demais áreas, que encontram-se inseridos.

Isto posto, a promoção do protagonismo de crianças e adolescentes institucionalizados ou não, se constitui enquanto um grande desafio para os profissionais comprometidos com este tema. Decerto, esse protagonismo, na maioria dos casos que envolvem crianças e adolescentes, não é reconhecido por si só, necessitando do olhar do outro, ou seja, da intervenção técnica para legitimá-lo, conferindo verdade e valor.

2 Adolescência, acolhimento e participação

Neste capítulo, discutiremos o conceito de adolescência; de adolescentes em acolhimento - a cultura de institucionalização no Brasil; e da participação do adolescente no processo de desligamento institucional, tendo como base o direito à convivência familiar e comunitária.

2.1 Adolescência e juventude: *só uma fase, será?*

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º), e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). O critério etário é importante, mas não é suficiente para conceituar a adolescência, nos vários aspectos que a envolve, como veremos a seguir.

Muitos autores, como Érikson (1987), estabelecem que a principal característica da adolescência é a busca de uma nova identidade. A reestruturação e construção desta identidade tem íntima ligação com os aspectos físicos e sociais.

Para Aberastury e Knobel (1984), a identidade do adolescente é construída num processo lento e doloroso, de luto pela perda da condição de criança e da identidade infantil, retratada pelas indagações quanto a sua identidade: “Quem sou eu?”. O adolescente indaga-se também quanto a sua importância pessoal e social: “sou importante para alguém?”; “Minhas atitudes repercutem no meio em que vivo?”. Essa crise de identidade leva o adolescente ora a sentir-se adulto e pronto para assumir responsabilidades, ora a sentir-se criança, recusando-se a aceitar que está crescendo. Consequentemente, ora é tratado pelos outros como adulto, ora é tratado como criança.

A adolescência é marcada pela tomada de consciência de um novo espaço no mundo e pela entrada em uma nova realidade que produz confusão de conceitos e perda de referências e, ainda, pela configuração de uma nova autoimagem corporal. Já que, sua aparência também passou por grandes transformações. Assim, a adolescência é uma época de imaturidade em busca da maturidade, nada é estável e nem definitivo. Reformulam-se os valores adquiridos na infância e assimilam-se novos valores adquiridos pelas vivências nos diferentes grupos: amigos, escola, igreja, etc.

Diante dessa difícil tarefa de construção da identidade, os adolescentes se deparam com uma grande gama de escolhas que se apresentam diante de seus olhos: religiões, profissões, códigos morais, grupos sociais, opções políticas, além da presença maciça da mídia, que exerce forte influência sobre estes sujeitos, disseminando os modismos, apelos ao sexo e a padrões de beleza e comportamento.

O que falar então, da adolescência passada em grande parte nas instituições de acolhimento? Como as questões, que são próprias dessa idade, podem ser vivenciadas por estes meninos que estão acolhidos? Como o acolhimento institucional “permite” a vivência desta fase? Como o contexto social interfere na adolescência destes adolescentes que se encontram institucionalizados?

Pensar os desafios da adolescência em situação de vulnerabilidade social está, de um lado, para além do “pacote” trabalho, moradia, uso consciente do dinheiro e vínculos, e de outro, precisa levar em conta os modos de sustentação que estes adolescentes encontram para serem sujeitos no mundo.

O ponto central, quando falamos de adolescência e vulnerabilidade, é que há uma diferença fundamental, na medida em que há determinados aspectos e dilemas da vida que não se apresentam do mesmo jeito para todos os adolescentes. Assim, podemos dizer que quanto mais precárias as condições de vida, mais demandamos dos adolescentes que apresentem recursos para lidar com situações e problemas imensamente complexos, como por exemplo moradia, trabalho/profissão e dinheiro.

A adolescência é um tempo de mudança, de transformação, que acontece de forma intensa e turbulenta. Muda o corpo, mudam os desejos, mudam as

expectativas, muda principalmente o que se espera daqueles que eram crianças e se tornam adolescentes a meio caminho da vida adulta.

Recorrendo às anotações realizadas no início da minha atuação como psicóloga na URS Bangu, a fala de um funcionário me chamou atenção:

“adolescente que nada, se referindo a um menino acolhido de 14 anos. sabe roubar, fumar, apronta todas e agora fica aqui sendo cuidado, como um adolescente. Ainda implica com os menores e não respeita a gente.” (Educador social, 2014).

Comportamentos próprios de qualquer adolescente de desafiar a autoridade; de envolvimento com drogas (experimentação), às vezes, para serem aceito no grupo (na tribo) são percebidos como algo não permitido para estes meninos. A visão de “menores infratores” ainda está muito presente no ideário dos profissionais que estão nas instituições de acolhimento e também da sociedade.

Outro exemplo deste pensamento, ocorreu durante a visita institucional, após a solicitação da escola para que alguém da equipe técnica da URS Bangu comparecesse à unidade escolar. O motivo seria o “mau” comportamento do adolescente no ambiente escolar. Antes, porém, foi possível observar o caso que estava sendo atendido, enquanto eu aguardava minha vez. A mãe tinha sido chamada inúmeras vezes, pois o filho teria vários registros de ocorrência devido ao desrespeito e descumprimento das regras escolares, mas não tinha sido convidado a ser transferido da escola. Ao chegar a minha vez de ser atendida, o discurso foi o seguinte:

D.E⁸ – você é do abrigo?

PSI – Sim. Sou a psicóloga.

D.E – Que Bom! Esse menino não pode continuar aqui. Ele não sabe nada e não fica na sala. Além de tirar a atenção dos outros, conversando sobre coisas inapropriadas.

PSI [si do abrigo] – Como assim?

D.E – Ele fala de drogas, de favela.

PSI – Ah, sim! Da vida dele, que não é muito diferente dos outros adolescentes que estão na escola. Inclusive do menino que a senhora acabou de atender, não é? A história do menino que a senhora estava atendendo, antes do caso do abrigo,

⁸ Descrição das siglas neste diálogo: D.E - direção da escola; PSI - psicóloga da URS Bangu.

que acabei escutando por estar na mesma sala aguardando o meu atendimento. Têm muitas ocorrências?

D.E – Sim.

PSI – Ele é de instituição de acolhimento? Também foi convidado a ser transferido da unidade escolar?

D.E – Não. Mas é diferente. Ele tem família..... [*O silêncio!*].

Discursos assim são muito comuns no dia a dia dos adolescentes acolhidos. A escola não aparece nos depoimentos dos adolescentes como um espaço acolhedor, tornando-se uma grande barreira para que eles deem continuidade aos seus estudos. Aliás, é um dos maiores desafios da instituição de acolhimento manter os adolescentes na escola.

O adolescente, assim que chega ao acolhimento, é imediatamente matriculado e, inicialmente, aparenta até estar empolgado com esse novo recomeço. Porém, esse momento dura pouquíssimo. As recordações da escola não são as mais felizes, bem como as histórias de suspensões, de conflitos, de dificuldade para serem alfabetizados são frequentes. Precisam, então, ser estimulados a aprender, a reconhecer o seu potencial. Ou seja, a escola precisa acolher este adolescente que apresenta várias rupturas no processo de aprendizagem.

Alguns estudos evidenciam a necessidade de mudanças para garantir o acesso e a permanência de crianças e adolescentes em situação de rua⁹ nas instituições de ensino. Eles indicam ser preciso alterar a organização, a estrutura e as relações das escolas de modo a criar mecanismos adequados para este público. E afirma que a lógica de seriação, seletividade e avaliação, visando sempre o aluno médio, faz com que não apareça como possibilidade para aqueles que vivem na rua, impedindo o seu direito à educação. As capacidades e habilidades dessas crianças e desses adolescentes são ignoradas, mesmo que garantam a sua sobrevivência em contextos de extrema vulnerabilidade. O mesmo ocorre com sua história, cultura e linguagem (Silva, 2005).

Nesse cenário, a escola, muitas vezes, contribui reforçando que não vão aprender, não acreditam no potencial deles e os fazem acreditarem nisso também.

⁹ Na literatura sobre o tema *acolhimento de adolescentes*, usam o termo *crianças e adolescentes em situação de rua* como referência também a crianças e adolescente institucionalizados. Uma vez que, muitos destes meninos e meninas circulam entre a família, a rua e os abrigos.

Um fato que podemos perceber e que retrata essa triste realidade é o índice de analfabetismo destes adolescentes, mesmo frequentando a escola desde criança. Ao se referirem ao ambiente escolar, muitos não sabem sequer o nome da escola ou do professor, tampouco sabem responder o ano que estão cursando. O que parece sinalizar como é vista a educação para o menino acolhido, como apenas um cumprimento da lei¹⁰. A função que a escola deveria ter era de uma educação inclusiva, de reinserção social, proporcionando convivência com seus pares, além, é claro, do ensino formal, passa a ser só um direito ‘vazio’, que exclui.

Desta forma, o adolescente acolhido está novamente “fora do lugar”, sem pertencimento, não consegue permanecer na escola e acaba desistindo de estudar. Não acredita que é capaz de aprender de participar deste universo que a escola representa. Decerto, pode não ter sido alfabetizado, mas a vida o ensinou a sobreviver.

O espaço escolar ocupa maior parte na vida da criança e do adolescente, não só dos que estão em serviços de acolhimento, sendo um local de algumas manifestações próprias da idade, mas por serem adolescentes institucionalizados estes comportamentos têm um peso. São vistos, em alguns casos, como desviantes, patologizados ou até marginalizados. O que contribui para que eles tenham experiências negativas a respeito da escolarização.

A adolescência traz consigo não só a força do desenvolvimento físico, mas também questões que envolvem o comportamento, o psiquismo, o contexto social. O desafio então, para a educação, é tornar-se vital e prazerosa para estes sujeitos, resgatando neles o interesse e a curiosidade, elementos primordiais para o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, adolecer significa reformular, sua identidade - “quem sou e o que espera da vida¹¹ - para poder escolher seu modo de inserção social. Desta forma, adolescência é um intenso período de trabalho psíquico, subjetivo e relacional, necessário para produzir um cidadão com autonomia, engajamento e

¹⁰ A Constituição Federal (artigo 227, CF/88) bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4º da Lei 8.069/90) preveem que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos fundamentais desses sujeitos, e aí se inclui a educação, com absoluta prioridade.

¹¹ Questionamentos próprios da adolescência que propiciam sua identidade.

capacidade de escolha. Como pessoa em desenvolvimento, precisa de tempo e proteção – familiar, escolar e social.

Dentro desta perspectiva, alguns autores e estudiosos (Erickson, 1987 e Aberastury, 1984) afirmam que a adolescência não é vista como crise, mas sim, como uma importante fase de transição entre duas etapas da vida, na qual o indivíduo fortalecerá sua identidade, fará suas escolhas e irá se preparar para o ingresso no mundo adulto. Ou seja, toda essa vivência é de enorme complexidade para qualquer adolescente. O que dizer então, daqueles que encontram-se em instituição de acolhimento, que tiveram, em algum momento, seu direito violado pelos seus responsáveis, pela sua família, ou mesmo pelo Estado?

2.2

Adolescente no serviço de acolhimento: a condição de sujeito de direito

O objetivo deste tópico é compreender, a partir da história da cultura da institucionalização no Brasil, como a mudança de paradigma, por meio da promulgação do ECA, em 1990, e de outras leis e normativas, contribuíram para o transformar da visão sobre os adolescentes nos serviços de acolhimento, tendo como base a garantia do direito à convivência familiar e comunitária.

O foco principal do acolhimento institucional, ao longo da história, é a infância pobre. Portanto, refere-se a crianças e adolescentes que permanecem à margem da sociedade, aqueles que não se enquadram às normas sociais, pelo contrário, são vistos como perigosos, ameaçadores à ordem pública, e é como se o acolhimento institucional, por si só, pudesse fornecer à sociedade “homens de bem”.

Desta forma, crianças e adolescentes poderiam ser consideradas perigosas à sociedade ou seriam vistas como vítimas da mesma. Essas duas concepções trazem, em si, a perspectiva da marginalidade, como se estes sujeitos não tivessem valores e querência. São estas crianças e estes adolescentes que circulam entre a casa, a rua e as instituições de acolhimentos, em busca de um lugar, como afirma Rizzini (2003).

De acordo com Rizzini (2004), a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil tem repercussões importantes, até os dias de hoje. A análise da documentação histórica realizada pela autora sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

Neste contexto, ao analisar o surgimento das instituições de acolhimento, a autora percebe que há um viés educativo-disciplinador como característica marcante nessas instituições, destinado às crianças provenientes das classes mais empobrecidas da sociedade, negras, indígenas, órfãs, abandonadas e filhos bastardos, que eram internados e afastados, muitas vezes, definitivamente do convívio familiar.

Convém notar que a história de acolhimento institucional reflete a própria história do Brasil. Os europeus navegadores e colonizadores trouxeram consigo a marca das desigualdades sociais. Havia relações de subalternidade, pessoas que eram conduzidas para servir, consideradas inferiores, “gente de segunda” (Durand, 2010). Nada muito diferente dos dias atuais – “pessoas de bem, que precisam ser protegidas das que não são consideradas “pessoas”.

Inicia-se, assim, uma relação superior-inferior, que vai compor a história social e cultural brasileira, na qual se misturam fatores econômicos, de raça e classe. O branco era visto como superior ao negro, ao índio ou ao mestiço, embora o branco pobre também fosse desvalorizado tanto quanto os últimos, destacando a importância da divisão de classe, pela posse de recursos econômicos (Gulassa, 2010).

Os historiadores e estudiosos relatam a violência que ocorreu no processo de colonização dos povos indígenas pelos jesuítas que retiravam crianças indígenas de suas tribos e criavam em seus colégios para aprenderem princípios religiosos e servirem como intérpretes dos colonizadores, para que pudessem dominar mais facilmente seus pais. Relatam ainda que os colonizadores portugueses e espanhóis, apesar de apresentarem fortes valores monogâmicos, muitas vezes, engravidavam

as índias e escravas e abandonavam as crianças, que acabavam esmolando pela cidade. Com a Lei do Ventre Livre, as crianças negras passaram a aumentar o número de crianças abandonadas nas ruas. Essas crianças eram criadas por caridade em famílias de “posse¹²”, e na maioria das vezes eram usadas como mão de obra gratuita (Gulassa, 2010). Este costume, infelizmente, ainda pode ser observado em algumas cidades do interior do Brasil.

Sendo assim, com o objetivo de cuidar dos bebês abandonados foi implantado no Brasil o sistema europeu da roda dos expostos: era um mecanismo instalado nos muros das Santas Casas de Misericórdia que permitia que uma pessoa deixasse o bebê ali, sem ser identificada. A taxa de mortalidade infantil nessas instituições denunciava a precariedade de seu atendimento. A maioria dessas instituições eram de orientação religiosa, de caráter caritativo, e atendimento massificado, afastado da comunidade, sem objetivos educacionais ou profissionalizantes. As crianças eram guardadas para não incomodarem a sociedade, só servi-la (Gulassa,2010).

Desta forma, em meados do século XIX, surgem alguns asilos e educandários com propostas educacionais e profissionalizantes, mas ainda com mentalidade que se colocava a serviço da classe dominante. A cultura de internação no Brasil de crianças e adolescentes em instituições asilares era uma prática muito comum na sociedade. Muitos filhos de famílias ricas e dos setores pauperizados da sociedade passaram pelas experiências de serem educados longe de suas famílias e comunidades (Gulassa,2010).

Desde o período colonial, foram criados no país: colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais surgidas ao sabor das tendências educacionais e assistenciais de cada época. Estas formas de internação, centradas nestes padrões educacionais refletem o objetivo de assistência e controle social de uma população que, junto à configuração das cidades e a constituição de um Estado nacional, é percebida cada vez mais como ameaçadora à ordem pública (Rizzini; Rizzini, 2004). Como destacam Rizzini e Rizzini (2004):

¹² O termo *posse* é usado por muitos autores como sinônimo de abastadas ou ricas.

A visão policialesca se mostra neste período de grandes mudanças na sociedade brasileira, cada vez mais disseminada para os filhos dessa classe mais pauperizada da sociedade e assume na metade do século XIX, um caráter eminentemente social e político. Os menores passam a ser alvo específico da internação formadora e reformadora do Estado e de outros setores da sociedade, como instituições religiosas e filantrópicas. Este modelo de internação de reclusão foi o principal instrumento da assistência a infância no país. Após a segunda metade do século XX o modelo de internato caiu em desuso para os filhos dos ricos, a ponto de ser quase inexistente no Brasil. Há vários anos, porém, este tipo de modalidade educacional, na qual a criança e adolescente eram institucionalizados para receberem a educação apropriada é mantida para os pobres, sendo isso observado até os dias de hoje (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 22).

Diante desta realidade que se estendeu por um longo período da história institucional para acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, grande parte destas características ficaram muito presentes nas instituições para adolescentes que cometem ato infracional e cumprem medida socioeducativa de internação. É necessário também que essas instituições sejam modificadas para coibir os abusos e violações cometidos contra crianças e adolescentes em acolhimento (Rizzini; Rizzini, 2004).

O Código Brasileiro de Menores (Código de Mello Matos, 1927) e o Código de Menores de 1979. Ambos traziam uma proposta de proteção Social, na qual prevalecia uma visão que culpava, unicamente, as famílias das crianças acolhidas em instituições, pelas suas dificuldades, classificando as crianças como vadios, libertinos e perigosos. Propunham repressão e legitimavam as grandes instituições de confinamento destas crianças e adolescentes (Gulassa,2010).

No entanto, a situação de descuido, violência e opressão de algumas instituições públicas de atendimento, no Rio de Janeiro e São Paulo, provocaram muitas críticas e denúncias. Elas eram denominadas como “depósito de menores”, “internatos-prisão”. Isto favoreceu a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que passou a definir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (Gulassa,2010).

Todavia, a situação de confinamentos, nas grandes instituições públicas e privadas se manteve, mesmo com a proposta de reformular estes serviços entre os anos de 1965 e 1990 pela Funabem, que tentou reformar o modelo de atendimento

institucional oferecendo parâmetros nacionais para as fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febens). O que se percebia era que a cultura da violência, opressão, humilhação e exclusão dos atendidos continuava dentro destas instituições (Gulassa,2010).

Com o fenômeno da “criança de rua”, houve o incentivo de estudos sobre esta situação, inclusive com crianças e adolescentes, chamados, na época, de “internos”. As discussões fomentaram o surgimento de movimentos sociais de defesa da criança e adolescente em situação de risco, que, por ocasião da Assembleia Constituinte de 1988, conseguiram sustentar as mudanças trazidas pelo ECA, em 1990 (Gulassa,2010).

A partir da promulgação do ECA¹³, os municípios começam a se responsabilizar pelos cuidados com crianças e jovens que estão em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, passando a assumir diretamente a execução de políticas públicas voltadas para esses indivíduos, que necessitavam de proteção especial em razão de sua conduta pessoal e social.

Desta maneira, a oferta de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social do Brasil, tem sua formulação e definição respaldadas nas medidas de proteção previstas no ECA. Envolve medidas aplicadas pela autoridade competente (Juiz, Promotor ou Conselho Tutelar) a crianças e adolescentes que, por algum motivo, tiveram seus direitos fundamentais violados ou ameaçados, sendo expostos a uma situação de risco pessoal ou social na forma do disposto no art. 98 deste Estatuto. O que não privação de liberdade, sendo, portanto, vedada a utilização de abrigo como forma de internação de crianças e adolescentes.

Logo, o acolhimento institucional é definido como atendimento institucional a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ser afastados, temporariamente, da convivência familiar. O uso

¹³ O ECA é considerado um marco na proteção da infância e tem como base a doutrina de proteção integral, reforçando a ideia de “prioridade absoluta” da Constituição. A partir dele, o Brasil traz para si a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e introduz novos parâmetros legais para todas as crianças e todos os adolescentes brasileiros, não importando sua classe social, garantindo a todos proteção integral (Gulassa, 2010).

da terminologia “acolhimento institucional”, medida excepcional e provisória, é novo e substitui o termo “abrigamento” (Brasil, 2009), pois deve ser utilizada como forma de transição, uma vez que visa a reintegração familiar. No entanto, na literatura sobre instituição de acolhimento ainda encontramos comumente o termo *abrigamento* para se referir às instituições e as crianças e adolescentes seriam os *abrigados*. A troca de nomenclatura deveria ter um princípio transformador na maneira de lidar com o acolhimento, mas para muitas instituições esse objetivo parece estar longe de acontecer.

Destarte, o ECA (Brasil, 1990), no artigo 92, aponta os preceitos norteadores que devem ser seguidos pelas instituições de acolhimento, tais como:

“I.preservação dos vínculos familiares (Redação dada pela Lei nº12010, de 2009) Vigência. II.integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa: (Redação dada a Lei 12010, de 2009) Vigência; III. atendimento personalizados a pequenos grupos; IV. desenvolvimento de atividades em regime de coeducação; V. não desmembramento de grupos de irmãos; VI. evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII. participação na vida da comunidade local; VIII. preparação gradativa para o desligamento; IX. participação da comunidade no processo educativo” (Brasil,1990, p.35).

Em consonância com o ECA, em 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)¹⁴ (BRASIL, 2006), que visa a valorização da instituição familiar. Essas normativas surgem para coibir os abusos, violações exercidas dentro das instituições de acolhimento institucional às crianças e aos adolescentes, reordenar e reorganizar tais serviços, como também da rede de atendimento em sua totalidade.

O documento avançou, sobretudo, no campo do chamado “reordenamento” das instituições que oferecem programas de acolhimento institucional, defendendo a profissionalização dessas entidades e dos cuidadores, e a observância

¹⁴ O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) aprovado em dezembro de 2006 pelo CONANDA e pelo CNAS teve como origem os subsídios apresentados pelo comitê Intersetorial do qual participam representantes de diversas esferas do poder público e da sociedade civil. Pode ser acessado por meio do site: www.mds.gov.br.

dos dispositivos e princípios do ECA para esse tipo de atendimento. Além disso, propôs a implementação de alternativas não institucionais de acolhimento, como os programas de famílias acolhedoras, no sentido de propiciar a convivência familiar e comunitária, mesmo para as crianças e os adolescentes afastados temporariamente de suas famílias de origem. Se colocar crianças em entidades de acolhimento institucional era antes prática habitual, hoje em dia, há uma defesa universal de que essas instituições devem ser a última e provisória instância de moradia do público infanto-juvenil e só devem ser utilizadas em casos excepcionais.

A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente é vista como alternativa, isto é, quando não houver qualquer condição de garantir os direitos dessa população no lar em que vivem. E devem garantir o direito a:

convivência familiar e comunitária que é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sócio-cultural e de todo o seu contexto de vida (Brasil, 2006, p. 29).

Para tanto, é imprescindível que seja concretamente estabelecido o reordenamento institucional, que vise à garantia das condições de sobrevivência, do desenvolvimento social e pessoal, à integridade física e moral e o atendimento individualizado.

Segundo o PNCFC (2006), o conceito de acolhimento institucional é usado para designar os programas, antes denominados de abrigo, conforme previsto no ECA. O acolhimento institucional compreende diferentes modalidades de instituição tais como: abrigo institucional, casa lar e casa de passagem. São várias as adequações que as instituições devem implementar, segundo o plano, são elas:

- infra-estrutura adequada ao atendimento de pequenos grupos e semelhantes a uma residência normal;
- localização em áreas residenciais e não afastadas da comunidade e da realidade de origem das crianças e adolescentes;
- preservação dos vínculos com a família de origem quando não impedida por ordem judicial;

- articulação e contato com o Poder Judiciário;
- condições adequadas ao pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes acolhidos, oferecendo o estabelecimento de relações de afeto e cuidado;
- condições, espaços e objetos pessoais que respeitem a individualidade e o espaço privado de cada criança e adolescente;
- atendimento integrado e adequado às crianças e aos adolescentes com deficiência;
- acolhimento de ambos os sexos e diferentes idades, preservando assim os vínculos entre os grupos de irmão;
- respeito às normas e orientação para as equipes de trabalho, oferecendo a devida capacitação para o trabalho;
- estabelecimento e articulação com a rede social de apoio;
- promoção da convivência comunitária, utilizando os serviços disponíveis na rede de atendimento a evitar o isolamento social;
- preparação da criança e do adolescente para o processo de desligamento, respeitando assim o caráter excepcional e provisório do regime de abrigo;
- fortalecimento e desenvolvimento da autonomia e a inclusão de adolescentes na comunidade visando a sua inserção no mercado de trabalho, possibilitando-lhes, ainda, as condições de sobrevivência fora da instituição de acolhimento.

Neste cenário, no qual, em 2009, uma nova lei foi promulgada, a Lei 12.010/09 (Lei da Adoção), que reforça e detalha as propostas do ECA, em relação a prioridade e o melhor interesse superior da criança e adolescente, ouvindo a criança antes de qualquer decisão respeitando seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão. Além de diminuir o tempo de afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar e estimular a campanha ao acolhimento, sob forma de guarda, e da adoção. A Lei da adoção promove avanços, principalmente considerando-se o trabalho com as famílias de origem. Porém, há um grande obstáculos que precisam ser superado como o de reconhecer o número de casos de

reintegração familiar ou colocação em família substituta, sendo indicador de sucesso na avaliação do acolhimento, seja este institucional ou familiar.

A experiência na área apontada por Gulassa (2010) afirma que precisamos ter cautela para reconhecer estes números como indicador de sucesso, para não se ter a ideia de que qualquer família é melhor que o serviço de acolhimento. O desligamento institucional deve ser criterioso, cuidadoso. Priorizando a participação da criança e do adolescente, que devem sempre ser ouvidos sobre este momento.

O acolhimento como espaço de reconstrução de história parece ser a proposta que as leis relacionadas ao direito da criança e adolescente vem trazendo como principal diferencial em relação ao passado. A criança e o adolescente são vistos, a partir de então, como protagonista de sua história, que vai sendo contada, recontada e ressignificada, junto à sua trajetória institucional.

Sendo assim, a intervenção dos profissionais que estão no serviço de acolhimento precisa ser muito cuidadosa em relação ao contexto social para que o planejamento de sua intervenção, visando a reinserção familiar ou comunitária, seja construído com o adolescente e sua família. Para tanto, a escuta se torna um instrumento primordial para compreender o contexto em que a família está inserida.

Algumas situações retratam este cenário, como por exemplo: a recusa do adolescente em não querer ir para sua casa e também da sua família não querer recebê-lo, por considerar que o filho está melhor no abrigo. Nos dois casos, não necessariamente, o vínculo afetivo está ausente, muito pelo contrário. Muitos adolescentes, que estão acolhidos, têm família e mantêm o convívio com elas, apesar de não viverem juntos. O acolhimento pode ter sido motivado, inclusive, pela situação de precariedade que a família vivencia, ou por situação de violência doméstica presente no contexto familiar e até mesmo em razão da conduta do adolescente, que pode provocar situação de risco pessoal e social.

De qualquer forma, o que se evidencia é que a questão social se faz presente na vida destes sujeitos, motivando o acolhimento e até o mantendo. Dificultando, assim o processo de reinserção familiar e comunitária. Portanto, pensar no reordenamento institucional é priorizar a convivência familiar e comunitária e,

para tanto, refletir sobre o contexto social no qual essas famílias estão inseridas.

Posto isto, o modelo anterior de instituições de acolhimento de longa permanência dá lugar ao direito à convivência familiar e comunitária, que tem em sua concepção os Marcos Legais da Lei 8069/90 ECA, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS [1993]), Política Nacional de Assistência Social (PNAS [2004]), o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e a Lei da Adoção 12010 /2009; As Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes – resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº.1/2009 Diretrizes Internacional das Nações Unidas para Cuidados Alternativos às crianças; A Resolução CNAS nº.23, que pactua o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com enfoque no reordenamento dos serviços de Acolhimento Institucional em todo território nacional (Brasil, 2009).

Desta forma, as instituições de acolhimento de criança e adolescentes passam então, a ser pensadas como lugar de cuidado de proteção a estes atores. Mesmo assim, os desafios para os profissionais que trabalham em instituição de acolhimento são enormes, decorrentes de nossa vivência histórica nos cuidados de crianças e adolescentes expostos até aqui. Portanto, estabelecer um diálogo com a rede intersetorial que respeite estas conquistas, efetivamente, é tarefa difícil, mas que não pode se restringir ao campo das ideias, para que se efetivem.

Outra grande contribuição à desinstitucionalização foi a aprovação da PNAS (resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004), pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no qual foram lançadas as bases para consolidação dos serviços socioassistenciais por meio dos níveis de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), contemplando as seguranças que deveriam ser afiançadas: de renda, de convívio familiar e comunitário e de acolhimento.

Com esta organização dos serviços em níveis de proteção, nos dá a dimensão do percurso que as famílias em situação de vulnerabilidade¹⁵ social deveriam

¹⁵ A concepção de vulnerabilidade denota a multideterminação de sua gênese não estritamente condicionada à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos (CNAS resolução 145/2004)

percorrer antes de ter seus filhos acolhidos. Uma vez que a medida protetiva de acolhimento institucional presume que esta família que apresenta seus vínculos fragilizados, mas não rompidos, tenha sido acompanhada por esta rede protetiva, como: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) equipamento da PSB e, em caso de agravamento da situação de vulnerabilidade, encaminhada e acompanhada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), equipamento da PSE, que atende famílias com seus vínculos fragilizados ou, geralmente, rompidos, objetivando fortalecê-los. Cabe destacar que, mesmo durante o acolhimento de seus filhos, estas as famílias deveriam continuar sendo acompanhadas por estes equipamentos (PNAS, 2004).

No entanto, o que constatamos, em muitos casos, é que a primeira medida aplicada a esta família é o afastamento do adolescente do convívio familiar, pela aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional. Tal situação ainda está muito presente, nas razões que motivaram a aplicação da medida, pelo Sistema de Garantia de Direitos (SGD) à criança e ao adolescente, de maneira banalizada, desconsiderando o caráter excepcional da medida.

Deste modo, o reordenamento dos serviços de acolhimento, principalmente para adolescentes do sexo masculino, que é o público a que se refere esta pesquisa, é notadamente um desafio. Mesmo com todas as normativas e orientações técnicas disponíveis. Estas parecem ser insuficiente por si só, para garantir, ao serviço de acolhimento, condições para que ele possa atender as necessidades de proteção aos seus acolhidos. Muitas instituições de acolhimento encontram-se em espaços inadequados, sucateados e com profissionais sem qualificação necessária, além de mal remunerados.

Silva e Lehfeld (2014) destacam que é neste contexto desafiador que as propostas de mudanças nos serviços das instituições de acolhimento tentam se efetivar para proporcionar o convívio familiar e comunitário. Sendo assim, as instituições devem possuir um olhar humanizado e trabalhar no sentido de promover a participação das famílias na medida de proteção das suas crianças e

adolescentes, visando o fortalecimento dos vínculos afetivos, facilitando o processo de reintegração familiar, e, em casos peculiares, a colocação em família substituta.

Para que essas mudanças se efetivem nas instituições de acolhimento é necessário que os profissionais se apropriem teórica e metodologicamente para compreenderem a complexibilidade desse campo de atuação, construindo suas intervenções pautadas nos marcos legais e na literatura sobre a temática do acolhimento institucional de crianças e adolescente no Brasil. Principalmente, valorizando a participação do adolescente no seu processo de reinserção social, ou seja, em sua saída do acolhimento institucional.

Dentro deste contexto a adolescência pode ser percebida como uma fase que representa um ideal que concretiza sonhos de autonomia e liberdade. Entretanto, ao construírem ativamente as suas redes de significados, suas buscas por sentido e participação, suas atitudes no espaço institucional, corre o risco de serem entendidas como atos de violência e de confrontamentos deliberados, ainda que sejam formas de reivindicações, próprias da adolescência. Com isso, surge um embate entre seus desejos e o anseio de controle da ordem social, que os qualificam como perigosos (Calligaris, 2000; Gonçalves, 2005; Soares, 2012).

A concepção de adolescência segundo Winnicott (1983) auxilia na tarefa de entender a adolescência vivida dentro da instituição de acolhimento. Pois traz, em si, uma contradição: a concomitância entre a independência desafiadora e a dependência regressiva. O adolescente deseja, ao mesmo tempo, a liberdade e o controle e os cuidados familiares. Para isso, precisa de ambiente que ofereça suporte suficiente para o seu desenvolvimento sadio.

Deste modo, o êxito desta fase será a construção da maturidade por um processo no qual se pretende alcançar o status de adulto. Mais do que as transformações físicas da puberdade, é também um período de crescimento, que se desenvolve graças a um entrelaçamento complexo entre o indivíduo e o meio facilitante. A única saída para este momento, então, é a passagem do tempo, que resultará na fase adulta, quando o indivíduo se tornar capaz de viver experiências pessoais satisfatórias, ao mesmo tempo em que se envolve com a sociedade (Winnicott, 1983).

A imaturidade nos adolescentes é esperada, e é preciso que os adultos reconheçam isso. E desta forma, garantam a estabilidade do meio pela sua própria maturidade. A responsabilidade precisa ser assumida pelas figuras parentais ou de cuidadores, pois se isso não ocorrer, o indivíduo pode assumir uma falsa maturidade, baseada na personificação do adulto (Abreu, 2016).

No contexto do acolhimento institucional, há o risco da maturidade ser apressada e forçada, principalmente à medida em que os adolescentes se aproximem dos 18 anos. São comuns aos adolescentes comportamentos como: dificuldades em cumprir horários e se comprometer com responsabilidades do trabalho e da escola, quando dentro de certo limite são impasses comuns à adolescência, como, a necessidade de serem frustrados, de tolerar o tédio, elementos importantes no processo de amadurecimento emocional (Abreu, 2016).

Então, o que significaria, para este adolescente, sair da instituição de acolhimento, ser desinstitucionalizado? Diante do exposto, arrisco dizer que sair da instituição significaria crescer. Ao serem confrontados com a entrada no mundo adulto, eles se deparam com suas potencialidades e limitações, e procuram reconhecer quais serão os enfrentamentos dali em diante, tentando se preparar para manejá-los e/ou contorná-los. As expectativas dos profissionais que trabalham com os adolescentes acolhidos é que eles possam aprender, por meio das experiências e reflexões, a se posicionar no espaço social de modo saudável e construtivo, e, assim, serem (re)inseridos socialmente.

2.3

Participação do adolescente no processo de desligamento institucional

De acordo com a definição encontrada no dicionário¹⁶, participar vem do latim *participatio*. A participação é a ação e o efeito de participar (tomar parte, intervir, compartilhar, denunciar, ser parte de).

¹⁶Disponível em: www.dicionarioinformal.com.br. Acesso em 28/01/2019.

Nesta perspectiva, em 1989, a Organização das Nações Unidas aprovou uma Convenção sobre os Direitos das Crianças. Este documento estabeleceu um novo paradigma de proteção à infância e à adolescência, determinando que todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos titulares da chamada proteção integral. Este documento foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, e ratificada no Brasil, em 24 de setembro de 1990, teve ampla ratificação pelo mundo.

Ela constitui um marco importante sobre o direito à participação das crianças e dos adolescentes, afirmando que eles são atores sociais, com competência política. O seu artigo 12 apresenta o que os Estados que fazem parte dela devem ter como função:

1. Garantir à criança com capacidade de discernimento o direito de se exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança de acordo com sua idade e maturidade; 2. Para este fim é assegurado à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja diretamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processos da legislação nacional (CDC, 1989).

Dentre os 54 artigos que compõem a Convenção, 08 estão relacionados ao direito à participação, alguns pontos merecem destaque a respeito deste direito: os artigos 9 (item 2); 23; e 31 (itens 1 e 2) respectivamente apresentam o direito da criança não ser separada de seus pais, tendo a possibilidade de participação nos processos de decisão, ou seja, seu ponto de vista deve ser levado em consideração. A criança portadora de deficiência tem direito de uma vida digna, com autonomia e sua participação e inclusão na sociedade, assim como, o direito de participar de jogos, atividades recreativas e de participar livremente das atividades culturais e artísticas.

Nos artigos 12, 13, 14, 15 e 17, não é mencionado o termo participação, mas alguns pressupostos e dispositivos básicos para efetivação do direito de participação, como o direito a opinar, a ser ouvido; a liberdade de expressão, de acordo com que estabelece a legislação; direito à liberdade de pensamento e

consciência, cabendo aos pais ou responsáveis à orientação, no exercício desse direito; o direito à informação e a documentação nacional e internacional, principalmente os que visem a promoção do seu bem-estar.

Sendo assim, a Convenção tem papel de suma importância no que se refere ao direito da criança e transversalmente ao direito à participação, que vem enunciado direta ou indiretamente e contribui para construção de estudos e novos paradigmas para pensar a infância. Segundo este documento, a terminologia *infância* abrange a faixa etária de 0 a 18 anos.

O “novo paradigma”, que surge a partir de 1990, com o ECA, trabalha com uma perspectiva de infância socialmente construída, na qual crianças e adolescentes devem ser percebidos como atores sociais, que podem contribuir para a sociedade.

Deste modo, o que está em jogo nessa mudança é que crianças e adolescentes sejam vistos como sujeito de direitos e com possibilidade de participação que envolvam tanto os aspectos relacionados ao cotidiano institucional, como o acesso aos direitos sociais de educação, saúde, cultura, esporte e lazer; e a profissionalização. Direitos que estão dispostos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

Nesta perspectiva o direito à participação também pode ser visto como uma necessidade, segundo defendem os autores Doyal e Gough (1994). Eles inserem a participação como necessidade elementar e universal, assim como abrigo e o alimento. Ao fazer isto, eles concebem que as necessidades humanas transcendem o vínculo biológico e as contingências do desenvolvimento humano. Ponto também abordado pela psicologia social, que reconhece como condição básica de todos os sujeitos a sua inclusão em um grupo, a sua valorização, os desejos e os sentimentos que cada um traz. Ao ficar impossibilitado de participação na sociedade, o sujeito passa por um processo de sofrimento que, Sawaia (2010) denomina de sofrimento ético-político.

Desta forma, a inserção dos adolescentes no processo de escuta viva, na qual possam decidir sobre assuntos que lhe dizem respeito, precisa atender três condições, são elas: o reconhecimento do direito a participar; dispor das

capacidades necessárias para seu exercício; e que existam os meios ou espaços adequados para que se efetive (Tavares,2014).

No estudo de Gomes (2017), ela destaca ainda que participar é um direito, sendo desta forma, uma ação democrática a ser exercida nos diversos contextos das sociedades democráticas. A autora entende participação como um fenômeno processual sendo criado pelos participantes como algo vivenciado, reforçando a reflexão de que a participação não é dada, pois envolve um processo com interação, expressão de ideias, opiniões e negociações no âmbito das relações sociais.

Outro autor que discorre sobre participação é Carrano (2012), para ele, este termo é utilizado de forma bastante ampla, permitindo que se elaborem imprecisões e ambiguidades capazes de diluir a compreensão sobre o significado e importância na vida social e política. Assim, a participação nem sempre irá trazer, em si, o princípio do envolvimento de todos em processos decisórios. Carrano afirma que para se verificar a qualidade de um processo, não deve-se restringir a observar se podem ou não participar de determinado processo ou espaço político, mas sim, buscar perceber até onde esses, como indivíduos ou coletivos podem chegar com sua participação no sentido de influenciar decisões – como um ato político.

É esta conceituação de participação, enquanto processo decisório, que nesta pesquisa se apropria para analisar a participação dos adolescentes no processo de desligamento institucional, baseado no direito à convivência familiar e comunitária, contando com a contribuição do sentimento de pertencimento que se constitui durante o processo de acolhimento e que será melhor descrito e analisado no próximo capítulo desta dissertação.

O estudo de Carrano (2012) apresenta também como as difíceis condições de vida e os complexos fatores relacionados com a pobreza e a desigualdade social, que se convencionou denominar de “vulnerabilidade social” criam dificuldades objetivas para o exercício da participação e o engajamento social e político. A busca pela sobrevivência não é compatível com o tempo livre que as atividades de participação política demandam aos cidadãos. A necessidade de trabalhar é, neste sentido, uma das principais razões da diminuição do potencial participativo na sociedade. O aumento da idade coincide, então, com a diminuição das

oportunidades e disposição para a participação e o engajamento militante (Gomes, 2017).

Em relação à participação dos adolescentes que estão nos serviços de acolhimento institucional, parece que faz parte da cultura a não participação por parte deles. Esta foi constituída devido à situação de não participação no contexto social de onde esses meninos e suas famílias são oriundos. Isso fica claro, quando o autor diz que a participação de jovens é observada nos jovens de classe social mais favorecida e com escolaridade maior, o que traz para o campo de discussão a desigualdade social como ponto importante a ser considerado na população que acessa aos serviços de acolhimento institucional para adolescentes.

Pensar a participação como um direito traz um grande desafio para o serviço de acolhimento, especificamente, para esta pesquisa. Participação como ato político, como um direito, como uma conquista e não como uma concessão de alguém.

A participação neste espaço institucional – URS Bangu, parece que está sendo construído. Fato observado nos depoimentos que fazem parte do terceiro capítulo desta dissertação e que constitui elemento de análise desta pesquisa. Explicitado no depoimento do adolescente:

“(...) aqui a gente participa de tudo. Perguntam o que a gente está pensando para sair do abrigo. Nem sempre a gente sabe responder. Mesmo quando o que a gente tá pensando, não dá pra ser. Elas tentam a melhor forma.” (Antonio, 2018).

2.4

A importância do pertencimento no processo de desligamento institucional: quem sou eu? De onde venho? Pra onde eu vou?

A sensação de **pertencimento**? Significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim, acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale à pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar.

Neste item iremos refletir sobre o sentimento de pertencimento no processo de desligamento institucional. O Pertencimento, no sentido de uma pessoa se sentir pertencente a um local, a uma comunidade; sentir que faz parte daquilo se identificando com este lugar. Deste modo, vai querer o bem, vai cuidar deste, pois aquele ambiente faz parte da vida dela, é como se fosse continuação da mesma.

O pertencimento também é conceituado por Erickson (1987) a partir de organizações formais e informais em que o indivíduo participa de modo a sentir-se pertencendo a um grupo identitário de reconhecimento mútuo entre seus membros. Segundo Sarmiento (2002), o pertencimento constitui-se pelas relações comunitárias, pelas construções de referências, valores de pautas de condutas e distribuição de poderes que são inerentes à pertença comunitária.

Na mesma linha, mas com algumas derivações, Yuval-Davis (2006) conceitua o pertencimento descrevendo três níveis de entendimento para o termo, que é identificado a partir de duas estruturas básicas: a primeira são as estruturas analíticas, que exploram a noção de pertencimento pela análise de posições sociais, dos processos de identificação, dos elos emocionais e dos valores éticos e políticos; o segundo denomina-se como as estruturas políticas de pertencimento, que enfoca as políticas de pertencimento e de como as estruturas políticas se inserem nas diversas políticas e projetos em que vivem os indivíduos em sociedade, como, por exemplo, pelo direito ao exercício da cidadania e as ações participativas, evidenciando-se, portanto, o direito de status no grupo de pertencimento. O terceiro nível estrutura a mecânica de pertencimento em projetos políticos que compreendem determinadas características de um indivíduo. Eles são selecionados por diferentes significados específicos de pertencimento, por possuírem ou não essas características. Assim, para Yuval-Davis (2006) é por esses três níveis de estrutura que os processos de pertencimento se constroem.

De modo complementar, a naturalização do pertencimento é também apontada por Bagnall (2009) baseado nos estudos de Cohen (1982). Bagnall explica que as pessoas adquirem conhecimento e experiência sobre uma determinada cultura por meio da vivência de práticas cotidianas, não somente participando de cerimoniais que as tornarão especialistas naquela cultura. E são essas práticas

que conferem ao indivíduo uma dinâmica no processo social de uma comunidade. O autor acrescenta que a medida para revelar a profundidade do pertencimento de um sujeito pode ser observada nas formas de organização social e de associação às comunidades vivenciadas pelos sujeitos. Portanto, quando uma pessoa é identificada como pertencente a um grupo específico, seja de parentesco ou de vizinhança, ela se torna, ao mesmo tempo, um membro reconhecido pela comunidade como um todo e ainda como assumindo sua pertença àquela cultura.

Essa pertença precisa ser construída pelo sujeito, especificamente para fins deste estudo, o adolescente que se encontra em instituição de acolhimento. Essa construção é desenvolvida pelo respeito de sua história; do acolhimento de suas lembranças, nem sempre prazerosas; da oportunidade em ressignificar suas perdas; da possibilidade de poder se vincular com as pessoas e também com o local em que estão no momento; e da satisfação de suas necessidades básicas de cuidado físico, emocional e social (Tavares, 2014).

À concepção de Doyal e Gough (1994) ao universalizarem as necessidades estabelecem um debate entre o estado de Bem-Estar (como provedor dos direitos sociais) e o bem-estar propriamente dito (necessidades básicas satisfeitas), argumentando que a democracia é fundamental ao provimento das necessidades humanas. Os autores criticam tanto o capitalismo liberal quanto o socialismo autocrático na análise das necessidades humanas, por considerarem que em ambas as situações o exercício da democracia fica comprometido - no capitalismo liberal, por deixar que o mercado por si só regule todas as relações, não favorecendo a integração dos grupos minoritários e reforçando os processos de exclusão; no socialismo autocrático, por não permitir o desenvolvimento da democracia, pré-condição para a satisfação das necessidades humanas.

Segundo os autores, a ideia de necessidades sociais tem sido utilizada amplamente para justificar algumas políticas sociais ou para criticá-las, mas essas conceituações são, muitas vezes, errôneas e têm culminado, na prática, em políticas sociais desastrosas ou não efetivas, pois desconsideram que as necessidades sociais

são produzidas historicamente, hierarquizadas socialmente e não podem ser reduzíveis a desejos ou expectativas individuais e nem a meros elementos materiais.

Sendo assim, há fatores de necessidades humanas que são inerentes a todos os sujeitos e que devem ser garantidos pelo poder público. Doyal e Gough (1994) partem do princípio de que alguns conceitos sobre necessidades humanas são universais e comum a todos, independente do contexto e da cultura. O principal conceito levado em conta pelos autores é o de “Prejuízo Grave”, ou seja, a compreensão de que a instabilidade social pode levar os indivíduos a graves prejuízos. Estabelecem que prover o básico é, portanto, impedir que o sujeito seja gravemente prejudicado em suas potencialidades. E defendem: “(...) que essas necessidades não são meramente materiais e afirmam que a saúde física e a autonomia são as necessidades mais elementares da humanidade (Tavares, 2014. p.186).

Desta forma, o Estado de Bem-Estar deveria descobrir uma forma de associar o direito individual de satisfação das necessidades com direito de participar das decisões sobre como alcançar a satisfação na prática. Estabelecer, então, a saúde física e a autonomia como necessidades básicas é compreender a dimensão objetiva, subjetiva e ética da desigualdade social. Ao conceituar essas duas necessidades, Doyal e Gough (1994) inserem fatores psicológicos, como a capacidade de discernimento e de fazer escolhas. Ao incluir esses elementos psicológicos, ratificam como necessidades elementar da humanidade mais do que provimento do alimento, da moradia ou da segurança. O sujeito precisa fazer escolhas, descobrir e desenvolver suas potencialidades.

Dessa maneira, o sofrimento humano tem uma dimensão simbólica que não é resultante apenas da dificuldade material de sobrevivência, mas, essencialmente, do sentimento gerado pela exclusão, pelo não se sentir fazendo parte da sociedade – por está “fora do lugar” (Tavares, 2014).

Sendo assim, a chegada até o acolhimento traz o percurso de rupturas, de conexões e reconexões, do sentimento de invisibilidade, de exclusão, de não pertencer a lugar nenhum, nem mesmo a suas famílias. A invisibilidade não afeta só o outro, mas a si mesmos, quando não se reconhecem enquanto sujeitos. Talvez,

a saída de casa, a “escolha” em ir para as ruas, ou ir para uma instituição de acolhimento não tenha sido uma “opção”. No entanto, pode ser o resultado de um ambiente não acolhedor - um ambiente que não se mostrou facilitador – “suficientemente bom”, como bem diz Winnicott, ou seja, que não atendeu às necessidades de afeto, de proteção deste adolescente que se encontra em situação de rua.

O espaço de acolhimento precisa atender a estas necessidades e o educador, como figura que intervém diretamente com o adolescente, precisa estar atento para exercer o papel de ser “suficientemente bom”. A contribuição da teoria de Winnicott (1988) para o contexto institucional traz o conceito de “mãe suficientemente boa”, ou seja, o educador, nesta função, pode mostrar ao adolescente que não terão seus desejos atendidos imediatamente, e com isso permitir que possam experimentar um tempo de espera e de limite – experimentar a frustração. Além de demonstrar que ele não é extensão do desejo do jovem, proporcionando que este torna-se uma pessoa resiliente. Sendo assim, as necessidades básicas estão além de apenas fornecer alimento e abrigo. Incluem também afeto, proteção e estímulo à autonomia e a participação, elementos tão importantes ao processo de pertencimento. Em suma, possibilitar que o adolescente possa escolher, sonhar e ser incluído nas decisões que dizem respeito a sua vida.

Como se depreende Pereira (2000), ao afirmar que a provisão do básico à população deve superar os mínimos sociais e garantir o essencial para o exercício da cidadania (pensamento crítico e reflexivo, saúde física e mental). Sendo assim, o básico para o ser humano compõe a oferta de quantas experiências ele necessitar para desenvolver as suas potencialidades, para ampliar sua compreensão do mundo e a possibilidade de harmonizar os sentimentos e afetos, os desejos, cognição e a ação, de forma a dar sentido para própria vivência e decidir e fazer escolhas.

Escolhas que poderão definir de que maneira os adolescentes irão sair do acolhimento institucional, por conseguinte, que eles possam saber: quem são (sujeito de direitos)? De onde vêm (sua história)? E para onde vão (reinserção familiar e comunitária, fruto de suas escolhas)?

2.5

O acolhimento tem cor, raça e classe social: O que os dados dizem a respeito

Aqui serão discutidas as questões relacionadas aos dados estatísticos que retratam os serviços de acolhimento, no Estado e Município do Rio de Janeiro, tendo como referência a cor, raça, tempo de acolhimento e classe social.

Uma das questões que marca a história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil é a falta de dados consistentes sobre o público acolhido. Em 2003, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com patrocínio da Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República — por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), realizou o Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes visando melhorar as informações sobre o tema. Das, cerca de 670, instituições de abrigo beneficiadas, naquele ano, por recursos da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fez parte da pesquisa 589 Unidades de Acolhimento, o que representava 88% do total de instituições. Na ocasião da realização do Levantamento, essas instituições acolhiam 19.373 crianças e adolescentes (Ipea/Conanda, 2004).

O Levantamento aponta que o caráter de excepcionalidade da medida de acolhimento (expressa pelo art.101, parágrafo único do ECA, 1990) não é respeitado, sendo a institucionalização um recurso ainda utilizado de forma indiscriminada. A pesquisa indica também que as instituições de acolhimento conveniadas, da Rede SAC no Brasil são, em sua maioria, não governamentais e religiosos, dirigidos por voluntários e dependentes de recursos próprios e privados para o seu funcionamento. Neles viviam majoritariamente meninos (58,5%), afrodescendentes (63%), com idade entre 7 e 15 anos (61,3%). Ou seja, o oposto da preferência da sociedade para adoção: bebês brancos, do sexo feminino e de idade inferior a 4 anos. Os dados mostram igualmente que a maioria dessas crianças e adolescentes (86,7%) tem família, e 58,2% mantêm vínculos com ela. Apenas 5,8% estão impedidos judicialmente desse contato e somente 5% são órfãos.

Essas crianças e adolescentes vivem, portanto, a antagônica situação de estar juridicamente vinculados a uma família que, na prática, já há algum tempo, não exerce a responsabilidade de cuidar deles, principalmente por motivos relacionados à pobreza (Ipea/Conanda, 2004).

Neste sentido, parece que o passado da cultura da institucionalização, ainda está muito presente na vida dessas famílias. Tanto as famílias que consideram as instituições de acolhimento como oportunidade de proteger e cuidar de seus filhos e do SGD, que buscam o acolhimento para dar conta de questões relacionadas à falta de Políticas Públicas destinadas a essas crianças, esses adolescentes e suas famílias.

Os motivos de acolhimento corroboram para marcar quem são acolhidos no Brasil, que têm a desigualdade social dessas famílias, como característica da institucionalização. O Levantamento Nacional identificou os principais motivos para o abrigamento: pobreza das famílias (24,2%); abandono (18,9%); violência doméstica (11,7%); dependência química dos pais ou dos responsáveis, incluindo o alcoolismo (11,4%); vivência de rua (7,0%); e orfandade (5,2%). Embora a carência de recursos materiais não constitua motivo para a perda ou suspensão do poder familiar (ECA, 1990, art. 23), uma grande parcela das crianças e adolescentes padece das consequências de uma exclusão social persistente (Assis; Farias, 2013).

O 21º censo de população infanto-juvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro, com data de corte referente aos acolhimentos de 30/06/2018, divulgado no ano corrente, pelo Módulo Criança e Adolescente¹⁷(MCA), que apresentou os seguintes dados: em todo Estado há 202 entidades de acolhimento, sendo 173 entidades de acolhimento institucional e 24 de acolhimento familiar/família acolhedora; 04 de acolhimento especializado em atendimento a dependentes

¹⁷ O Módulo Criança e Adolescente (MCA) sistema eletrônico via internet criado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que busca cadastrar todas as informações relativas a crianças e adolescentes inseridos em regime de acolhimento institucional e familiar (leia-se programa família acolhedora) no Estado do Rio de Janeiro.

O sistema é alimentado pelos órgãos de proteção envolvidos com as medidas de acolhimento institucional e familiar, bem como de colocação em família substituta, quais sejam, as entidades de acolhimento institucional e familiar, os Conselhos Tutelares, as Promotorias de Justiça e os Juízos da Infância e Juventude.

químicos e 01 de acolhimento institucional de permanência de segundas à sextas-feiras.

O número de entidades de acolhimento corresponde a 202 instituições em todo Estado, que acolhem 1724 crianças e adolescentes, sendo que, na região metropolitana, são 98 entidades que acolhem 1.051 crianças e adolescentes, ou seja, 60,96% do total de crianças e adolescentes acolhidos na região (Censo de população infanto-juvenil acolhida no RJ-MCA 2018).

Em relação ao município do Rio de Janeiro são 50 entidades de acolhimento, sendo 613 crianças e adolescentes acolhidos que corresponde a 35,56% dos acolhidos do Estado, e deste universo de criança e adolescentes acolhidos 226 não recebem visita. Deste total de instituição de acolhimento 15 são da rede própria do município, sendo 05 destas responsável por acolher adolescentes do sexo masculino (Censo de população infanto-juvenil acolhida no RJ-MCA 2018).

O Estado do Rio de Janeiro tem uma população de 6.320.446, dados do divulgados no último IBGE¹⁸, em 2010, sendo que o número de crianças e adolescentes acolhidos por 10.000 habitantes, corresponde a 0,954% de crianças e adolescentes acolhidos. Existem 613 crianças e adolescentes, oriundos do município do Rio de Janeiro, que estão acolhidos, sendo 580 acolhidas nele e 33 em outro município.

Em relação aos dados referentes à cor, ao sexo e à faixa etária dos adolescentes acolhidos, atores desta dissertação, os números são os seguintes: De 315 crianças e adolescentes entre 10-12 anos, 178 correspondem ao sexo masculino; de 384 adolescentes de 13-15 anos, 190 do sexo masculino; de 251 adolescentes de 16-18 anos, 120 são do sexo masculino.

Em relação ao total de adolescentes relacionados a cor da pele os dados são significativos: 316 crianças/adolescentes são brancas, sendo 18,33% meninos; dos 661 de cor parda, 38,34% são do sexo masculino; de 505 de preta, 29,29% são

¹⁸ Resultado referente ao Estado do Rio de Janeiro pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros_resultados/populacao_por_municipio.shtm. Acesso em janeiro de 2019

meninos; 03 de amarela correspondem a 0,17% de meninos; 01 de indígena, a 0,06% de meninos e; 238 ignorado (não declarado) que refere-se à 13,81% do sexo masculino (não há informação).

Outro princípio legal não cumprido e destacado pela pesquisa do Ipea/Conanda é o da brevidade (art. 101, parágrafo único do ECA). Mais da metade das crianças e dos adolescentes abrigados vivia nas instituições há mais de dois anos; ao passo que 32,9% estavam nas instituições de acolhimento por um período entre dois e cinco anos; 13,3% entre seis e dez anos e; 6,4% por mais de dez anos.

Este dado também foi apresentado pelo 21º censo divulgado pelo MCA, que afirma que o tempo máximo de acolhimento de 02 anos não é cumprido, tornando-se, o grande desafio para os serviços de acolhimento institucional. Os dados mostram que o percentual de adolescentes que permanecem no acolhimento é de 16,73% com mais de 1 ano e menos de 3 anos de acolhido, este é o percentual mais alto apresentado neste censo.

Outro levantamento realizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, em 2013, apontou que quase metade das instituições de acolhimento voltada para crianças e adolescentes concentra-se na região sudeste do país, sendo São Paulo o Estado com o maior número de instituições. O tempo médio de permanência dos acolhidos nessas instituições ainda está muito distante do ideal. Nos abrigos e casa-lares o percentual de acolhidos por mais de 2 anos ultrapassa os 30%. E mais de 75% das instituições visitadas, informaram que há atendidos que não receberam visitas dos pais ou responsáveis nos últimos dois meses. Essas informações estão disponíveis: no documento intitulado: “Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país” (Assis; Farias, 2013).

Em relação às ações de incentivo à convivência das crianças e dos adolescentes com suas famílias de origem, a maioria dos programas realizava visitas aos lares, embora a minoria permitisse visitas livres dos familiares aos abrigos. A maioria dos programas priorizava a manutenção ou a reconstituição de grupos de irmãos (em diferentes idades) e recebia tanto meninos quanto meninas.

Contudo, somente 27,8% do total das instituições que desenvolviam programas de acolhimento atendiam todas estas ações (Ipea/Conanda, 2004).

Outro ponto importante, se refere à flexibilidade nos horários de convivência com a família, seja dentro das instituições de acolhimento, ou facilitando o acesso do adolescente às suas famílias. A flexibilização nos horários de convivência pode ser considerado um dos pontos que podem contribuir para o fortalecimento dos vínculos que encontram-se fragilizados, pelo afastamento familiar (Assis; Farias, 2013).

Neste sentido, a URS Bangu vem facilitando o acesso da família no cotidiano institucional. As famílias são convidadas a acompanhar os filhos nas reuniões escolares; a acompanhar ao atendimento de saúde (quando é possível); e a participar das festas que são ofertadas no espaço institucional, inclusive com incentivo que o maior número de integrantes da família também possa participar deste momento, contribuindo inclusive na organização e no cardápio da festa se for possível. O que vem proporcionando sentimento de pertencimento e de fortalecimento dos vínculos familiares. Uma vez que são anfitriões, e não só convidados deste momento.

O levantamento indica também que a maioria das instituições pesquisadas que surgiram durante a vigência do ECA, seguem os preceitos condizentes com as diretrizes legais e com os princípios da proteção integral e do atendimento individualizado. Apesar do grave quadro retratado pela pesquisa, mudanças relevantes estavam em processo, especialmente no campo da Assistência Social, que, com grande esforço vem buscando transformar a visão tradicional ainda existente e busca implementar o reordenamento do acolhimento institucional para crianças e adolescentes no país (Assis e Farias, 2013).

Outros dados foram apresentados pelo Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (Conselho Nacional de Justiça, 2018) retrata o panorama nacional, com a existência de mais de 4.400 entidades de acolhimento nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. São mais de 47.700 crianças e adolescentes acolhidas hoje no Brasil. Destas, 26,1% (12.460) têm idades entre 14 e 17 anos e 51,5% (24.550) são do sexo masculino.

A análise realizada pelo Atlas da violência (2017) destaca a realidade ainda mais cruel em que nossos jovens estão envolvidos, como a falta de oportunidades educacionais e laborais que privam a vida desses jovens ao acesso a material e à inserção social, apresentando:

o drama da juventude perdida possui duas faces: de um lado, a perda de vidas humanas e, do outro, a falta de oportunidades educacionais e laborais, que condenam os jovens a uma vida de restrição material e anomia social, que terminam por impulsionar a criminalidade violenta. Esta é uma realidade presente na vida da maioria da população, atendida pelos programas socioassistenciais, fruto do não investimento adequado na educação infantil (a fase mais importante do desenvolvimento humano). Acrescenta que: relega-se à criança e ao jovem em condição de vulnerabilidade social um processo de crescimento pessoal sem a devida supervisão e orientação. Além de uma escola de má qualidade, que não diz respeito aos interesses e valores desses indivíduos (Atlas da violência, 2017, p.26).

Outro dado importante é a colocação em família substituta de adolescentes e a adoção tardia. Os dados do Conselho Nacional de Justiça apontam para “uma conta que não fecha”: 20,1% de crianças de 9 a 12 anos e 48,0% de jovens de 13 a 17 anos encontram-se em alguma forma de acolhimento. Comparando os pretendentes à adoção temos 3,3% de pretendentes para adoção para crianças de 09 a 12 anos e 0,7% aceitam jovens de 13 a 17 anos.

Desta forma, a colocação em família substituta de adolescentes - a adoção tardia - ainda é vista com muitas restrições pelos adotantes que se habilitam no Cadastro Nacional de Adoção. Os adolescentes ainda são vistos pelo senso comum como “menores infratores”. Percebidos como pessoas de alta periculosidade, agressivos e violentos.

No estudo realizado para esta dissertação, a análise dos documentos da URS Bangu apresentaram casos de colocação em família substituta, que serão apresentados no capítulo 4, que tem como objetivo mostrar a análise dos dados.

O retorno para o acolhimento é outro dado importante. As devoluções após reinserção familiar ou colocação em família substituta é considerado o grande entrave para os serviços de acolhimento. Decorrente, em alguns casos, da falta de acompanhamento pós-reinserção pelas entidades de acolhimento, pelos

equipamentos socioassistencial e pelo SGD e pela falta políticas públicas que possam atender as necessidades e desta população.

Diante dos dados aqui expostos será que podemos inferir que o acolhimento tem cor, raça e classe social?

2.6 Contexto psicossocial

Para iniciar este subcapítulo buscamos saber quando este termo começou a ser usado no Brasil e descobrimos que o termo *atenção psicossocial* foi utilizado a partir da II Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1992, quando se definiu que a atenção integral e a cidadania eram conceitos norteadores da atenção à saúde mental e, assim, nos marcos dessa Conferência e de todo o movimento que ela desencadeou, compreende-se que a condição de saúde e doença mental presente em uma determinada pessoa é resultante de um conjunto complexo e indissociável de determinações e condicionamentos biológicos, psicológicos e sociais.

Essa noção caracteriza-se pela complexidade do processo social, que se constitui como uma tecelagem, na qual diversas linhas se entrelaçam continuamente, processo este, que está em movimento o tempo todo e, conseqüentemente, agrega valores, sentidos, elementos de múltiplas composições, fazendo emergir diferentes sujeitos, novas visões de mundo e outras ideologias. “Essas simultâneas dimensões ora se complementam, ora são conflitantes, produzindo pulsações, paradoxos, tensões e consensos” (Amarante, 2007, p. 63).

Os adolescentes que se encontram em instituições de acolhimento no Brasil, como a história nos mostra, tem na sua origem a marca da desigualdade social, são famílias que moram em território dominado pelo tráfico ou pela milícia. Zona de conflitos constantes de grupos civis armados e também com a polícia que paralisa suas vidas, pois, os impedem de se movimentar no território, cerceando famílias inteiras de acessar a educação, a saúde, o emprego formal ou informal, o lazer,

esporte e cultura. Acesso aos Direitos Sociais, que deveriam ser garantidos pelo Estado.

É neste contexto de violação que essas famílias precisam educar seus filhos. Os relatos que chegam à instituição de acolhimento mostram que precisam preservar seus filhos, os manterem vivos. Como este depoimento: “(...) *queria meu filho comigo, mas não dá, os caras não querem ele lá. Aqui ele está melhor aqui, longe daquela guerra. Está vivo.*” (Mãe, 2018).

Neste sentido, a questão social, com suas múltiplas expressões, é uma variável importante para compreender o contexto em que estas famílias estão inseridas. Bem como a segregação que elas sofrem por conta da violência imposta pelo tráfico, pela milícia ou pela ação policial no território, que impede, inclusive, o retorno de seus filhos para casa.

Para entender melhor este contexto a expressão “questão social” tem um histórico recente, começou a ser utilizada na terceira década do século XIX, surge para nomear o fenômeno do pauperismo. “A pauperização da população trabalhadora é o resultado do capitalismo industrial que crescia da mesma maneira que aumentava a produção” (Netto, 2001, p. 42).

Assim, a complexidade da questão social está baseada no desafio histórico estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho. A partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinantes o empobrecimento da classe trabalhadora, a consciência dessa classe e a luta política desta contra seus opressores.

Essa contradição é oriunda do desenvolvimento da sociedade, em que o homem tem acesso à cultura, natureza, ciência e às forças produtivas do trabalho social; e do outro lado, cresce a distância entre concentração/acumulação de capital e aumento da miséria e da pauperização (Pereira, 2003).

Deste modo, a industrialização acompanhada da urbanização, constituiu o processo desencadeador da questão social, em que as relações sociais e econômicas pré-industriais foram desmanteladas pelo avanço das forças produtivas que respondem primariamente pelas mudanças estruturais. A pobreza, passa ser a pré-condição estrutural da questão social, e precisou

ser politicamente problematizada. O que segundo Pereira (2003), constitui em graves desafios atuais, que são produtos da mesma contradição entre capital e trabalho, que gerou a questão social no século XIX, mas que, contemporaneamente, assumiram enormes proporções e não foram suficientemente problematizados.

Sendo assim, a questão social só se tornará “questão social” quando ela for problematizada o suficiente. Reconhecida e assumida por um dos setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-la, torná-la pública e de transformá-la em demanda política, no sentido de “resolver” o problema. Não basta reconhecê-la enquanto realidade bruta da pobreza e da miséria; é preciso ser problematizada em seus dilemas, mas no cenário da crise do nosso Estado de Bem-estar, da justiça social, do papel do Estado e do sentido da responsabilidade pública.

Assim, a questão social só se apresenta em suas objetivações, em projetos que determinam prioritariamente o capital sobre o trabalho, em que o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para a população. Podemos citar algumas consequências desse processo de apropriação do produto social, como: desemprego, analfabetismo, fome, violência, moradias precárias, falta de saneamento básico dentre outros (Arcoverde, 1999).

É neste cenário que a atuação dos profissionais precisa mostrar-se sensível à dinâmica das várias expressões da questão social. Nessa perspectiva, Arcoverde (1999) defende que “os profissionais precisam decifrar as mediações que na atualidade permeiam a questão social, desfazendo seus nós. E, assim procurar dar visibilidade às formas de resistência e lutas por vezes oculta, mas presentes na realidade” (Ibid., p. 79).

Sendo assim, a atuação contextualizada do profissional é fundamental para compreender os “porquês” das inúmeras questões que os adolescentes trazem ao chegar à instituição de acolhimento, que estão relacionadas com sua vida. Seja quando ainda moravam com sua família ou quando estavam em situação de rua, tais como: qual é a facção daqui? Qual o comando que domina este lugar? Parece que o mesmo “poder” que os impedem de voltar para casa os acompanham. É notório a surpresa ao saberem que talvez, ali este “poder” não esteja presente diretamente. Sim, diretamente. Porque na ocorrência de um conflito mais sério. Eles

solicitam a intervenção deste “ mesmo poder” para sua proteção ou como forma de retaliação ao colega que o ofendeu, provocando o mesmo medo que em outrora sentiram.

Convém destacar que o contexto que essas famílias e os adolescentes estão inseridos estão muito próximos em alguns casos, ao vivido também pelos educadores que residem no mesmo território de origem destes adolescentes e, portanto, sofrem as mesmas restrições de acesso aos direitos sociais e aos serviços. Este cenário muito próximo, provoca conflitos nesta relação, pois, às vezes interpretam as intervenções, baseado no direito a participação, como privilégio, como benesse e não como direito do adolescente que se encontra acolhido.

2.7

A convivência familiar e comunitária: afinal, pode ser não voltar para a família?

Neste item, o foco principal são as questões relacionadas à família dos adolescentes institucionalizados. O contexto socioeconômico em que elas estão inseridas, as questões que as levaram a ter seus filhos acolhidos institucionalmente. Para isso, primeiro iremos refletir sobre a importância da família, seja de origem substituta ou afetiva para o desenvolvimento do adolescente, que foi afastado temporariamente deste convívio.

Cumpr-se observar que a família pode ser considerada como principal agente de socialização para o desenvolvimento da cidadania, da proteção e do cuidado de seus membros e para assumir esse papel, que lhe é socialmente atribuído. Para isto, faz-se necessário a primazia da atenção do Estado. A PNAS/2004 estabelece a centralidade da família e à convivência familiar, colocando como foco as necessidades e peculiaridades das famílias, entendendo-as como sujeito coletivo.

No entanto, a centralidade da família começou a ganhar destaque, segundo Philippe Ariés (1981), principalmente entre os séculos XVI e XVII, a partir da necessidade de associar a educação à inscrição no espaço social. Até então, era muito comum que os filhos fossem entregues a outros lares a fim de que lhes

pudessem ser ensinados determinados ofícios, principalmente os domésticos, considerados de grande importância. Como consequência da indistinção entre vida particular e profissão, as aprendizagens eram confundidas com a educação formal.

A instrução da criança e os saberes e conhecimentos adquiridos por ela se davam pela prática e pelo convívio com os adultos, que também contribuía para a convivência comum de gerações diferentes (Ariés,1981).

Os conceitos de criança e família foram sendo construídos concomitantemente, mais precisamente a partir do século XVIII, como descreve Donzelot (1986) em seu livro “polícia das famílias”, que aborda como a visão higienista e moralizadora dos reformadores católicos e protestantes, ligados à igreja, às leis ou ao Estado denunciavam as práticas sociais em relação aos cuidados das famílias a seus filhos. A partir de então, começa a se desenvolver um novo tipo de vínculo entre o casal e seus filhos, e o espaço doméstico tornar-se um espaço privado de convivência da família.

Essa ação moralizadora é também de controle de uma classe social dominante que subjuga outra classe social de dominados, que são vistos como perigosos e amorais, frutos da desigualdade social (Gulassa,2010). Este cenário parece perdurar ainda nos dias de hoje.

Sendo assim, o modelo de família considerado "ideal", ainda disseminado e predominante, é o da família nuclear¹⁹, mas é notável que esta não é a única forma de organização familiar existente nos dias de hoje. Percebe-se o crescente aumento dos diversos arranjos familiares, dentre os quais podemos mencionar a família monoparental (apenas um cônjuge e os filhos, geralmente matrifocais, isto é, chefiadas por mulheres) e a família recomposta (caracterizada pela presença de divorciados, que geraram outras uniões) (Gulassa,2010).

As famílias de camadas populares são caracterizadas geralmente por serem regidas por um aspecto moral e por uma lógica de solidariedade. Assim, as famílias

¹⁹A família nuclear normalmente é composta pelos pais e irmãos, enquanto a família extensa é composta por avós, tios, primos, etc. No entanto, este conceito é flexível, já que, muitas vezes, os avós (ou outros parentes) podem morar na mesma casa e por isso são considerados como família nuclear. Em outros casos, um ou os dois pais podem não estar presentes por algum motivo, não fazendo parte da família nuclear.

de classes populares, comumente não são organizadas por um núcleo, e sim, por uma rede de confiança, na qual há uma obrigação moral de cuidado com o outro. Embora o modelo de família nuclear seja idealizado e desejado por essas famílias, observa-se que a configuração familiar mais presente neste segmento é o de famílias matrifocais e extensas²⁰ (Bastos; Alcântara; Ferreira-Santos, 2002).

Decerto essas famílias vêm enfrentando o grande desafio de proteger e manter seus filhos em casa. Fato apontado também por Sposati (1997), que afirma que a família vem enfrentando a questão social e, nesse sentido, a PNAS assegura o direito à convivência familiar e aos mínimos sociais que, constituem padrões básicos de inclusão e garantem“(...) atender não só as necessidades gerais, mas incluir as necessidades especiais, garantindo tanto a igualdade como a equidade” (Sposati; 1997, p.15). Sendo assim, para assegurar os mínimos sociais da família, é importante compreendê-la como unidade relacional.

Isto contribui para que muitas destas famílias tenham a crença de que a instituição de acolhimento será um lugar onde os filhos receberão cuidados e educação, coisas que julgam ter sido incapazes de dar aos ‘seus’. Este fato contribui para manter os filhos acolhidos, o que favorece o aumento do tempo de institucionalização de crianças e adolescentes. Essa lógica também é destacada por Oliveira & Milnitsky-Sapiro (2007):

(...) As famílias, por sua vez, em muitos casos, apresentam falta de clareza do papel das instituições de acolhimento e procuram-nas para deixar os filhos sob seus cuidados, acreditando que as instituições teriam um poder de ‘consertar’ os filhos (Oliveira; Milnitsky-Sapiro, 2007, p. 623).

Outro ponto relevante é a culpabilização das famílias por não conseguirem dar conta de seus filhos.

²⁰ A denominação família extensa foi introduzida com a reforma do ECA, que se deu com a Lei 12.010/09 e, de acordo com o previsto no parágrafo único do “Art. 25. (...) Parágrafo único. Entende-se por **família extensa ou ampliada** aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Trata-se de espécie de família natural, em distinção à família substituta” (Brasil, 2009).

A culpabilização da família pelo Estado de abandono do menor não foi uma criação da Política Nacional de Bem-Estar do Menor, engendradas nos primeiros anos da FUNABEM. As representações negativas sobre as famílias cujos filhos formavam a clientela da Assistência Social nasceram junto com a construção da Assistência à infância no Brasil. A ideia de proteção à infância era, antes de tudo, proteção contra a família. Foi, sobretudo, a partir da constituição de um aparato oficial de proteção e assistência à infância no Brasil, na década de 1920, que as famílias das classes populares se tornaram alvo de estudo e formulação de teoria a respeito da incapacidade de seus membros em educar e disciplinar seus filhos (Rizzini; Rizzini, 2004, p.39).

Essa culpabilização é observada nos discursos legais, durante as oitivas realizadas nas audiências e também no discurso de alguns profissionais presentes nas instituições de acolhimento, assim como, nos que atuam nas redes socioassistenciais. As famílias são responsabilizadas pelo acolhimento de seus filhos, porém, muitas vezes, o contexto social impõem a medida protetiva de acolhimento como forma de dar conta da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Isto pode ser observado nos relatos das famílias que têm seus filhos institucionalizados.

Portanto, a valorização da participação do adolescente e da família no processo de reinserção social, trazida nesta pesquisa, encontra, na concepção de família de Sarti (2004), um ponto fundamental: a família seria um mundo de relações e o atendimento teria o objetivo de possibilitar à família lidar forçosamente com este mundo, em todo seu emaranhado de situações e pontos de vistas. Quando se enfoca na família, então, a primeira coisa a ter-se em conta é que trata-se de relações e não de indivíduos. Ou seja, refere-se às relações intersubjetivas que ocorrem no âmbito familiar. Deste modo:

Pretende-se sugerir, assim, uma abordagem de família como algo que se define por uma história que se conta aos indivíduos desde que nascem, ao longo do tempo, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será, por eles, reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os distintos lugares e momentos dos indivíduos na família. Vista como uma realidade que se constitui pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, a família torna-se um campo privilegiado para se pensar a relação entre o individual e o coletivo, portanto, entre mim e o outro(Sarti 2004, p. 12).

Assim sendo, Sarti (2004) sustenta a ideia de que a família se delimita, simbolicamente, a partir do discurso de si mesma, que opera como um discurso oficial, embora culturalmente instituída, comporta uma singularidade. Cada família constrói sua própria história, seus próprios mitos, expressos nas histórias contadas, que cumprem a função de imprimir a marca da família a ser herdada.

Neste sentido, Sarti (2004) destaca que não há realidade humana exterior à cultura, pois os seres humanos se constituem em cultura, portanto, simbolicamente. A fala não tem a função apenas de comunicação, mas também nos coloca na ordem do simbólico, ou seja, o significado que atribuímos ao que é dito, segundo a regras da sociedade em que vivemos. A importância do discurso dos sujeitos envolvidos, da participação, de como os vínculos familiares serão construídos ao longo da vida destes adolescentes, dependerá de como vivenciaram suas histórias, não objetivamente, mas subjetivamente, dando significado a cada uma delas.

Essas histórias trazem a marca do que foi vivido e nem sempre de forma prazerosa. Nesta perspectiva, para Oliveira (2017) a família se constitui como um espaço em construção, não natural de proteção, pode ser, inclusive, violador e adoecedor para os sujeitos.

Decerto esta família que tem seus filhos acolhidos, por não conseguirem propiciar um ambiente protetor, agregador e afetivo, no qual os conflitos possam ser vivenciados como momentos de fortalecimento das relações. Isto é facilmente observável no histórico dos adolescentes que estão acolhidos institucionalmente. Os fatores que desencadeiam a saída de casa são inúmeros como: os conflitos nas relações entre pais e filhos, principalmente quando chega a adolescência; a violência doméstica; o uso abusivo de álcool e outras drogas; a violência do lugar onde moram; a falta de emprego, de moradia; os rearranjos familiares; a falta pertencimento a esta família; a falta de políticas sociais, a violação dos direitos pelo Estado (Oliveira, 2017).

Sendo assim, a questão social é um fator presente nas vidas destes sujeitos. A criminalização da pobreza, como destaca Bauman(1999) e Wacquant (2001), num Estado social mínimo, se transforma lentamente em um Estado penal máximo

e se configura em uma dura e cruel realidade para essas famílias e para seus filhos. Neste sentido, Rizzini e Maria Helena Zamora (2006) ressalta que:

(...)estamos colectando los frutos de La propuesta neoliberal de reforma y “modernización” Del Estado, alterndo su perfil de proveedor. Siguiendo los pasos de esa tendencia, la provisión social pública viene siendo cada vez más descaracterizada como derecho de ciudadanía. La nueva concepción es la de concentra los recursos disponibles em los sectores más carentes. O sea, es la propuesta de La focalización em detrimento de la universalización de los derechos, lo que impide que las personas salgan del ciclo de pobreza, ya que tales políticas atienden apenas las necesidades supervivenciay no capacitan al individuo para El ejercicio de La ciudadanía plena (Rizzini; Zamora, 2006. p.27).

Dessarte, a instituição de acolhimento precisa cuidar dessas famílias, ofertando espaço para que a convivência possa ser restabelecida e, assim, o adolescente e sua família possam decidir e compreender que conviver pode não ser coabitar o mesmo espaço físico e que, mesmo assim, podem ter os vínculos fortalecidos.

O vínculo, então, é, segundo Pichon-Rivière (1980) é uma construção pessoal, mas também um fenômeno social. Ao mesmo tempo, não existem relações impessoais, pois cada vínculo se estabelece a partir de um outro que lhe é anterior e que está condicionado historicamente naquele indivíduo. Mesmo quando na relação há duas pessoas envolvidas, a vinculação estabelecida entre ambas está repetindo histórias (Abreu, 2016).

As primeiras relações objetais são administradas por uma série de processos de projeção e introjeção por meio dos quais o mundo interno é constituído. Neles são incluídas as representações do mundo externo, marcadas pelo vínculo que é estabelecido com os objetos internos, elas são introjetadas e percebidas como se fossem reais. A relação com o objeto faz parte da estrutura interna do vínculo, sendo ele, então, uma relação particular com determinado objeto, uma estrutura dinâmica em constante movimento (Abreu, 2016).

Desta forma, a relação de objeto é um estrutura complexa, que inclui o sujeito e o objeto, não existindo uma forma estática de vínculo, não existe apenas uma forma. Os vínculos são estabelecidos a partir de uma espécie de contrato

inconsciente, como uma estrutura que inclui a interação entre o sujeito e o objeto. A dinâmica entre eles inclui, ainda, manifestações não-verbais como o interjogo de olhares, que revelam consigo os afetos presentes na interação (Oliveira; Terzis, 2009; Rosseti-Ferreira e col., 2010).

Portanto, quem dispensa cuidados a uma criança deve ter disponibilidade para identificar suas demandas e se prontificar a atendê-la, quando necessário for. É pelo vínculo afetivo desenvolvido entre a criança e a mãe, ou cuidador, que uma base segura será oferecida, permitindo um gradativo distanciamento da figura de ligação para explorar o meio (Abreu, 2016).

Dito isto, pensar o vínculo como componente presente não só convívio com a família, mas presente na relação com o outro, que pode inclusive ser dentro da instituição de acolhimento, é essencial para refletir sobre a convivência. Convivência que continua no espaço de acolhimento, pois é aprendendo a conviver consigo mesmo, com seus pares, suportando as frustrações, fruto das privações afetivas[,] que sofreu no processo de afastamento da família, é que os vínculos familiares podem ser fortalecidos.

Neste sentido, ressignificar as perdas, restabelecer as conexões e reconexões serão necessárias para que o adolescente possa planejar seu retorno para casa ou ir morar sozinho, sem que isso signifique estar sozinho. Uma vez que, a família pode participar deste processo junto com o jovem, tendo a família como apoio neste início de vida, como por exemplo o ajudando a procurar o imóvel que irá morar, contribuindo com a aquisição dos utensílios para casa ou auxiliando nas despesas e, assim, participando deste momento de reconstrução.

Os laços construídos estão nos relacionamentos intersubjetivos, de proximidade entre humanos, são os mais intensos e íntimos. Mas o indivíduo também está inserido em um macrocontexto, com a cultura e a sociedade, e com elas também constitui vínculos. Tal relação ocorre de forma dialética, na qual há uma constante interação, pois, a sociedade está dentro e fora do indivíduo. A qualidade dos vínculos afeta a relação da pessoa consigo mesma, o que, por sua vez, interfere na sua capacidade de aprender, de suportar as limitações, de fazer

projetos possíveis e sentir-se realizado, mesmo enfrentando dificuldades (Abreu, 2016).

Abreu (2016) aponta que o cuidar possibilita o movimento de construção das relações do indivíduo com o outro, permitindo cada sujeito “morar” no mundo, ter um lugar para ser sujeito, para viver, para estar inserido numa comunidade por meio dos laços sociais do qual ela emerge. A morada significa um lugar para ser, que supõe um mútuo reconhecimento, em uma relação de pertencimento a um coletivo.

Convém destacar que, os adolescentes em situação de acolhimento costumam apresentar certa ambivalência com relação à ideia de família: de um lado, a fantasia de que este seria um lugar ideal, marcado pelo acolhimento e proteção, capaz de dar conta do sentimento de desamparo; de outro, lembranças permeadas por certo rancor pela relação perdida. De um modo geral, muitos entrevistados na pesquisa apresentada por Tinoco (2007) manifestavam o desejo de construir suas próprias famílias, almejando, assim, poder resgatar a imagem positiva dela e revivê-las de acordo com suas expectativas.

Outros autores (Arpini, 2003; Tinoco, 2007; Siqueira e col., 2011) apontam que o discurso dos adolescentes sobre o acolhimento revela lembranças menos traumáticas que aquelas relativas à experiência familiar, pois ali encontraram um lugar de apoio e reestruturação da vida. A instituição representou um lugar de proteção, quase de resguardo, diante das possíveis ameaças e riscos que permeavam suas vidas. Tornando-se, então, uma referência ainda mais forte que a própria família, mobilizando sentimentos de pertencimento e de acolhimento, e compensando a falta de motivação e engajamento das famílias e a fragilidade dos vínculos.

A possibilidade de construção desses vínculos com seus pares permite que a reinserção possa ser pensada também com quem está saindo do acolhimento junto com ele, ou seja, ir morar junto com o colega que também esteve acolhido. A família ao participar deste momento de construção amplia os laços familiares entre as famílias ampliando a rede de colaboração.

A convivência familiar e comunitária, então, é um processo que se inicia desde que o momento em que o adolescente chega à instituição de acolhimento. Este espaço institucional deve ser capaz de proporcionar um ambiente seguro e estável para que o adolescente e sua família sejam cuidados e possam conviver e deste modo, ir morar, ou não, com sua família de origem seja uma escolha.

No próximo capítulo, será apresentada a trajetória metodológica desta pesquisa.

3 Considerações sobre a metodologia

3.1 Trajetória metodológica: o processo para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa

“(...) o labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído.” (Minayo, 2001, p.13-14).

A pesquisa é considerada uma tarefa intensa no campo acadêmico, carregada de paixão e criatividade. Mistura-se à própria essência do pesquisador. De acordo Deslandes (2011), os trabalhos mais admiráveis são aqueles que o autor constrói uma afinidade inseparável com sua vida.

Esta relação do autor com o tema e com o campo a ser pesquisado possibilitou a construção desta dissertação com doses de criatividade e também possibilitou registrar as observações com as marcas pessoais da pesquisadora, suas reflexões e seus sentimentos. Tanto da observadora como do observado, que foram capturados no momento dos registros e lançados minuciosamente no diário de campo.

Este estudo está relacionado com a experiência profissional da pesquisadora, como já mencionado. E se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, com o objetivo de analisar a participação dos adolescentes acolhidos no processo de desligamento institucional, visando contribuir para o direito à convivência familiar e comunitária.

Neste sentido a presente pesquisa é de natureza qualitativa e se aproxima de uma abordagem de investigação etnográfica, a medida que produz e analisa dados.

Prioriza ouvir as falas e reflexões dos atores sociais envolvidos - os adolescentes acolhidos na URS Bangu.

Portanto, a pesquisa social não pode ser definida de forma estática. Ela tem uma vivacidade, uma historicidade. Sendo assim, ela só pode ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as contradições e conflitos que permeiam seu caminho (Minayo, 1994).

O método qualitativo usado em pesquisa social é o que se aplica neste estudo dos significados, motivos das ações e opiniões das relações humanas, que correspondem aos produtos das interpretações que o indivíduo faz da vida em sociedade, como também, tem um caráter histórico, refletindo posições de determinado grupos e classes frente à realidade. Minayo considera:

(...) que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos. Compreende uma relação intrínseca de oposição complementariedade entre o mundo natural e social, entre o pensamento e a base material (Minayo, 1994, p.25).

Desta forma, concebe-se a realidade constituída por contradições e em constante movimento, buscando-se apreendê-la em sua totalidade e historicidade. É nesta perspectiva é que pretende-se analisar o cotidiano dos adolescentes acolhidos na URS Bangu, sua participação nas decisões institucionais, sua autonomia, seu sentimento de pertencimento, suas perspectivas em relação ao serviço de acolhimento e também, do seu desligamento institucional.

A investigação etnográfica foi utilizada nesta pesquisa por melhor atender ao objetivo deste estudo, uma vez que, considera os atores sociais como eles se apresentam, ou seja, a partir de suas perspectivas. A etnografia é uma abordagem de investigação e análise, que tem sua origem na antropologia, mas atualmente, é utilizada por pesquisas em várias áreas do conhecimento, em especial nas ciências humanas e sociais. Ela compreende o estudo por meio da observação direta e por um período de tempo, dos processos de pensamento, comportamentos manifestados no cotidiano e fatos ocorridos num grupo específico de pessoas em um determinado contexto (Minayo, 1994).

Em relação a esta pesquisa, a etnografia muito contribuiu para a investigação e análise do cotidiano e dos fatos ocorridos no cotidiano institucional dos adolescentes acolhidos na URS Bangu. Observei os adolescentes durante a ocorrência dos grupos focais e oficinas temáticas, assim como, nas tarefas e atividades próprias da rotina institucional²¹, por um período de 10 (dez) meses. Cabe ressaltar que algumas observações referem-se a minha experiência profissional ao longo dos cinco anos atuando nesta instituição de acolhimento, o que motivou muitas reflexões que fomentaram esta pesquisa. Estes registros contribuíram para proporcionar um panorama comparativo interessante sobre a ‘mudança’ que parece está sendo construída nesta URS.

A etnografia, por se preocupar com a análise dialética da cultura, por inserir sujeitos sociais com uma participação ativa e dinâmica, segundo Mattos (2011), contribui para o campo de pesquisa qualitativa que se interessa pelo estudo das desigualdades e exclusões sociais tão presentes nos contextos dos adolescentes que estão participando desta pesquisa.

Esta abordagem possibilitou ainda realizar um plano de trabalho que pudesse ser revisto e reavaliado de acordo com a aproximação do pesquisador com o campo empírico, contribuindo para compreender a realidade. Outro ponto importante refere-se a favorecer o caráter questionador do pesquisador. Pois, suas técnicas e procedimentos não atende a padrões rígidos ou pré-determinados, mas se constroem a partir do trabalho de campo, no contexto em que a pesquisa foi realizada (Mattos, 2011). Muitas vezes, as técnicas foram criadas de acordo com as necessidades observadas durante o processo investigativo de campo. De acordo com Mattos (2011), “o sujeito, historicamente fazedor da ação social, contribui para significar o universo pesquisado exigindo constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador.” (Ibid., p.1).

Outro autor que discorre sobre o método etnográfico é Frederic Erickson, afirmando que a etnografia tenta fazer uma análise detalhada de comportamentos,

²¹ Escolha do cardápio, regras da casa, limpeza do espaço, sugestão de passeios, opção de escolas, retorno ou não à família de origem ou substituta, inclusão no Jovem Aprendiz e nas atividades esportivas, dentre outras.

significados no dia a dia de interação social. Assim como, destaca a importância do contexto social. Desta forma,

(...) a análise da interação face a face é uma das formas de procedimento que podemos escolher para realizar esta tarefa. Queremos ser específicos sem sermos abstratos, sermos empíricos sem sermos positivistas, sermos rigorosos, sem sermos obsessivos (Erickson, 1988 *apud* Matos, 2011).

Sendo assim, o trabalho de campo envolve métodos e procedimentos nos quais temos que ser radicalmente indutivos para a seleção do que deve ser importante para a pesquisa. As categorias ou temas que escolhemos para observar não são necessariamente escolhidos previamente; na maioria das vezes, essa escolha se dá a partir do desenvolvimento do trabalho de campo, pois a cada momento de reflexividade e desempenho sobre o trabalho, modifica-se o caminhar e cria-se movimento próprio aos dados e como eles refletem as nossas questões. Indução e dedução estão constantemente em diálogo com este procedimento analítico. O pesquisador delinea sua linha de questionamento e os temas que passam a pertencer ao corpo do trabalho.

Desta forma, como bem aponta Mattos (2011), o desafio da abordagem etnográfica é tentar fazer com que, continuamente, se fale sobre organização da interação no contexto em que estão inseridos, de modo que esta fala seja significativa para os atores sociais que estamos investigando. Como nos diria Paulo Freire²²: “falar com eles e não sobre eles, e isso é uma tarefa muito difícil, senão, quase impossível”. Na tentativa de significar o local pela narrativa descritiva usando termos que são o mais próximos possíveis daqueles usados pelos atores sociais que participam deste projeto, termos que eles usariam se lhes fossem permitido falar. Fazer isso é diferente de escrever “protocolos”.

Deste modo, ao escrevermos uma narrativa, temos que colocar os atores como eles se apresentam sob a perspectiva deles. Para isso, é importante se conhecer o significado local da ação.

²² Disponível em:

<https://joserosafilho.wordpress.com/2013/10/25/a-esperanca-segundo-paulo-freire>. Acesso em janeiro 2019.

Ao tentarmos escrever sobre o outro, o *ethnoe*, de uma maneira em que o ponto de vista dele seja considerado, estamos tocando num ponto frágil da utilização da abordagem etnográfica: a tentativa de fazer sentido, das maneiras de organização dos outros de um modo que não seja comprometedor, não seja invasor, não seja discriminatório, não seja opressor, ou não seja excludente (Mattos, 2011, p.65).

Para que esta pesquisa pudesse atender às características etnográficas, a observação participante, e os registros no diário de campo se constituíram como instrumentos fundamentais para a coleta dos dados, que foram inaugurados em fevereiro de 2018, e encerrados em dezembro de 2018, período em que o trabalho de campo foi realizado.

Deste modo, a aproximação com o objeto de estudo foi ocorrendo na proporção que a apropriação do campo teórico foi sendo intensificado, o que possibilitou o planejamento do trabalho no campo empírico, e, de acordo com a metodologia utilizada nesta pesquisa, pode ser reavaliada e construída a partir da relação entre a observadora e os observados.

Assim sendo, este estudo priorizou a visão do adolescente, seus depoimentos e suas histórias de vida. Em seu desenvolvimento uma série de recursos foi utilizado, entre eles: a observação participante, a análise documental da URS, as conversas informais com os adolescentes sobre sua participação no cotidiano institucional, na URS Bangu e em outras instituições de acolhimento, assim como sua participação no seu processo de desligamento institucional. O estudo contou também, com o depoimento de profissionais da unidade ou que estão envolvidos direta ou indiretamente com a instituição.

É importante destacar que a participação nesta pesquisa foi esclarecida e consentida pelos participantes. A pesquisa de campo ocorreu no período de fevereiro de 2018 a dezembro 2018 na URS Bangu.

A pesquisa proposta nesta dissertação teve como base o seguinte objetivo geral: Analisar a participação de adolescentes acolhidos na URS Bangu no processo de desligamento do acolhimento institucional, tendo como base seu direito à convivência familiar e comunitária.

Os objetivos específicos que nortearam a pesquisa foram:

- a) Analisar a questão do direito à convivência familiar e comunitária, considerando as especificidades de adolescentes acolhidos institucionalmente;
- b) Analisar dados quantitativos que dimensionem a questão do acolhimento institucional, especialmente no Rio de Janeiro, como por exemplo: o número de evasões e regressos de adolescente ao acolhimento;
- c) Compreender como o sentimento de pertencimento e a participação dos adolescentes contribuem para o processo de desligamento institucional;
- d) Analisar possíveis alternativas de desligamento institucional, a partir dos casos da URS Bangu.

A pesquisa foi organizada da seguinte forma: primeira fase se deu em uma pesquisa bibliográfica e a segunda fase, em técnicas a serem empregadas na coleta de dados e na seleção da amostra. Como terceira fase, constam as técnicas de registro destes dados e as técnicas que foram utilizadas na análise.

Para a análise dos pontos destacados nos objetivos propostos, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Revisão da literatura

Com a finalidade de contextualizar a discussão sobre o tema, foi realizada uma revisão sistematizada da literatura dos últimos 10 anos (2008 a 2018) sobre políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes, com foco na temática do acolhimento institucional e seu reordenamento, levando-se em conta o cenário nacional e, em específico, o da cidade do Rio de Janeiro. Um dos pontos centrais da análise da produção científica foi a questão da participação do adolescente acolhido institucionalmente no processo de desligamento e seu direito à convivência familiar e comunitária; assim como, a busca de bibliografia sobre a construção deste processo junto com o adolescentes. Sobre o direito de participação de crianças e adolescentes que se encontram em acolhimento.

Cabe salientar que o projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”²³, que teve como objetivo principal analisar a composição dos serviços

²³ Projeto coordenado pela professora Irene Rizzini (Cientista do Nosso Estado[CNE]/ Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro [FAPERJ])

de acolhimento institucional oferecido para crianças e adolescentes no Brasil, com foco na especificidade do estado Rio de Janeiro, trouxe grande contribuição para esta pesquisa, com a ampla revisão da produção acadêmica nacional, publicada entre os anos 2000 e 2018, sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como, sua sistematização e análise. Outro ponto importante deste projeto foi a realização de uma pesquisa com foco sobre as unidades de acolhimento existentes no estado do Rio de Janeiro.

O objetivo deste levantamento da produção acadêmica foi verificar, nas bases de dados compatíveis com a pesquisa, artigos, dissertações e teses publicados entre os anos de 2000 e 2018, no Brasil. Este material vem sendo organizado e analisado, visando identificar temas em destaques e as eventuais lacunas existentes sobre o tema.

Os dados relacionados a este levantamento, resultaram inicialmente na busca de 3 mil títulos referentes ao universo da pesquisa. Os descritores para esta pesquisa incluem termos como *acolhimento*, *abrigo*, *institucionalização* e *recolhimento* combinados com as palavras criança e adolescente. Esses textos foram filtrados a partir da leitura dos resumos e chegaram a aproximadamente 155 artigos e 300 teses e dissertações alinhados aos parâmetros estabelecidos no projeto.

O referido levantamento incluiu também publicações realizadas entre 2000 e 2017 no Brasil e o projeto prevê que a pesquisa contemple textos publicados em 2018. Além de afirmar que as publicações relacionadas à questão do acolhimento institucional sofreu fortalecimento a partir do final do ano 2000. A região sudeste destacou-se na produção sobre o tema, seguida da região sul. A maior parte dos textos analisados foram publicados em periódicos ou em cursos ligados a ciências humanas e sociais, sendo que as ciências da saúde e biológica também merecem alusão.

Segundo este estudo, os temas que se destacaram estão relacionados, ao cotidiano das unidades de acolhimento da perspectiva das crianças, dos adolescentes e dos profissionais; análises sobre a medida de proteção; discussões sobre a família; avaliações sobre o funcionamento das instituições e debates acerca do desenvolvimento das crianças e adolescentes em ambiente de acolhimento.

Nesta mesma perspectiva, a pesquisa de Gomes (2017) realizou levantamento de 838 títulos, destes 80 eram sobre acolhimento institucional de crianças, adolescentes e jovens. A pesquisadora encontrou 39 artigos, 35 dissertações e 6 teses. A produção é multidisciplinar de diferentes áreas do conhecimento. Ela afirma que a maior parte dos assuntos tratados se insere no tema, que também é de interesse deste estudo, sendo dividido da seguinte forma: processo de acolhimento (16 estudos); Processo de desligamento/saída (11 estudos); Práticas educativas e processo de acolhimento (7 estudos); e saúde e processos de acolhimento (5 estudos).

Ainda sobre este levantamento, o debate sobre a participação dos adolescentes como sujeito nas questões que os envolvem em seu cotidiano institucional pode ser considerada transversal aos 5 temas encontrados no agrupamento realizado. A pesquisadora ressalta que o estudo com enfoque no tema da participação de adolescentes em acolhimento institucional constitui ainda um desafio. Apesar de em vários desses estudos identificar a escuta dos adolescentes como instrumentos de coletas de dados (Gomes, 2017).

Além dos estudos já mencionados, outras pesquisas também foram fundamentais para esta dissertação, são elas: Siqueira, Dell’Aglia e Massignan (2011) - “Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos”; Rosa et. al (2012) – “O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional”; Costa, R. M (2016), dissertação de mestrado – “O acolhimento institucional para mães adolescentes: Práticas cotidianas e reinserção familiar”; Gomes, A. A. (2017) tese de doutorado – “O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas”; Fernandez, L. (2016), dissertação de mestrado – “Dos cantos de como se fez um teatro inventado: práticas artísticas com jovens em UNIDADES de acolhimento institucional”; Abreu, P. P. (2016), dissertação de mestrado – “Adolescentes em acolhimento institucional: O processo de saída”.

Nos referidos estudos, a participação do adolescente não aparece como tema principal, mas é sinalizado como fundamental para que o acolhimento institucional atenda ao princípio de medida protetiva, com seu caráter provisório e excepcional.

Considerando os adolescentes como sujeito de direito. Cabe destacar que o estudo realizado por Gomes (2017) é o único aqui encontrado, que traz a temática da participação de adolescentes acolhidos, como foco da pesquisa.

Destacamos que os estudos mencionados nesta dissertação são oriundos de vários campos do saber e foram essenciais para construção da mesma, que tem o **direito à participação do adolescente no processo de desligamento** como ponto central, tendo como base o direito à convivência familiar e comunitária. A seguir, destacaremos alguns desses estudos.

A pesquisa de Abreu (2016) trouxe como contribuição “a subjetividade, o pertencimento e a autonomia”, como elementos fundamentais para que a saída do acolhimento institucional possa ser efetivada.

Nesta perspectiva, o estudo realizado por Siqueira et. al (2011) ressalta que o desafio das instituições de acolhimento é dar voz aos acolhidos, para que a reinserções possam ser concretizadas, assim como, investir no trabalho com as famílias, antes e durante o acolhimento e pós-reinserção familiar. Neste sentido, Costa (2016) também salienta o desafio das instituições de acolhimento priorizar a voz das mães adolescentes acolhidas e destaca também, que o diferencial no trabalho institucional estaria relacionado a profissionais com suas práticas pautadas em uma contextualização.

Vale ressaltar que a revisão da literatura realizada para esta dissertação não foi possível localizar pesquisas que analisassem a participação do adolescente no processo de desligamento institucional, de forma direta, mesmo que o tema tenha sido tratado de forma transversal nos estudos apresentados. O que mostra a importância desta dissertação ao se aproximar do contexto específico do adolescente em acolhimento institucional, além de contribuir para produção de dados, como fonte de consulta para outros profissionais e pesquisadores, e principalmente como reflexões sobre a análise da participação de adolescentes acolhidos no processo de desligamento institucional, visando contribuir para a convivência familiar e comunitária.

2. Observação participante e registro em diário de campo

Frisa-se que a pesquisa de campo foi desenvolvida na Unidade de Reinserção Social Bangu. Destacamos que o tipo de pesquisa proposta está voltada para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições, entre outros campos, com o objetivo de compreender os diversos aspectos da sociedade. Visou a obtenção de informações e/ou conhecimento acerca de um problema ou descobrir novos fenômenos e suas relações.

Como indicado, o diário de campo foi utilizado para o registro das observações e reflexões durante esta pesquisa. Segundo Falkembach (1987), o diário de campo consiste em um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexões, para uso individual do investigador no seu dia a dia. Anotam-se todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita a criação dos hábitos de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos. Em consonância com este pensamento Lewgoy e Arruda (2004) afirmam que o diário de campo:

(...) consiste em um instrumento capaz de possibilitar ‘o exercício acadêmico na busca da identidade profissional’ à medida que, através de aproximações sucessivas e críticas, pode-se realizar uma ‘reflexão da ação profissional cotidiana, revendo seus limites e desafios’ (Lewgoy e Arruda, 2004, p.123-124).

Complementando essa ideia, Miotto et al. (2007), considera o diário de campo como um documento que apresenta tanto um “caráter descritivo-analítico”, como também um caráter “investigativo e de sínteses cada vez mais provisórias e reflexivas”, ou seja, consiste em “uma fonte inesgotável de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento profissional e do agir através de registros quantitativos e qualitativos” (Miotto et al., p. 96-97).

Assim, o diário de campo busca captar uma imagem na visão do pesquisador sobre o contexto estudado, com máximo detalhamento, incluindo aspectos do local, pessoas, ações e conversas observadas na sequência que os fatos ocorrem. Busquei registrar aspectos observados neste contexto, como: os sujeitos, sua aparência,

seu modo de vestir, suas expressões, modos de falar e de agir, visões de mundo que compartilharam comigo, elementos culturais, reconstrução dos diálogos, descrição do espaço físico. Procurei, também, estar atenta ao meu próprio comportamento como observadora e seus impactos no espaço estudado, ou seja, aspectos que possam interferir na coleta de dados. Como por exemplo: minhas percepções, ideias e preocupações e meus sentimentos que surgiram durante a ação.

Complementando este registro, a observação participante foi fundamental, o termo surgiu pela primeira vez pelo antropólogo social Bronislaw Malinowski, sendo um método qualitativo com raízes na pesquisa etnográfica tradicional. O método de coleta de dados na observação participante consiste em que o pesquisador participe de atividades cotidianas relacionadas a uma área da vida social, a fim de estudar um aspecto de vida por meio da observação de eventos em seus contextos naturais.

De acordo com Given (2008),

o propósito da observação participante é obter uma compreensão profunda de um tema ou situação particular através dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam, sendo especialmente adequada para o estudo de fenômenos sociais sobre o qual pouco se conhece e onde o comportamento de interesse não está prontamente disponível para visualização pública (Given, 2008, p. 598).

Para a realização da observação participante em minha pesquisa, realizei um relato sistematizado das intervenções realizadas dentro da instituição de acolhimento, especialmente as que possam estar contribuindo para analisar a participação dos adolescentes, com especial foco sobre a convivência familiar e comunitária. Como indiquei, os relatos foram elaborados a partir de dados registrados em diário de campo e oriundos do processo de observação participante, a qual, segundo Minayo (2001), envolve contato direto do pesquisador com a realidade dos atores observados em seus próprios contextos, sendo ele mesmo parte deste contexto, podendo modificar e ser modificado por tal. Os dados e registros provenientes desta observação foram complementados por análise documental da URS Bangu.

A observação foi realizada também nas visitas domiciliares e em outros espaços de interação com a família, ou seja, nas visitas das famílias na instituição.

Gostaria de acrescentar algumas outras fontes de dados para enriquecer a análise. São elas: (a) observação das oficinas temáticas e grupos focais que acontecem nesta instituição com o objetivo de observar como a participação dos adolescentes podem contribuir para o processo de convivência familiar e comunitária; (b) dados referentes às evasões e aos egressos após reinserção familiar e comunitária no período de 2013 a 2018²⁴; (c) dados sobre colocação de adolescentes em família substituta [no período] neste mesmo período.

Considerações Éticas

Cabe destacar que, nesta pesquisa, foram tomados todos os cuidados éticos necessários, tanto no que se refere ao debate teórico, como à pesquisa de campo, objetivando que o estudo seja realizado de acordo com as normas e regulamentações jurídicas vigentes. Para tanto, toma-se por referência as diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Resolução nº 510/2016, assim como, o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA/1990 e a Lei da Adoção 12.010/2009.

Conforme descrito nos procedimentos metodológicos, o trabalho de campo foi realizado na URS Bangu, os participantes desta pesquisa são: os adolescentes, que estão acolhidos, e profissionais desta instituição.

De acordo com a resolução nº 466/2012 foram utilizados os seguintes documentos por escrito:

- Termo de Assentimento para os Adolescentes;
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o Responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional junto a crianças e adolescentes;

²⁴ O período escolhido para completar os dados da pesquisa de campo, que ocorreu de fevereiro de 2018 a dezembro 2018. São referentes ao tempo em que estou na URS Bangu (Abril de 2013), ou seja, período que a instituição passou a ser uma URS e não mais uma central de recepção, como já relatado durante esta dissertação.

- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Coordenadores e equipe profissional.

Com o objetivo de respeitar a dignidade e salvaguardar a integridade da pessoa, além de reduzir qualquer risco de dano pessoal, foi evitada a utilização de qualquer informação pessoal, que possa favorecer a identificação dos participantes. Sendo assim, todos os dados foram registrados com acesso restrito e serão mantidos sob guarda e responsabilidade da pesquisadora pelo período de 5 anos, após o término da pesquisa.

Foi informado a todos os participantes da pesquisa que a pesquisadora terá o compromisso de fazer uma devolutiva sobre o estudo realizado. E que o estudo visou contribuir para que o direito à participação de adolescentes, crianças e suas famílias sejam respeitados, como preconiza a lei vigente em nosso país.

A seguir, descreverei a Unidade de Reinserção Bangu (URS Bangu), onde a pesquisa de campo foi realizada. Procuo descrevê-la com maior riqueza de detalhes possível para que o leitor possa “visualizar” o campo onde foi desenvolvida esta pesquisa. Esta preocupação e compromisso fazem parte da natureza da pesquisa etnográfica, ou seja fornecer maior número de elementos possíveis do campo empírico e também do objeto de pesquisa.

3.2

Unidade de Reinserção Social Bangu: que lugar é este?

*É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não vemos se
não saímos de nós.
José Saramago (1997)*

É com este trecho do livro de José Saramago (1997), “o conto da ilha desconhecida”, que inicio a descrição desta instituição, não só a estrutura física, mas também o cotidiano institucional. Essa tarefa não foi nada fácil, principalmente, porque faço parte do corpo técnico desta unidade de acolhimento. Parafraseando José Saramago, sou também “a ilha”.

Portanto, foi necessário me distanciar o suficiente para poder olhar com ‘estranhamento’ aquilo que era íntimo e, assim, observar o que estaria acontecendo nesta instituição, os seus afazeres institucional, ou seja, o cotidiano da instituição de acolhimento. Confesso que esse processo tão necessário ao rigor científico, trouxe reflexões à minha prática profissional, que contribuíram para construção e reconstrução do meu fazer técnico, além de propiciar revisitar a literatura sobre tema do acolhimento e de áreas afins.

Esse olhar possibilitou também perceber que algo estava sendo construído, uma “mudança” na relação com os adolescentes; dos adolescentes com a equipe técnica e; da equipe com estes; assim como, a relação com a direção e a equipe de apoio da URS Bangu.

Mudanças que foram se constituindo graças a discussões de caso, do grupo de estudo, que disponibilizava textos e material teórico para que pudéssemos ampliar a discussão sobre nossa prática. Além do incentivo à participação nos seminários externos e internos. Essa atitude parece que propiciou maior comprometimento dos profissionais que ali estavam e, conseqüentemente, uma valorização profissional.

Essa mudança parece que também era percebida pelos adolescentes acolhidos que verbalizavam como a URS Bangu era diferente das outras pelas quais passaram. O depoimento a seguir está relacionado a comparação da vivência em outras unidades de acolhimento:

“(...) Já passei por outros abrigos, mas aqui tem alguma coisa diferente, os educadores levam um papo com a gente, quando pensamos em fazer besteira. Ou quando sinto saudade da minha família, eles têm uma palavra que acalma meu coração. E as tias (equipe técnica) fazem de tudo para a gente poder escolher a hora de voltar para casa. (...) E a comida caramba! É muito boa. A gente fala com a nutricionista e com as cozinheiras direto e ajuda a escolher o que vamos comer.” (Francisco²⁵, 14 anos).

O objetivo do trabalho de uma URS parece trazer no nome que a denomina, a “força do mandato” - reinserir, como, foco central e meta a ser cumprida. Essa

²⁵ Os nomes que aparecem nos depoimentos são fictícios, para que a identidade dos adolescentes seja preservada. Francisco, 14 anos. Acolhido desde os 11 anos de idade.

premissa está descrita na normativa para as URS²⁶ apresentada no Projeto Político Pedagógico que diz que: Deve-se buscar a reinserção familiar e comunitária, esgotando-se todas as possibilidades na família de origem, e havendo possibilidade e desejo do adolescente, colocação em família substituta.

Esta premissa vai de encontro aos dois pontos fundamentais da medida protetiva, que é a excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento. Sendo assim, desde a chegada do adolescente à instituição, todas as intervenções estão voltadas para este objetivo. Este trabalho envolverá toda a equipe (educadores, apoio e equipe técnica). Estas intervenções não se restringiram apenas ao acolhido, mas também as suas famílias, sejam elas de origem, extensas ou afetivas.

Para melhor compreender este lugar (URS Bangu) é necessário revisitar o histórico desta unidade, como surgiu e qual sua importância no território. A URS Bangu, antes de ser uma unidade de reinserção, foi uma Central de Recepção de Bangu inaugurada em 27 de setembro de 2011, e iniciou suas atividades em 5 de outubro de 2011, com o objetivo de receber os adolescentes em situação de vulnerabilidade social. E a partir deste momento, estudar e avaliar cada caso para traçar um melhor encaminhamento, regulando a vaga para uma Unidade de Reinserção Social ou possibilitar reinserção familiar imediata atendendo a peculiaridade de cada caso. O público alvo da Central de Recepção era de adolescentes com referência familiar/domiciliar nos bairros de abrangência²⁷ da 8ª Coordenadoria de Assistência Social e Direitos Humanos (8ªCASDH) e 4ª Vara de Justiça da Infância, Juventude e do Idoso (VIJI).

A recepção dos adolescentes acolhidos era realizada pelos educadores e equipe técnica posteriormente. Como era uma central de recepção chegava-se a receber 30 adolescentes²⁸, que eram encaminhados pela equipe de abordagem do CREAS e também pelos Conselhos Tutelares. O público atendido era adolescentes do sexo masculino com faixa etária de 12 a 18 anos incompletos e que estavam em

²⁶ Projeto Político Pedagógico (2018) disponível na URS Bangu e na SMASDH/ SUBPSE/RJ.

²⁷ Bangu, Deodoro, Realengo, Vila Militar, Magalhães Bastos, Padre Miguel, Senador Camará, Sulacap, Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Inhoaíba, Cosmos, Santa Cruz, Paciência e Sepetiba

²⁸ Importante destacar que o espaço físico não é adequado para esse quantitativo. O que gerava muitos conflitos por causa da superlotação.

situação de rua, vítimas de violência doméstica e/ou ainda em risco social no território.

Em março de 2012 a equipe técnica da Central de Recepção em conjunto com a 8ª CASDH e a Subsecretaria de Proteção Especial (SUBPSE) iniciou uma discussão para repensar e reavaliar a necessidade de uma central de recepção no território. Este estudo apontou a urgência de modificar a modalidade da instituição, ou seja, a proposta era transformá-la em Unidade de Reinserção Social, visto que, não havia no território um equipamento de acolhimento para adolescentes, o que obrigava a encaminhá-los para outro território afastando-os de sua referência familiar. Situação que iria na contramão da lei, esta aponta que crianças e adolescentes acolhidos devem ficar próximo ao território que residem suas famílias, para garantir a convivência familiar e comunitária, como consta no art.101 §7º do ECA, e também na PNCFC que enfatiza a importância da família e da comunidade:

A família permanece, todavia, como uma referência importante nesse momento em que o adolescente movimenta-se do desconhecido ao conhecido, do novo ao familiar, vivenciando a alternância entre independência e dependência, característica dessa etapa. Nessa fase, se o adolescente, ao fazer o necessário movimento de afastamento da família, não encontra nas demais instituições sociais um contexto de cuidado e de referências seguras, o seu desenvolvimento poderá ser prejudicado. A responsabilidade, portanto, é dividida entre a família, o Estado e a sociedade (Brasil, 2006, p. 28).

Desta forma, em 10 de maio de 2012, a Central de Recepção deixa de receber novos encaminhamentos permanecendo apenas os meninos que, na época, estavam acolhidos na Instituição. A partir de então, inicia-se a fase de transição, isto é, se finda a modalidade de central de regulação de vaga e inicia-se a modalidade de acolhimento institucional. Em julho de 2012, inaugura-se a Unidade de Reinserção Social de Bangu, que passou a fazer parte das 15 instituições de acolhimento da rede municipal, sendo que 05 destes equipamentos de acolhimento são para adolescentes do sexo masculino.

Cabe destacar que os adolescentes que, na época, se encontravam na Central de recepção solicitaram a mudança de modalidade, pois resistiam em ser

transferidos para outras unidades de acolhimento fora do seu território, ou seja, verbalizavam que aquele espaço deveria se tornar um “abrigo”.

A URS Bangu, então, passou a acolher 14 (catorze) adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, do sexo masculino, com uso eventual de substâncias psicoativas; com vínculos familiares fragilizados; com relatos de violência doméstica por parte dos pais ou responsáveis; histórico de vivência nas ruas e/ou de acolhimento com passagem por diversos equipamentos; dificuldades em estabelecer vínculos afetivos; baixa ou praticamente nenhuma escolaridade; alguns com diagnóstico de transtorno mental e outros com aparente déficit cognitivo, situação de risco no território por ação de grupos civis armados.

A Descrição da estrutura física da URS Bangu

A URS Bangu apresenta um espaço físico muito pequeno, sendo dividido da seguinte forma: dois quartos com 7 beliches (camas) cada um; uma sala de convivência, onde tem um aparelho de TV e um sofá, uma cozinha e refeitório improvisado, um banheiro. O espaço livre se resume a um corredor, que leva ao prédio-térreo, que fica a direção e a equipe técnica, não há salas individualizadas para o atendimento dos adolescentes e das famílias, as que existem são utilizadas por toda equipe. Estas possuem duas janelas, que ficam constantemente abertas, assim como a única porta de acesso para duas salas que se intercomunicam, por uma porta lateral. Deste modo, a circulação dos adolescentes e dos educadores é frequente, o que dificulta as intervenções, que requerem mais privacidade.

Decerto, esta limitação estrutural inviabilizava o acolhimento de um número maior de adolescentes, mas também, oportunizava que a equipe use a criatividade para lidar com os desafios que a falta de estrutura física imprimia ao trabalho.

A URS Bangu está localizada no bairro de Bangu, às margens da Avenida Brasil, em rua residencial, tendo no seu entorno a comunidade de São Bento, Selvinha e Vila Vintém, que apresentam conflitos constantes por grupos civis armados (milícia e/ou tráfico). O bairro também apresenta alto índice de assaltos.

A URS Bangu está na área de abrangência da 8ª Coordenadoria Regional de Educação, com 28 escolas municipais em Bangu; e na saúde pertence a CAP 5.1 que tem como referência para atendimento aos adolescentes acolhidos na Clínica da Família Rosino Bacarrini, e aos Centros de Apoio Psicossociais infanto-juvenil (Capsis [Pequeno Hans e João de Barro]), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Realengo e o Hospital Municipal Albert Schweitzer; conta também com a Nave do Conhecimento (Projeto municipal de acesso à informação digital). Em relação ao esporte e lazer conta com a Vila Olímpica Mestre André, [e] Bangu Atlético Clube e também com Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel.

Estes equipamentos e serviços são acessados pelos adolescentes acolhidos na URS Bangu e fazem parte da rede de serviços e de parceiros disponível no território.

Devido às limitações que o espaço físico da instituição impunham ao trabalho, a gestão municipal recebeu, desde 2013, uma determinação judicial da 4ªVIJI e do Ministério Público (6ª Promotoria de Justiça) para mudança de imóvel²⁹. Por considerar o espaço inadequado para funcionamento de uma instituição de acolhimento para adolescentes. Porém esta mudança só ocorreu em 2018, devido a dificuldade de encontrar imóvel que pudesse atender às especificidades de uma instituição de acolhimento.

No ano seguinte, 2014, as audiências concentradas³⁰ passaram a ocorrer na URS Bangu. Acontecimento que trouxe para cada funcionário, para os adolescentes e suas famílias um momento singular. Alterando a dinâmica institucional, afinal, as audiências concentradas são percebidas pelos acolhidos e suas famílias como

²⁹ A mudança de imóvel ocorreu em 28 de outubro 2018, devido a dificuldade de locação de imóvel em Bangu e bairros ao entorno para os quais pudesse ser destinado. A URS Bangu, agora inaugurada como URS Paulo Freire, está localizada em Campo Grande/RJ. Vale ressaltar que optei por manter o nome de URS Bangu para respeitar a história desta instituição e a mudança ocorreu já no final da pesquisa.

³⁰ As audiências deverão ser realizadas preferencialmente nos meses de abril e outubro, sempre que possível dentro das unidades de acolhimento, e têm como objetivo concentrar esforços para buscar saídas para a rápida reinserção da criança e do adolescente à sua família biológica ou extensa e, como última saída, a colocação em família substituta. Essa nova rotina nas Varas de Infância e Juventude foi estabelecida no Provimento n. 32, publicado no dia 27/6/2010, no Diário da Justiça Eletrônico.

momento decisivo, pelas quais será mantida a medida de acolhimento ou ocorrerá o desligamento institucional, por meio da a reinserção familiar ou comunitária. Para a equipe do abrigo, este momento é visto, como resultado das intervenções que, até ali, foram realizadas para atingir a “meta” de reinserção da instituição.

Nas audiências concentradas estão presentes, além dos personagens mencionados anteriormente, os técnicos do SGD; os profissionais que representam a saúde, principalmente os técnicos de referência da saúde mental; o representantes da 8ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE); os Conselhos Tutelares e outros equipamentos que compõem a rede socioassistenciais.

A peculiaridade deste momento provocou uma reestruturação do espaço institucional, que foi pensado com a equipe do abrigo e com os adolescentes, para que as audiências pudessem ocorrer dentro deste espaço, o mais confortavelmente possível. Para tanto, iniciou uma discussão com os meninos, que sugeriram o modo como gostariam de receber a audiência concentrada e conseqüentemente as visitas, que não seriam só de seus familiares.

As sugestões iam desde pintura da casa, até a disposição dos móveis e escolha do cardápio do dia. Eles também eram encorajados a elaborar algo que pudesse expressar o significado daquele momento (audiência), que provocava tantas sensações em relação à desinstitucionalização ou à manutenção do acolhimento. Exemplo disso, foi a criação de um painel pintado no muro do abrigo, que contava a história da instituição, se misturavam também às histórias de vida de cada adolescente e da equipe, levando a uma reflexão sobre o “processo de transformação” desta unidade de reinserção social. A pintura terminava na sala de audiência, que ficou na sala da equipe técnica, com a inscrição do refrão da música “Estrada” do grupo cidade negra: “Você não sabe o quanto eu caminhei/Pra chegar até aqui/ Percorri milhas e milhas antes de dormi/ Eu nem cochilei/Os mais belos montes escalei/ Nas noites escuras de frio chorei, ei,ei...”.

Esta música foi escolhida coletivamente por permitir refletir sobre o processo de institucionalização de cada adolescente. Como também estava relacionada ao planejamento e a construção da intervenção técnica que objetivava a reinserção destes.

Em consonância a este momento, a fala da técnica da 4^aVIII, que entrava na instituição de acolhimento olhando para a pintura do muro, parecia retratar um diferencial importante nesta unidade: “ (...) *aqui era cinza, agora tem cor, tem vida*”. Desde então, todas as audiências realizadas na URS Bangu contavam com a participação dos adolescentes na organização deste momento.

Essas oficinas temáticas passaram a fazer parte das intervenções realizadas nesta URS, tornando-se a marca característica deste espaço institucional, que utiliza destas “inventividades” para proporcionar espaços de escuta e participação dos adolescentes no cotidiano da instituição. Isso parecia favorecer também, a interação com toda equipe (técnica, educadores, apoio). Assim como contribuir para a construção da noção de cidadania, entendida neste contexto, como o fato de serem reconhecidos como sujeito de direitos.

Cabe ressaltar que algumas dessas oficinas e grupos focais já fazem parte da metodologia desta instituição de acolhimento e constam, inclusive, no Projeto Político Pedagógico (PPP) desta unidade, que foi elaborado pela direção, equipe técnica e educadores. Essas oficinas e grupos focais também serão usados como espaço de observação, pela pesquisadora, para analisar a participação dos adolescentes no desligamento institucional. Apresento aqui alguns desses:

a) Família em Foco: “Os meus, os seus e os nossos”. Projeto de caráter multidisciplinar e intersetorial de acompanhamento familiar após reintegração. A oficina é realizada bimestralmente com objetivo de resgatar os vínculos familiares reaproximando os adolescentes acolhidos de sua família. As intervenções visam trabalhar as questões psicossociais que contribuíram para a saída do adolescente do núcleo familiar.

b) Roda da Maioridade, intitulada: “ ontem meninos, de repente homens”. Realizado mensalmente com objetivo de trabalhar questões relacionadas à autonomia, resgate de sonhos e suas possibilidades. Este grupo focal tem como principal objetivo provocar nesses jovens o ‘ser protagonista’ de suas histórias, por meio do incentivo a participarem da discussão ampliada, em que os temas são trazidos pelos próprios jovens, como: inclusão no mercado de trabalho, gerenciamento de finanças, cuidados domésticos, incentivo à articulação com as

redes pessoais e comunitárias. Os jovens incluídos neste grupo estão próximos a completar maioridade e podem ter ou não possibilidade de reinserção familiar. Participam, além dos adolescentes e da equipe técnica da URS, a equipe do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às unidades Escolares (NIAPE) e a supervisora da Subpse.

c) Oficina Culinária: projeto desenvolvido e executado pela nutricionista da URS Bangu, tendo como principal objetivo trabalhar a autonomia e autoestima dos adolescentes que participam. As oficinas proporcionam o aprendizado, no preparo, e a higienização, armazenamento dos alimentos e, principalmente, a valorização da tarefa de cozinhar. Esta oficina também possibilitou trazer a lembrança afetiva da comida de casa. Por isso, inspirou um livro de receitas que reuniu além de ingredientes e modo de preparo de comidas simples, histórias de vida. O que inspirou o título desta produção: “Entre receitas e histórias”.

d) Projeto de Festividades: oficina desenvolvida por toda equipe, visando integração do grupo. Acontece em todas as festividades como aniversários, datas comemorativas do calendário nacional, estadual e municipal. Os adolescentes junto com a equipe confeccionam os alimentos e a ornamentação para este momento. Nestas datas, são convidados os familiares e amigos dos adolescentes acolhidos, proporcionando a ampliação das relações interpessoais e sociais.

e) Projeto com educadores: “Vou desafiar você”, desenvolvido pela equipe técnica da URS Bangu, junto aos educadores com o propósito de estimular a participação dos educadores no processo educacional dos adolescentes por meio de oficinas interativas.

Além destas oficinas e grupos focais descritos, contamos com outros que são desenvolvidos graças a parcerias com instituições de ensino, de saúde e da justiça que fazem parte do território como:

e) Projeto em parceria com a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ):

- Construindo Histórias: desenvolvido com parceria entre a IFRJ, a Clínica da Família Rossino Bacarini e URS Bangu. Participam os agentes de saúde comunitários da Clínica da família, os acadêmicos da IFRJ e a equipe da

URS Bangu (educadores e Técnico), que junto com os adolescentes constroem os álbuns de histórias destes meninos, tendo como ponto de partida o método desenvolvido pelo Instituto Fazendo História.

- Lentes que Aproximam: oficina temática que visa ações de cuidado integral e trabalho intersetorial neste contexto, a proposta visa agregar a estas iniciativas, profissionais de diferentes campos de atuação destes territórios, bem como, docentes e alunos dos cursos de saúde da IFRJ buscando aproximar diferentes iniciativas a grupos de crianças e adolescentes, desenvolvendo metodologias de cuidado que reduzam os danos causados pelas situações de extrema vulnerabilidade. Isto se dá por meio de oficinas semanais para manutenção de autoestima positiva a estes participantes com base na utilização do método autográfico para retratar a realidade, autoestima e expectativas futuras destas crianças e jovens.
- Projeto do Instituto Federal do Rio de Janeiro Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) Programa de Educação Tutorial sexualidade (PET) conexões de saberes em sexualidade e Educação Sexual: ações de cuidados e reflexão sobre a sexualidades em seus vários aspectos: biológico, fisiológico, social e psicológico.

g) Projeto Chá de Emoções: desenvolvido pela 4ª VIJI com a equipe da URS Bangu, com o objetivo de publicizar as ações e projetos da URS Bangu e pensar este espaço de acolhimento como espaço de produção de conhecimento e possibilidades.

Destaco que a participação dos adolescentes nas oficinas temáticas e nos grupos focais são sempre facultativa. O convite é realizado e aguardamos que os adolescentes compareçam. É importante destacar que geralmente o comparecimento é de 80% a 90% dos acolhidos. O incentivo à participação nas discussão e sugestão de como funcionará as oficinas ocorrem espontaneamente, o que parece facilitar a continuidade do trabalho nos próximos encontros.

Decerto, o direito à voz, quando estimulado, pode tornar-se um caminho frutífero. O que provoca uma busca pelos adolescentes por espaços que possam proporcionar escuta e participação. As solicitações para atendimento individual ou

em grupo são constantes, chegam na janela, que estão constantemente aberta e começam a falar, a contar as histórias que estavam perdidas em suas memórias – e assim, possibilitam ressignificá-las.

“A Unidade de Reinserção Social Bangu: afinal que lugar é esse?”, este subtítulo deste capítulo pretende chamar atenção para o campo no qual a pesquisa foi desenvolvida não para apresentar uma instituição perfeita, mas sim, para refletir sobre a possibilidade de realizar um trabalho no qual a **participação** do adolescente institucionalizado possa ser fator essencial no processo de desligamento institucional e que o sentimento de pertencimento, que vai se construindo neste processo, possa ser um diferencial para a vida destes adolescentes.

É claro que essa transformação no cotidiano institucional está baseada no PNCFC, que destaca o movimento de mudança nas instituições e serviços de atenção à criança e ao adolescente. Ele detalha um processo de reordenamento dos serviços de acolhimento proposto pelo ECA³¹.

Convém destacar que a necessidade de reordenar e reestruturar os serviços de acolhimento surge para dar aos usuários destes serviços um atendimento mais humanizado e acolhedor, e amenizar os efeitos negativos que o afastamento familiar pode provocar em crianças e adolescentes institucionalizados. Isso pode, inclusive, diminuir o tempo de permanência nas instituições. Estas mudanças não atingiram tão somente os serviços de acolhimento, mas também todo SGD, que precisa ficar atento aos prazos de permanência dos acolhidos nas instituições.

Entender o acolhimento institucional como parte do sistema de proteção e que precisa ser competente e eficiente é o que dará a ele condições necessárias para desenvolver o trabalho que lhe cabe: espaço de acolhimento e educação para crianças e adolescentes cujas famílias não podem oferecer, mesmo que temporariamente, os cuidados a que têm direitos.

Neste contexto acolher traz o sentido de cuidados. Cuidado com o adolescente acolhido, com a família e com a equipe da instituição. Conseqüentemente, leva para o cotidiano institucional, uma reflexão viva e

³¹ No art.92 do ECA, encontram-se os preceitos que nortearam os serviços de acolhimento

constante, uma análise da prática profissional, do acolhimento, da convivência familiar e comunitária. Esta reflexão também é apresentada por Rizzini et al. (2004), que trazem o significado de acolher referindo-se à ideia de cuidado, incluindo as famílias que necessitam de apoio, e, assim, possibilitar o direito à convivência familiar e comunitária, sendo assim:

(...) acolher as famílias que necessitam de apoio é uma forma de acolher seus filhos e garantir a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes. A prática de acolher, neste contexto, está associada ao referencial de direitos humanos e refere-se a noção de que viver com dignidade é um direito do cidadão (Rizzini; Rizzini, 2004 p.53).

Diante do exposto, o desafio da URS Bangu e de outras instituições de acolhimento que assumiram a tarefa de reordenar seus serviços será pensar o acolhimento como espaço de possibilidade, de produção de conhecimento, de criatividade, de reflexão, de reconstrução de histórias e de participação.

Para reordenar o serviço de acolhimento ofertado com comprometimento e eficiência, a URS Bangu investe no que considera um dos seu maiores patrimônios - os recursos humanos, que tem no seu quadro profissional: 1 assistente social, 1 psicóloga, 1 nutricionista³² 12 educadores, 2 porteiros, 4 cozinheiras, a diretora e uma assessora de direção.

Neste sentido, a literatura sobre o tema destaca a importância no investimento em capacitações, principalmente, nos serviços de alta complexidade, dentro da PSE, instituída na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009), como o acolhimento. Em relação a URS Bangu estas capacitações ocorrem tanto internamente, como externamente. Outro ponto interessante foi inclusão dos educadores no estudo de caso, sem comprometer o sigilo dos casos e respeitando as questões éticas que esta tarefa envolve. Esta prática aproximou os educadores das histórias dos adolescentes, contribuindo para maior empatia. O que proporcionou intervenções mais adequadas para cada situação.

Para a pergunta do subtítulo (“afinal, que lugar é este?”), talvez não tenhamos uma resposta, mas sim, a apresentação de uma proposta de trabalho que

³² A nutricionista trabalha em mais duas unidades de reinserção social.

está sendo pensada pelo viés da proteção, do cuidado, da participação deste adolescente e de sua família. Proposta com um perfil fortemente educacional, com um PPP articulado numa rede de política social, possibilitando espaço de convivência que favoreça a uma sociedade inclusiva, com sujeitos participativos e autônomos na elaboração do seu projeto de vida fora da instituição. E que possam pertencer e transformar a comunidade em que vivem – sendo adolescentes, sendo cidadãos.

***Papo reto*: “tia, se não estivesse no abrigo estaria morto”. Conversando com adolescentes sobre sua vivência no acolhimento e sua participação no processo de desligamento institucional**

O título deste capítulo surgiu a partir de uma conversa informal com um grupo de adolescentes que começou a se aproximar da sala da equipe técnica para conversar sobre questões relacionadas à convivência no espaço institucional, sendo esta uma prática recorrente nesta instituição. A linguagem própria de chamar atenção para o assunto que querem abordar vem geralmente acompanhada por este jargão: “papo reto”, início deste capítulo.

A expressão *Papo reto*: “tia, se não estivesse no abrigo estaria morto”, parece trazer a importância do serviço de acolhimento como medida de proteção, conforme preconizam o ECA, as leis complementares, assim como as orientações e normativas destinadas aos serviços de acolhimento institucional, visto no capítulo 2 desta dissertação.

Neste capítulo, serão discutidas as questões relacionadas à participação dos adolescentes acolhidos no processo de desligamento institucional, que surgiram no desenvolvimento deste estudo no campo empírico. Para tanto, a presente pesquisa utilizou metodologia qualitativa e descritiva, instrumentalizada pelo registro em diário de campo e por observação participante, mencionados no capítulo 3.

Com o intuito de respeitar a metodologia usada nesta pesquisa, de valorizar a “voz” de cada participante e também contribuir para que o leitor possa acompanhar a trajetória deste estudo, buscamos caracterizar quem são os adolescentes participantes, respeitando sua condição de sujeitos que possuem uma identidade, uma história, desejos e muitos sonhos.

Os adolescentes desta pesquisa estão acolhidos na URS Bangu e foram convidados a participar desta pesquisa voluntariamente. O convite foi prontamente aceito por 9 adolescentes, que participam ou participaram da “roda da maioria”,

com idades de 17 anos ou 18 anos completos³³, que serão desligados do acolhimento institucional por atingir a maioridade.

O convite aos adolescentes ocorreu, primeiro, com esclarecimento sobre o objetivo da pesquisa e com o compromisso da pesquisadora de realizar a devolução deste estudo. Pois nosso desejo é poder contribuir para as políticas públicas destinadas à efetivação dos direitos dos adolescentes que se encontram em serviços de acolhimento ou em situação de vulnerabilidade social.

Neste capítulo, também será apresentada a análise dos dados das observações realizadas em outras oficinas temáticas, como: culinária e família em foco; dados dos grupos focais e desdobramentos das conversas informais com os adolescentes e com a equipe da URS Bangu. Informações foram igualmente obtidas nas assembleias (cujos integrantes são a equipe técnica; de educadores e de apoio) que apresentam elementos que a pesquisadora considera importante como pontos de observação, tais como: a autonomia e o pertencimento, que contribuem para o foco central desta pesquisa, ou seja, a participação do adolescente no processo de desligamento institucional, tendo como base o direito à convivência familiar e comunitária.

Cabe ressaltar que a prática de uma escuta atenta foi realizada pela observação participante nas várias oficinas e projetos que são realizados nesta instituição. Ela foi feita, principalmente, no espaço da roda da maioridade, conhecida como: “ontem, meninos de repente homens!”, cujo objetivo estava bastante alinhado com o da presente pesquisa.

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados coletados e os resultados da pesquisa realizada junto aos adolescentes que estão ou estiveram acolhidos na URS Bangu, no período de fevereiro de 2018 a dezembro de 2018. Para tanto, utilizamos os seguintes eixos analíticos:

- 1) A participação dos adolescentes no cotidiano institucional;

³³ Mesmo atingindo a maioridade alguns adolescentes permanecem no acolhimento por prazo solicitado ao judiciário. Este prazo pode ser por no máximo 6 meses, para que os encaminhamentos pertinentes ao seu desligamento possam ser concluídos, como por exemplo obtenção do aluguel social ou o primeiro emprego. Estes são recursos necessários para que possam viver fora dos muros institucionais.

2) O desafio da construção de autonomia versus o tutelamento institucional:

- O acolhimento como lugar de proteção, cuidado e pertencimento;

3) Espaço de escuta (oficinas temáticas; grupos focais e outros espaços).

4) Preparação para vida fora da instituição de acolhimento:

- Convívio com a família;
- Outras formas de reinserção.

4.1

A participação dos adolescentes no cotidiano institucional

A participação é o ponto focal desta pesquisa, ou seja, a participação do adolescente no processo de desligamento institucional, tendo como referência o direito à convivência familiar e comunitária. Desta forma, atores sociais, nesta pesquisa são os adolescentes, que ocupam lugar de destaque. Ao longo de todo o processo, foram tratados de forma personalizada, respeitando sua singularidade e suas escolhas. Para assegurar que não fossem reconhecidos, foram criados nomes fictícios. São eles:

Antonio, 18 anos, acolhido aos 16 anos, reinserido na família, mas retornou ao acolhimento; João, 17 anos, reinserido na família afetiva, mas retornou ao acolhimento depois de 5 meses; Zayn, 17 anos reinserido na família, retornou ao acolhimento após 8 meses; Raimundo, 17 anos reinserido na família extensa; Gabriel, 18 anos reinserção comunitária; Ricardo, 18 anos, reinserção comunitária; Renato, 17 anos, reinserção familiar; Bernardo, 17 anos, reinserção familiar; Lorenzo, 18 anos, reinserção familiar.

Dos adolescentes elencados, 04 estão no ensino médio; e 05 no ensino fundamental. Todos foram incluídos no programa Jovem aprendiz, sendo que Zayn, Gabriel, Ricardo e Raimundo concluíram o tempo do programa, que variou de 6 meses a 1 ano, e foram certificados. Os outros desistiram ou não atenderam aos critérios para conclusão do programa, como por exemplo, por apresentarem faltas ao estágio ou à escola. É importante destacar que esses adolescentes já tiveram acolhidos em outras instituições, antes da URS Bangu.

Os motivos dos acolhimentos que resultaram no atual acolhimento destes 9 (nove) meninos foram: abandono familiar, gerados por conflitos familiares, que surgiram no início da adolescência; maus tratos; orfandade; em razão de sua conduta e risco na comunidade. Quarenta por cento (40%) dos casos são de famílias monoparentais com a figura materna, sendo a responsável legal; 60% apresentam orfandade materna; 3 dos adolescentes não têm reconhecimento de paternidade. Os motivos foram analisados pela ficha de encaminhamento ao acolhimento, mas nem sempre correspondem ao motivo declarado pelo adolescente.

Os dados levantados nos registros da URS Bangu, no período de 2013 a 2018 são os seguintes: 34 reinserções, sendo 9 comunitárias, 10 colocações em família substituta, 14 reinserções familiares e 1 emancipação. Ocorreram 4 transferências de adolescentes para a modalidade de acolhimento Família acolhedora (FACO). No período dezembro de 2017 a junho de 2018 tiveram 7 evasões.

Outro dado relevante está relacionado ao bairro de origem dos adolescentes acolhidos. O maior número de acolhidos são moradores de Guaratiba, bairro com o menor Índice de Desenvolvimento Social (IDS³⁴), ocupando a 32ª posição em relação ao IDS de outros bairros do município do Rio de Janeiro. O instituto Rio aponta a zona oeste do Rio de Janeiro com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), região marcada por significativas desigualdades sociais e realidades contrastantes.

O levantamento realizado, em 2018, pelo MPERJ divulgado pelo 21º censo do MCA, em junho de 2018, aponta que a negligência corresponde a 31,67% dos motivos de acolhimento, seguidos de 11,14% por abandono; 9,8% situação de rua; 8,87% por conflitos familiares; 7,89% por reinserção mal sucedida; 3,89%, em razão de sua conduta; 2,61% carência de recursos familiares; 2,15% risco na comunidade.

³⁴ O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), destinado a inúmeros dos países do mundo, por sua vez, tem servido de base para a construção de uma série de outros índices compostos. Sua finalidade é medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza (Cavarillari, 2008).

Outro ponto relevante é o levantamento realizado pelo Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (Conselho Nacional de Justiça, 2018), que aponta a existência de mais de 4.400 entidades de acolhimento nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. São mais de 47.700 crianças e adolescentes acolhidas hoje no Brasil. Destas, 26,1% (12.460) têm idades entre 14 e 17 anos e 51,5% (24.550) são do sexo masculino.

A falta de recursos materiais é apontado nos relatos de alguns adolescentes como motivo para continuar no acolhimento. *“Aqui eu não dou despesa em casa. Minha mãe é sozinha e tem muitas crianças. Quero trabalhar para ajudar ela, com as crianças”* (Antônio, 2018). Esta fala, como a de tantos outros, marca a importância das Políticas Públicas direcionadas a essas famílias.

De acordo com Gulassa (2010) existem algumas razões para o adolescente permanecer acolhido até 18 anos. São sinais de alerta para que as equipes locais invistam em projetos de vida para esses meninos. Tais como:

- Falta de investimento no estudo contínuo do caso, no estímulo à preservação dos vínculos familiares e em ações com o objetivo de volta à família e a comunidade.
- Crianças ou adolescentes que já viveram situações de muito sofrimento e rejeição e não conseguem se adaptar a uma família.
- Grupo de irmãos que não tem chance de adoção juntos.
- Crianças e adolescentes que já moraram na rua, e/ ou já circularam em várias famílias e/ou têm idade acima de 12 anos e não aceitam / não conseguem retornar à família (Gulassa,2010, p.35).

Estudos também indicam que o tempo de institucionalização tem sido muito prolongado, evidenciando a dificuldade em garantir a provisoriedade da medida e a existência de poucos casos em que ocorre a reinserção desses indivíduos com sucesso às suas famílias (Siqueira, 2009; Siqueira, Bettss, Dell’ Aglio, 2006; Silva, 2004; Weber, Kossobudzki, 1996). E ressaltam a importância de focalizar os estudos no tema da reinserção familiar.

Segundo os registro da URS Bangu, o tempo de acolhimento dos adolescentes nesta unidade tem sido, em média, de 2 anos, principalmente dos

meninos que estão próximos a completar a maioridade (18 anos), o que se constitui um grande desafio para a equipe.

Outro dado importante é o número muito baixo de evasões, notadamente, nos adolescentes com maior tempo de acolhimento nesta instituição, que está em torno de 2% de evasões por ano, sendo que, entre os meses de maio a dezembro de 2017, não há registro de evasões. O maior número de evasões foi registrado nos anos de 2013 a 2014, com o total de 29 evasões, período de transição entre central de recepção e unidade de acolhimento. Nos anos seguintes, os números foram diminuindo progressivamente.

Fato importante a destacar é que, desde 2016, a URS Bangu vem investindo, mais efetivamente na autonomia dos adolescentes, para tanto, adotou a estratégia da “porta aberta”. Ou seja, os meninos podem sair da instituição com autorização, mas, não precisam ser acompanhados pelo educador. Por exemplo, ir à escola ou a casa de um amigo. Conseqüentemente, a cobrança em relação a responsabilidade com os horários de retorno para a unidade é maior, pois podem perder esta saída sozinhos se não cumprirem com as regras pré- estabelecidas, com a participação deles. E as saídas podem ser revistas e reavaliadas.

A responsabilidade dos educadores e dos gestores da unidade parece também que aumentou. A fala do educador social mostra sua preocupação com o momento da saída livre³⁵:

“Quando saíam com a gente, voltavam com a gente. Agora eles saem e temos que confiar no que combinamos. No início foi difícil. A equipe técnica e a direção conversaram muito com a gente, educadores. Ficava preocupado o tempo todo. Mas, considero que foi importante, geralmente, eles voltam no horário combinado. Pois, sabem que podem perder esse direito. Acho que ficaram mais responsáveis junto com a gente”. (Educador social, 2018).

As regras são discutidas nas assembleias, que têm a participação da maioria dos adolescentes. Nestas, são discutidas as regras de convivência e a rotina da

³⁵ Saídas livres são saídas, nos finais de semana, que são concedidas a quem cumpriu com suas obrigações com a escola, estágio, entre outras atividade que são específicas da rotina daquele adolescente.

instituição. Podem ser convocadas pela equipe ou pelos adolescentes. Participam os acolhidos, a equipe técnica e os educadores sociais.

Durante uma dessas assembleias foi proposto que os adolescentes respeitassem mais os educadores. A proposta chamou a atenção dos educadores, porque foi feita por um adolescente que se mostrou incomodado com a forma que o colega se dirigia aos educadores, com xingamentos.

Esta atitude possibilitou que os outros adolescentes também relatassem que o comportamento do colega também os incomodava. Naquele momento, parece que as relações com os educadores e com seus pares estavam sendo revistas e reavaliadas. Afirma um dos adolescentes:

“Aqui somos cuidados e respeitados. Aprendemos a cuidar e respeitar também. Eu tinha ódio dentro de mim. E por isso, queria bater em todo mundo. Queria bater na vida como ela batia em mim. O educador me chamou e disse pra mim: ‘Quanto mais você bater na vida, mas você vai apanhar dela’.” (João, 2018).

É importante destacar que a prática de valorização do discurso é apontada pelos adolescentes desta unidade de reinserção como sendo algo presente no cotidiano institucional. *“Aqui temos muitos momentos que podemos falar, até na audiência concentrada a gente pode dizer o que a gente pensa.” (Zayn, 2018)”*.

Os diálogos que serão descritos foram observados nas oficinas ou em momentos individualizados de escuta. A seguir, descreverei um exemplo de conversação dos adolescentes que estão prestes a completar a maioridade, e, portanto, a porta de saída está próxima. São adolescentes que já vivenciaram acolhimentos em outras unidades e que iniciaram a entrada no acolhimento quando chegaram à adolescência, aos 12 anos de idade aproximadamente.

Durante o diálogo com o adolescente Antônio, ele verbalizou que perceber sua participação no cotidiano institucional como sendo algo que é estimulado pela gestão da URS Bangu.

“(...) vocês escutam a gente. Levam em consideração o que a gente fala. Incentiva a gente, a parar para pensar. (...) Acho que o trabalho que vocês fizeram, me deram a oportunidade de poder viver e de sonhar. Vocês (equipe

técnica, os educadores), até as cozinheiras acreditam na gente. Aqui tive a oportunidade de ser gente” (Antônio, 2018).

Durante a conversa com Antônio, ele relata que está tentando deixar de falar gíria, porque considera que a linguagem que utiliza pode prejudicá-lo a conquistar um emprego: *“Eu estou tentando parar de falar gíria. É difícil, às vezes, de tanto a gente falar: oh, menor, o bagulho. Vocês acabam falando também. rsrs. Mas isso, é ruim para arranjar emprego” (Antônio, 2018).*

A linguagem também pode ser um mecanismo de inclusão social. A fala de Antônio remete à importância de valorização de um “letramento” que vem do ensino formal da escola, e, também do convívio com outros pares. A observação que ele fez a respeito da forma de falar pode excluí-lo ou incluí-lo num grupo; pode fazer com que se identifique; com que se sinta parte.

Talvez, essa perspectiva da linguagem para Antônio surja no momento em que a saída do acolhimento é inevitável. Esse jovem completou 18 anos, e é urgente para ele se sentir acolhido, pertencer ao mundo fora da instituição. No entanto, como encarar os medos e inseguranças e, ao mesmo tempo, ter que saber quem é? Para onde irá? E a que grupo pertencerá? E o que o espera fora da unidade de acolhimento institucional.

Lémere (2010) afirma que, para sustentar seu desejo de viver, a criança necessita do apoio simbólico de alguém que a autorize a falar e a desejar por si própria. Essa autorização precisa vir do outro, pois ela não pode fazer por si mesma, não pode se autorizar a se humanizar. Sendo assim, segundo Abreu (2016):

(...) o que funda a autoridade paterna é a posição subjetiva sustentada pelo laço simbólico. O que de fato é necessário à criança não é a presença do pai ou da mãe biológicos, mas sim a presença de alguém que sustente o lugar de autoridade e responsabilidade diante dela, o que, por sua vez, mostra que há alguém cuidando dela. Ter contato com outras referências para além do pai e da mãe reais pode inclusive ajudar a simbolizar o poder absoluto destes e assim também simbolizar a autoridade e a lei.

Dessa forma, o que dificulta a um sujeito se estabelecer como tal não é a ausência física do pai da realidade, mas sim o fracasso de sua função. Delegar à criança a total responsabilidade e autoridade por seu próprio desenvolvimento, cuidado e educação, assemelha-se a abandoná-la, pois nisso o que falta é um adulto que banque a sua posição diante dela (Abreu, 2016, p. 30).

A instituição de acolhimento precisa exercer esta função e deve contribuir para que essa autorização seja dada ao adolescente para poder fazer escolhas e com a certeza de que terá apoio e proteção, ou seja, não será abandonado à própria sorte. É nesse sentido, que as intervenções desta URS visam trilhar o caminho junto com os adolescentes.

Um dado significativo, observado neste estudo, está relacionado à atuação dos educadores que vem contribuindo para repensar o funcionamento e as práticas desta instituição. Como mostra o seguinte depoimento do educador sobre os adolescentes acolhidos: “*Os adolescentes estão diferente, mais tranquilos*”. Suscitou uma questão: *são os adolescentes que estão chegando mais calmos, diferentes ou é a maneira de acolher que mudou?*” (Educador Social, 2018).

A resposta veio dos próprios educadores. “*Acho que nossa visão deles mudaram, depois que começamos a participar mais do estudo de casos; a participar das capacitações; a escutar mais os adolescentes!*” E completa: “*quando recebo um adolescente novo, não vejo um problema, mas uma pessoa.*” (Educador social, 2018).

O papel do educador social é essencial na instituição de acolhimento. É ele que lida diretamente com os adolescentes, com os conflitos, com as frustrações e privações. Neste sentido, Oliveira e Americano (2005) fazem a seguinte reflexão:

(...) quando falamos da função do/a educador/a de saber dosar o “sim” e o “não” é no sentido de ter uma postura de aceitação e compreensão da criança e do adolescente, e ao mesmo tempo, fornecer os limites necessários sem os quais ela/e não toma consciência da realidade que está e não consegue alcançar a maturidade. Os educadores/as criam, assim, um quadro de referência a partir do qual a criança ou adolescente pode se desenvolver. (Oliveira e Americano, 2005, p. 79).

Como mencionamos anteriormente, em outubro de 2018, a URS Bangu foi transferida de território e de imóvel para cumprir determinação judicial. Essa mudança criou muitas expectativas e ansiedade, tanto nos funcionários, como nos adolescentes, mesmo sendo isto muito esperado por todos, pois o espaço físico da instituição em Bangu era muito restrito e precário.

A familiaridade com o território deixava todos muito à vontade, mesmo, com as restrições que o território impunha e o que isto significava para o trabalho. Ir para um local novo trazia ao mesmo tempo a possibilidade de novas práticas e o receio de não sermos acolhidos.

Uma casa nova precisava de um nome novo. Logo, os meninos foram consultados e começaram a sugerir vários nomes. Este processo também foi compartilhado com os educadores, e a equipe de apoio (manipuladores de alimentos (cozinheira) e auxiliar de serviços gerais). As sugestões duraram 2 dias de forma presencial e por WhatsApp. Até que um educador usou a palavra “esperançar”, primeiro os adolescentes pensaram que estavam diante de um erro e fomos pesquisar. Assim, nos deparamos com a definição do verbo esperançar no pensamento de Paulo Freire (1997) que diz:

É preciso ter esperança. Mas tem de ser esperança do verbo esperançar”. Por que isso? Porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. Esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. “Ah, eu espero que melhore, que funcione, que resolva. Já esperançar é ir atrás, é se juntar, é não desistir. É ser capaz de recusar aquilo que apodrece a nossa capacidade de integridade e a nossa fé ativa nas obras. Esperança é a capacidade de olhar e reagir àquilo que parece não ter saída. Por isso, é muito diferente de esperar; temos mesmo é de esperançar! (Freire, 1997).

Depois da leitura do texto acima e conhecer um pouco da história de Paulo Freire e sua contribuição à educação, os adolescentes e a equipe escolheram o nome da URS, que passou a se chamar URS Paulo Freire. E a certeza da escolha do nome da instituição veio na fala do adolescente que na hora disse: “*Esse cara tem tudo a ver com a gente.*” (Antonio, 2018).

Logo no primeiro dia na nova casa recebemos a visita de um homem que se apresentou como representante dos moradores, dizendo que um abrigo não era bem vindo naquele local. E que a tolerância com os meninos seria zero. Fato que deixou todos apreensivos, principalmente, em relação à segurança dos meninos. A participação na vida comunitária naquele lugar precisava ser construída. Mas sabíamos que agora seria diferente com a violência já adquirida dos adolescentes e funcionários em participar, e dos adolescentes, em saber que tinham um lugar, se

sentindo “empoderados” enquanto cidadãos. Como bem expressou João: “O lugar não é só deles. A gente não vai aprontar aqui. Temos direito de morar e sermos respeitados. Sei que os menor às vezes alopram, mais vamos mandar a real e quem não quiser ficar. Mete o pé!” (João, 2018).

Após esse depoimento, foi sugerido pelos meninos que nos reuníssemos e conversássemos sobre o ocorrido com todos. Eles estabeleceram algumas regras de convivência comunitária com o lugar que agora pertencíamos. Algumas destas regras foram: não usar drogas próximo ao abrigo; não seria admitido quebrar a casa e nem fazer arruaça; pedir dinheiro aos pedestres ou qualquer outra coisa que os deixassem mal vistos. É claro que estas regras precisavam constantemente ser revistas e revalidadas.

4.2

O desafio da construção de autonomia versus tutelamento institucional

Neste item serão discutidos os desafios para construção de autonomia, visando proteção, cuidados e respeitando as singularidades deste processo.

Antes de dar início a questão que norteia este item, que surgiu da observação participante, no cotidiano institucional, nos grupos focais e nas oficinas temáticas, assim como, no diálogo com os adolescentes, destaco uma fala que é recorrente entre os adolescentes: “*vocês não deixam a gente fazer nada.*” ou “*Eu sei, tia, deixa eu tentar.*” A resposta geralmente vem carregada de cuidado: “*Não, melhor não! Você pode se machucar, não sabe fazer direito*”. E por aí vai!

A autonomia refere-se à capacidade de governar-se por meios próprios. Porém, como permitir o desenvolvimento da autonomia, se não acreditamos na capacidade do outro? Como estimular a autonomia, se temos medo de deixar o outro tentar? Ou por considerar que o outro não seja capaz de realizar a mais simples tarefa? O contraponto é a tutela que está relacionada à responsabilidade legal que alguém assume, mais também significa proteção, defesa. Como articular esses dois conceitos de forma a serem complementares? Sobre autonomia, Zatti (2007) afirma que:

(...) a autonomia é “condição”, como ela se dá no mundo e não apenas na consciência dos sujeitos, sua construção envolve dois aspectos: o poder de determinar a própria lei e também o poder ou capacidade de realizar. O primeiro aspecto está ligado à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e o segundo ao poder ou capacidade de fazer. Para que haja autonomia os dois aspectos devem estar presentes, e o pensar autônomo precisa ser também fazer autônomo. O fazer não acontece fora do mundo, portanto está cerceado pelas leis naturais, pelas leis civis, pelas convenções sociais, pelos outros, etc, ou seja, a autonomia é limitada por condicionamentos, não é absoluta. Dessa forma, autonomia jamais pode ser confundida com auto-suficiência (Zatti, 2007, p.12).

O grupo focal, roda da maioria, intitulado “Ontem, meninos, de repente homens!”, surge dentro deste contexto da necessidade de construção de autonomia, e de proteção junto aos adolescentes. Pois, entende a autonomia, enquanto, cuidado e zelo para com o outro, que é reconhecido, enquanto sujeito. Alguns diálogos descritos aqui, tem o objetivo de ilustrar de que forma as ações cotidianas podem tirar ou colocar o adolescente no lugar de sujeito.

No dia 25/01/2017, iniciou-se a roda da maioria, grupo focal que tem o objetivo de discutir com os adolescentes que estão próximos a completar 18 anos, pensar a porta de saída institucional. A motivação para lançar esta proposta deve-se ao fato, na época, estarmos com 9 a 10 adolescentes com 17 anos e que iriam completar a maioria ainda em 2017 ou no ano seguinte. Ou seja, a maioria dos adolescentes acolhidos na unidade.

A preocupação da equipe técnica e direção da URS Bangu era o que fazer em tão pouco tempo, para reinseri-los na família ou numa reinserção comunitária, considerando que, alguns adolescentes, chegaram ao acolhimento nesta unidade próximos a fazer 18 anos. Neste sentido, as intervenções técnicas visavam, mais do que nunca, a reinserção social destes adolescentes. Porém, eles aparentavam estar confortáveis, ou talvez acomodados, neste lugar de adolescentes acolhidos e a saída institucional era percebida de forma distanciada. Ao mesmo tempo, observamos que alguns apresentavam “regressão comportamental”. Por exemplo: brincadeiras com os adolescentes menores, ciúmes do tratamento dispensados aos mais novos pela equipe e até mesmo, o uso da chupeta³⁶ por parte desses jovens foi observado. “*Que é isso gente?*”, questionou a técnica a respeito da chupeta.

³⁶ A chupeta pode ser considerado objeto transicional na teoria winnicottiana - é um mediador entre mãe e filho, eu e não-eu, mundo interno e mundo externo (Winnicott, 1975).

A resposta foi: *não quero ser adulto. Sou adolescente, sou criança*”. (Lorenzo, 17 anos, iria completar 18 anos em março de 2017). Isso ocorria todas as vezes que o assunto sobre desligamento institucional surgia. *“Toda hora vocês (equipe técnica) falam que os 18 anos estão chegando. Eu ainda sou adolescente. Quero poder brincar, me divertir”*. (Ricardo, 2017).

Esse assunto é abordado por Abreu, (2016), que aponta a dificuldade dos adolescentes quando a maioria se aproxima:

(...) ao chegarem próximos à idade da desinstitucionalização, os adolescentes se deparam com um forte sentimento de desamparo. A falta de um suporte que lhes dê segurança para seguir adiante com alguma independência e autonomia se faz presente duplamente, já que não contam nem com o aparato do poder público nem com o suporte familiar. Ao completarem 18 anos, precisarão ter desenvolvido condições mínimas para dar conta o mundo fora do abrigo, sendo totalmente responsáveis pela própria sobrevivência e não mais recorrendo ao auxílio de outras pessoas ou instâncias (Abreu, 2016, p.52).

A proposta da roda da maioria, então, foi pensada pela supervisora SUBPSE, junto à equipe técnica da URS Bangu, com o objetivo de atender este menino, que, ao completar a maioria teriam desligamento compulsório e ajudá-lo a construir o seu plano de saída institucional.

Além dos adolescentes, participam da roda da maioria, a equipe técnica da URS Bangu (assistente social e psicóloga), a Supervisora da SUBPSE e os educadores sociais.

O grupo se reúne trimestralmente e outros objetivos foram sendo agregados, conforme ocorriam os encontros. O tempo entre um encontro e outro foi pensado para atender a dinâmica da instituição, que demanda muitos afazeres, e também, para que os adolescentes pudessem se responsabilizar e cumprir algumas tarefas, como providenciar documentação; alistamento; mudança escolar para próximo de onde iriam morar; consultar a família sobre a possibilidade de retornar a morar em casa ou em família extensa ou próxima a elas, e desta forma, terem o suporte destas para iniciar a vida de morar sozinhos; elaborar currículo; abrir conta bancária ou

outras tarefas que surgissem durante a ocorrência do grupo. Do mesmo jeito, a equipe técnica, a supervisora e os educadores se comprometiam com outras atribuições que lhe cabiam. Combinava-se que todos os participantes teriam que dar retorno dos compromissos assumidos no próximo encontro.

Aceitação em participar do grupo foi um passo importante para continuidade deste grupo focal, que foi incorporado, a partir deste momento, a rotina institucional. Bem como, passou a estar presente na agenda dos adolescentes. Os que não eram incluídos por conta da idade (menores de 17 anos) ficavam na expectativa de chegar sua vez. Vale ressaltar, que o nome de “grupo” foi mudado pelos adolescentes, que, por conta da configuração dos encontros sempre em “roda de conversa,” sugeriram a mudança, para “roda da maioridade: ontem meninos, de repente homens”. O nome deste grupo focal seria uma alusão a chegada da maioridade, que parece ocorrer de forma inesperada, porém, é um processo que precisa ser vivido e construído desde o acolhimento.

A observação deste grupo fez a equipe repensar sua prática, a sistematizar o fazer profissional. A fala da Supervisora técnica chamou atenção para isto, conforme registrado no diário de campo da pesquisa:

“(...) A roda da maioridade é para o menino, mas ela é principalmente, para nós, que acompanhamos ele (menino). Porque ele pode chegar ao acolhimento em qualquer faixa etária, ainda, pequeno e fazer uma trajetória dentro da rede. E ele pode chegar às vésperas de fazer os dezoito anos. O que eu acho é que, cada vez mais, precisamos provocar institucionalmente, a discussão sobre como construímos a autonomia junto com este menino. Por isso, acho que ela vale à pena - a roda da maioridade. Pois, essa discussão também é interna, sobre o que é autonomia dentro das instituições de acolhimento. A roda abre um diálogo interno com esses meninos. Para que ele possa entender que não estamos desatentas a esse momento dele. Mas, a roda faz muito mais a nós, profissionais de qualquer esfera, seja da cozinha, que precise arrumar uma forma do adolescente entender que tipo de alimento chega ao acolhimento³⁷ até a preparação alimentação que recebe nas refeições. Passa por um processo de forma intensa com esse menino. De um garoto que chega às vésperas dos dezoito e tem que estar em outro momento, de outro patamar de diálogo com ele. Mesmo quando ele apresenta uma discussão muito infantilizada. Que a gente, enquanto

³⁷ Está relacionado ao recurso disponível, per capita e também a disponibilidade do fornecedor. Tem alguns alimentos que não são permitidos, por apresentar preços acima da tabela, ou pelo pouco ou nenhum valor nutricional.

profissional, possa estar discutindo isso, com a rede protetiva, principalmente, com o judiciário, para que, não vire uma banalização de entender este menino numa rede de institucionalização futura. Que a gente (técnicos) possa provocar o judiciário, que as outras políticas são importantes, principalmente para o menino que acaba de ser acolhido. Quando penso na roda! (...) É uma roda interna, também para os técnicos. É uma provocação interna para nós técnicos. Por exemplo, tem uma pergunta que é clássica: 'Qual o projeto de autonomia para o adolescente?', a resposta: 'é incluir na escolar, no estágio'. E às vezes, ele apresenta questões, para além, desse momento e isso, também, é trabalho de autonomia" (Supervisora SUBPSE/SMASDH, 2018).

Nas rodas de conversas, era possível perceber que não bastava apenas elaborar um planejamento para sua saída, com encaminhamentos. Era necessário investir na construção da autonomia e ao, mesmo tempo, que o adolescente pudesse se sentir protegido e acolhido em sua demanda. Que pudesse sentir que faz parte de algo, de algum lugar, que, talvez, tenha sido negado durante sua trajetória de vida. Ou seja, que pertence a um lugar; que está 'dentro' e não 'fora de lugar'. A expressão "fora do lugar" (*children out of place*) é empregada por alguns autores para designar justamente a condição na qual uma criança pode encontrar "solta", sem supervisão de um adulto, sendo em situação de rua ou na casa da família. (Rizzini et al., 2003, p.34).

A inclusão dos adolescentes na rotina institucional, por mínima que pareça, é o começo para que a autonomia e o pertencimento possam ser construídos junto com os adolescentes que se encontram acolhidos institucionalmente. Como sinalizado no depoimento da Supervisora (2018), transcrito acima, que retrata o momento das refeições, que, geralmente, são de muito conflito dentro de uma unidade de acolhimento. O que não seria diferente na URS Bangu! O principal motivo dos conflitos seria porque todos estão reunidos e as diferenças se exacerbam neste espaço, somado a isso, as razões mais banais são propulsoras desses conflitos como: o lugar à mesa, a quantidade de comida, o tipo de alimento servido. Por conta das brigas, são recorrentes que as refeições sejam interrompidas e mobilizando toda a equipe para que apaziguar os ânimos.

Como oportunizar esse espaço para refletir sobre as questões que estavam sendo trazidas por eles sobre: o que pode ou não ser ofertado nas refeições? Como

e quais utensílios (pratos, talheres, copos) podem ser usados por eles? Por que não podem se servir e assim, escolher o que é colocado no seu prato? Por que não poderia ter um dia que todos (adolescentes e funcionários) se reunissem juntos à mesa para almoçarem juntos?

Cito, a seguir, um outro exemplo de ação promotora da autonomia criada na unidade. Diante desta situação, a nutricionista da URS Bangu elaborou uma oficina temática-culinária, na qual se pudesse proporcionar ao adolescente a vivência da hora das refeições de forma mais prazerosa. Foi apresentado, então, de maneira lúdica, os valores disponíveis; a per capita, destinada a compra dos produtos alimentícios com o fornecedor para compor o cardápio diário; e o que, dentro deste contexto, [o que] poderia ser sugerido ao cardápio.

Esta oficina temática provocou, nos adolescentes, uma forma de revisitar a memória gustativa e olfativa, que o preparo dos alimentos provocaram, como: as lembranças de casa; do cheiro do bolo; das conversas com a mãe, hora das refeições; a preocupação com o desperdício; com a dificuldade de ter alimento na mesa. Além, é claro, de introduzir a importância do valor nutricional, e o porquê de algumas escolhas feitas pela profissional da nutrição para compor o cardápio. Essa experiência possibilitou adequar o cardápio também a atender alguns pedidos dos adolescentes, ou seja abriu um campo de diálogo. Alguns meninos foram surpreendidos por descobrirem-se talentosos na gastronomia, inclusive em pensar nisso como profissão.

O processo de autonomia que foi se construindo, após essa oficina, mudou a rotina das refeições da URS Bangu, que passaram a ser disponibilizadas às mesas em formato de “self service”, as colheres e pratos de plásticos foram substituídos por garfos, facas e pratos de vidro. Resultado da participação dos adolescentes na oficina culinária.

Observamos que outra contribuição foi na relação do adolescente com o alimento, com os funcionários da cozinha e com a vida fora da instituição. A fala de Lorenzo ilustra esse momento: “(...) *eu tinha vergonha de comer na rua. Porque não sabia comer com garfo e faca. Agora não! Eu escolho minha comida, aprendi*

a comer mais devagar. Posso comer na casa de outra pessoa sem problema”. (Lorenzo, 2018).

De acordo com Gulassa (2010), mudar paradigmas é mudar pessoas, mudar hábitos, mudar o jeito de ser e de pensar. É uma mudança em profundidade, atinge valores. Conduzir este processo exige, por um lado, iniciativa, ousadia e coragem e, por outro, cuidado, delicadeza e zelo.

Porém, mudar não é fácil. A fala de um funcionário traz a dificuldade em lidar com a mudança que vem se materializando no fazer desta URS, baseado no reordenamento dos serviços de acolhimento.

“(...) Vocês dão muita confiança para esses meninos. Agora querem escolher o que comem. Fazem a maior bagunça para se servir. Acho que isso não vai dar certo.” Tempos depois, está mudança teve outro significado. O self service foi a melhor coisa, dá um trabalhinho, mas diminuiu o desperdício e o estresse da hora da comida.” (Cozinheira, 2018).

O reordenamento significa dar uma nova ordem aos serviços e programas a partir de marcos legais, revendo e articulando a política pública, repensando os paradigmas conceituais, reorganizando serviços e estruturas institucionais, refletindo sobre política pedagógica das instituições de acolhimento, os programas de atendimento aos adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade promovendo as articulações necessárias.

Observamos que a mudança é ampla, horizontalizada e implicada, o que exige que os serviços e programas de atendimento à criança, aos adolescentes e suas famílias atuem de forma complementar e interdependente, criando, como aponta Gulassa (2010), a necessidade de se cuidar do processo de cada uma delas. *“Muda-se em rede, quer dizer, num processo de mútua intervenção, todos se reveem.”* (Gulassa, 2010, p.14).

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da URS Bangu, foi possível observar, que é um documento que parece acompanhar a dinâmica dessa instituição. Que vai incorporando novas práticas, a partir da demanda dos acolhidos, da equipe técnica, dos educadores e da equipe de apoio. Reconhece que o viés educacional

está presente no cotidiano institucional e, por isso, considera que cada profissional envolvido no acolhimento tem o papel de educar.

E os adolescentes percebem de que forma este equipamento? Pelo que foi exposto até aqui, por meio dos relatos das observações realizadas em campo e por meio dos depoimentos descritos, o adolescente também é e se sente responsável pela mudança que esta instituição vem se permitindo realizar desde que passou a ser uma URS. Terminei este item de análise com a fala de Antônio: *“Aqui, a gente escolhe e dá opinião sobre o almoço, lanche e na janta ... Sobre a comida sabe. Até quando a gente vai enfeitar a casa para o natal ou mudar a cor da parede, as tias perguntam pra gente”* (Antonio,2018).

4.3

Espaço de Escuta

As oficinas temáticas e os grupos focais são percebidos pelos adolescentes como espaços de escuta e participação?

Neste item são discutidas as oficinas e os grupos focais percebidos ou não como espaço de escuta pelos adolescentes.

As oficinas e grupos focais são motivados pela demanda dos próprios adolescentes de forma direta - “quero discutir tal assunto” -, ou indireta, pelos comportamentos e situações que a equipe precise intervir e usa estes espaços como estratégias. A princípio até “intuitivamente”, deixando flexível a forma de conduzir as oficinas e os grupos.

Uma dessas experiências foi o grupo focal, “Papo reto: tia, pega a visão!”, que surgiu por demanda espontânea. Os adolescentes se aproximaram da equipe técnica e começaram a se dispor em círculo. Sentados nas cadeiras disponíveis, na sala da equipe técnica e também pelo chão. Trouxeram para este momento a situação do colega que estava cometendo pequenos furtos no território, o que tinha sido sinalizado pela vizinhança e estava trazendo desconforto para os outros adolescentes.

“Cara, ou você para com isso, de roubar. Ou mete o pé! Você está dando vergonha. A gente aqui no ‘bairro’ não somos ladrões não. As pessoas sabem disso, e você vem pra cá fazer isso? Não dá pra você não, Cara! Aqui o papo é outro, não é não, fio? Volta pra sua área.” (João,2018).

As técnicas (psicóloga e assistente social) fazem a mediação das conversas, mas, principalmente, ofertam a escuta neste espaço, que é coordenado geralmente pelo adolescente que traz a questão para o grupo.

O interessante é que a intervenção dos adolescentes, no episódio descrito, trouxe discussão de conquista, de pertencimento, de mudança de comportamento, de contar outras experiências pelas quais passou e que, em alguns casos, resultou no motivo do acolhimento e afastamento da família.

Poder ressignificar as experiências por intermédio do outro faz parte do processo de reinserção social do adolescente de repensar estratégias de vida. Vida que está além dos muros do abrigo e que começa a ser reelaborada desde que é acolhido.

As oficinas temáticas também estimulam a descoberta de novos talentos, um exemplo disso é a oficina culinária, que era disputadíssima entre os meninos, por isso, eram escolhidos apenas três adolescentes em cada oficina. Neste dia, eles eram responsáveis pelo preparo dos alimentos e em servir as refeições para todos os acolhidos e funcionários. Isso parecia ter aproximado eles da equipe.

Este trabalho resultou na elaboração do livro de receitas³⁸ “Entre receitas e histórias”, que foi confeccionado pelos próprios adolescentes e presentearam suas famílias e a rede socioassistencial. *“(…) gosto muito de participar das oficinas de fazer comida. Acho que a ideia da tia em fazer isso, foi muito boa. Lembrei da comida da minha avó. Sinto saudades!” (Gabriel, 2017).*

Segundo a PNCFC (2006) os interesses, as habilidades, as competências, e as necessidades específicas das crianças e dos adolescentes são reconhecidos. A criança e o adolescente devem ser ouvidos sempre e incentivados à participação social e política.

³⁸ O livro “entre receitas e histórias” teve como objetivo registrar a oficina culinária e as receitas de alimentação simples como arroz, feijão, ovo. Misturado às receitas, às histórias, poesias e aos pensamentos que eram contados durante o preparo dos alimentos.

A equipe técnica recebeu a missão de incentivar a participação dos adolescentes na Pré-Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência, em 2018, que iria ocorrer no território. O que provocou alguns questionamentos. Como fazer isso? Como mostrar a importância da participação neste espaço de discussão, que para alguns está tão distante de sua realidade, que não conseguem ver o impacto que terá em suas vidas? Como as discussões nestes espaços políticos afetam a vida nas instituições de acolhimento?

Essas questões foram usadas para ajudar a refletir, junto com eles, a respeito da importância da participação na pré-conferência, nos fóruns e conselhos dos direitos da criança e adolescente, a fim de saber quão importante é o que eles pensam.

Para isso, iniciamos com a discussão sobre o que eles consideram direitos. Falaram a respeito da violência doméstica, violência policial, violência do tráfico, violência do dia a dia, do abandono, da pobreza, do direito à educação, à saúde, do direito ao trabalho e à vida digna, do direito de serem reconhecidos e tratados como gente. Falaram da preocupação com a família, principalmente, com a mãe, de considerar que não foram os filhos que a mãe desejava, ou sonhava. Deste bate-papo, surgiu a maneira que iriam participar da Pré-Conferência municipal dos direitos da Criança e Adolescente. A música seria o instrumento que daria voz e vez a eles. Mais uma vez, a arte aparece, como forma, de expressão dos adolescentes da URS Bangu.

A composição construída pelos adolescentes (A, 16 anos; P, 17 anos; CL, 17 anos, 2018). Intitulada: “de volta pra sociedade!”³⁹.

Hoje eu fui dormir/ com um sonho tão lindo/ e com o objetivo de ser um bom menino/ E quando eu acordei/ Minha mãe me perguntou/ que cara é essa, meu filho/ me explica, por favor/ E eu respondi/ Vou correr atrás dos sonhos que perdi/ Foi quando percebi que o tempo passou/ Olhei nos olhos dela e a lágrima rolou/ Porque o sonho dela era que eu fosse doutor/ Mas, infelizmente, o sonho dela não se realizou / Por conta de algumas atitudes, meu caminho se desviou/ me deparei com meus problemas, desde que a violência começou/ Hoje eu vejo

³⁹ A música foi apresentada pelos adolescentes, tanto pelos compositores como pelos que se sentiram à vontade em cantar. Ao retornarem para o abrigo contaram como foi a experiência de protagonizar este momento. “Fomos *aplaudidos de pé*. As pessoas gostaram. Nossa! Me senti como? *Muito bom*” (A, 16 anos um dos compositores e cantor).

a mudança, decidi seguir em frente com fé e esperança/ poder levar sabedoria/ para todas as crianças/ aí, eu fui lembrando de toda minha infância/ quando eu sorria, soltava pipa e jogava bola com meus amigos da escola/ Escute o que eu vou te falar agora/ segue em frente, levante a cabeça/ essa é a sua hora/ aproveite a oportunidade/ não jogue seu sonho fora/ Minha mãe me desculpe, por não ser doutor, pois, hoje em dia sou cantor e compositor/ por tudo agradeço ao meu Senhor.

A música composta pelos adolescentes evidencia a questão social com suas múltiplas expressões, que é facilmente identificável pelos usuários dos serviços de acolhimento, pois o público que geralmente é encaminhado ao acolhimento está em situação de vulnerabilidade social, vindo de comunidades dominadas pelo tráfico ou pela milícia. Território de disputa entre esses dois poderes, de extrema violência, e onde a intervenção do Estado mostra-se pouco ou nada eficaz, por meio de políticas públicas que atendam a esta parte da população.

Pode-se afirmar que a possibilidade da convivência familiar e comunitária para esses adolescentes, tendo vivido a experiência de acolhimento institucional, começa a ser construída antes de sua saída da instituição. É preciso aprender a conviver, antes, consigo, descobrir novos talentos e ter sua opinião levada em consideração em vários momentos. Fortalecer sua autoestima; saber que é capaz; e o que ele fala importa. Estabelecer uma relação mediada pela palavra e não só pela força, pela violência. Violência que é, muitas vezes, naturalizada no discurso do próprio adolescente, e também do profissional que atua nos serviços de acolhimento institucional.

As oficinas temáticas e os grupos focais trazem a leveza do brincar. O brincar, Segundo Winnicott (1975), facilita a comunicação, tanto consigo como com os outros. Proporciona o diálogo e a possibilidade de serem ouvidos em assuntos, nem sempre, fáceis de falar. Talvez, por isso, a metodologia de usar estes instrumentos de escuta foram tão bem aceitos pelos adolescentes da URS Bangu. E em alguns momentos, são solicitados por eles, como forma de intervenção. Isto também possibilitou que pudessem desejar ser ouvidos de forma individualizada, tanto no espaço institucional, como na psicoterapia ofertada nos equipamentos de saúde do território.

“(...) Saber que a gente pode falar. Que tem alguém para ouvir e que a gente também pode escutar. Fez toda a diferença na minha vida. Vocês (técnicas e educadores) pensam que, o que vocês falam, entram por um ouvido e saem pelo outro, mas não, fica na nossa cabeça. Faz a gente parar para pensar.” (Zyan, 2018).

A fala passa a ser valorizada, conseqüentemente, os serviços de saúde mental, começam a ser vistos, por eles não mais como “coisa pra maluco”. Mas sim, fazendo parte do cuidado com a saúde e bem-estar. Contribuindo para sua reinserção social.

Para Rosseti-Ferreira et al. (2010), por meio da conversa, crianças e adolescentes “podem aprender sobre si e construir suas histórias, uma vez que, as experiências narradas ao outro favorecem a construção de seus próprios significados sobre o mundo e sobre si” (Ibid., p.71). Outros autores que estudam a adolescência, sinalizam que, para poder oferecer espaços adequados à realidade do adolescente, é preciso promover diálogos que façam surgir suas necessidades, além de apoiar e contribuir para que estes entendam e assimilem suas próprias mudanças (Oliveira; Egry, 1997; Ozella, 2003).

Dentro do tema “espaço de escuta”, incluem-se também as famílias. Elas participam de algumas oficinas, uma delas intitulada “Família em foco⁴⁰: os meus, os seus e os nossos”. Esta oficina tem o objetivo de trabalhar os entraves que surgem no período de reinserção familiar, na relação entre a família e o adolescente e incluir os equipamentos socioassistenciais e do SGD no acompanhamento desta família.

Nestes encontros pude observar a importância de aproximar a vida do adolescente que se encontra temporariamente institucionalizado, para que as sequelas decorrentes do afastamento pudessem ser dirimidas. Muitas famílias relatam que não sabem o ano escolar de seus filhos, ou se eles apresentam alguma doença. Assim como, têm dificuldade de identificar características positivas na relação com seus filhos. A relação torna-se distante, de um estranho.

⁴⁰ Família em foco: “os meus, os seus e os nossos”. Projeto da URS Bangu, o nome do projeto é uma referência a importância da família, no processo de desinstitucionalização. E também para reforçar que o acompanhamento por toda rede é essencial para que se efetive a reinserção familiar. O adolescente é responsabilidade da família, do abrigo e de toda rede.

O espaço institucional também precisa cuidar desta família, escutar sua demanda. Para que a reinserção possa ser vivida e não só idealizada ou que conste apenas no protocolo da instituição.

Diante deste contexto, como a reinserção pode ser o objetivo das intervenções dos serviços de acolhimento? Como garantir, mesmo que minimamente, a convivência familiar? Como estimular o fortalecimento desses vínculos tão fragilizados?

Na URS Bangu não existe um livro exclusivo para registrar as visitas da família, dos padrinhos e madrinhas afetivas e da família extensa. Ao observar os relatos das famílias que já tiveram seus filhos em outro equipamento. “*Não vou assinar o livro de visitas? Depois vão dizer que abandonei meu filho, aí o juiz dá a maior bronca*” (Mãe, 2017). Percebemos a preocupação em serem culpados ou punidos pelo Poder Judiciário por abandonar sua prole.

As “visitas” das famílias aos seus filhos e afilhados na instituição são consideradas períodos de convivência. Entendendo-se conviver como estar junto, partilhar momentos e não, exclusivamente, coabitar o mesmo espaço. Por isso, não há horário para que a família vá a instituição e podem, inclusive, se preferirem, sair para irem ao shopping, à escola, ou ao parque. São momentos que têm o potencial de restabelecer a conexão que foi interrompida com o acolhimento do filho.

A convivência familiar e comunitária serão elementos de análise do próximo item.

4.4

A preparação para vida fora da instituição: um caminho que se faz junto

Neste eixo de análise, serão discutidas questões relacionadas ao convívio com a família e outras formas de reinserção social. Iniciamos essa reflexão partindo da própria legislação que regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes.

O ECA (1990) apresenta a convivência familiar e comunitária como direito fundamental, reiterando a provisoriedade da medida de proteção de acolhimento institucional. Somando a esta perspectiva a Lei 12.010/09, também, conhecida

como Lei da adoção, apresenta que é obrigação da entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional favorecer o restabelecimento e a preservação dos vínculos familiares e estabelece prazo máximo de 02 anos de afastamento familiar.

Os estudos de Azôr e Vectore (2008) e de Silva e Nunes (2004) e Siqueira (2009) são exemplos de pesquisas sobre o processo de reinserção familiar no Brasil. Segundo Azôr e Vectore, os fatores que contribuem para o retorno ao convívio familiar de jovens institucionalizados são: insistência do Poder Judiciário, acompanhamento familiar por profissionais, adequação da moradia e desejo dos familiares.

De acordo com Siqueira (2009), existem poucos estudos sobre reinserção familiar e sobre reinstitucionalização na realidade brasileira. Todavia, em outros países como Estados Unidos, Austrália e países da Europa, as pesquisas sobre este tema, principalmente no que se refere à questão da família substituta (*foster care*) tem sido base para programas de intervenção para famílias há décadas. Apesar das indiscutíveis diferenças culturais e do sistema de bem-estar social de crianças e adolescentes em situação de risco dos diferentes países do mundo, conhecer estudos internacionais é essencial para compreensão desse fenômeno e para a produção de programas de atendimento adequados para o contexto brasileiro.

A autora aponta o estudo de Festinger (1996) e Courtney (1995), desenvolvido no contexto norte-americano, com o objetivo de apontar os fatores de risco familiares presentes no processo de reinserção, pode levar à reinstitucionalização, sendo elucidativo para a compreensão do processo. Este estudo apontou os seguintes fatores de risco: 1) habilidades parentais pobres; 2) ausência ou pobre apoio social; 3) recusa de serviços externos necessários, como programa de treinamento de habilidades parentais; 4) idade da criança, sendo maior a reincidência de crianças mais velhas. E os estudos de Courtney (1995), que destaca que a taxa de reincidência é maior nos primeiros meses de reinserção familiar. Sugerindo a necessidade de um programa de acompanhamento especial para as famílias durante este período crítico.

As pesquisas indicam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o processo de reinserção familiar, tendo como foco a convivência familiar, para que as intervenções e políticas destinadas a crianças e adolescentes acolhidos realmente possam ter o caráter acolhedor de cuidado, de construção de autonomia e proteção.

Em nossa pesquisa, o adolescente João compara a URS Bangu a outras instituições de acolhimento, onde já esteve acolhido. Aponta a valorização da família[,] como o diferencial que mais o marcou.

“Eu não gostava do meu pai. Tinha muita raiva dele. Aqui pude falar disso sem medo de brigarem comigo. Pude me aproximar da minha família. Os outros abrigos faziam eu me afastar da minha família e a raiva só aumentava. (...). Voltei a falar com meu pai.” (João,2018).

A possibilidade de poder rever seus conceitos e sentimentos, ressignificar suas perdas, é necessário para que o adolescente diga sem medo que naquele momento tinha raiva do pai. Entender o que aquele sentimento despertava e como o afetava em suas relações com seus pares.

João teve a chance de ser reinserido com uma madrinha afetiva, desde seus acolhimentos anteriores à URS Bangu, mas tinha medo de fracassar, de decepcionar a madrinha e a si mesmo. Foi encorajado, pela equipe da URS Bangu, a tentar e saber que estávamos ali, se não fosse isso realmente o que queria, o fez tentar.

“Vocês cuidam da gente de maneira diferente, muito diferente. Sei lá! Faz a gente pensar fora do abrigo. Como será quando a gente sair? E não deixa a gente sozinho. A gente sabe que vocês vão apoiar depois que a gente sair. É só vê os outros (referindo aos adolescentes que foram desligados) saírem do abrigo. Eles continuam vindo aqui quando precisam de ajuda. Tem uma hora que não vem mais porque já estão bem. Já sabem se virar.” (João, 2018).

Mesmo retornando para o acolhimento, ir para o convívio familiar fez toda a diferença para este adolescente, que, estatisticamente, pode ter sido tratada como uma reinserção mal sucedida. Porém, foi necessário para sua vivência familiar. Isto provocou uma discussão interna: até que ponto a reinserção é mal sucedida? É vista como uma oportunidade que foi jogada fora? É oportunidade para quem? O retorno ao acolhimento é resultado de um trabalho mal realizado?

O desejo de ser aceito pelo pai, pode ter contribuído para o “boicote” à sua ida para casa da madrinha afetiva. Identificar os sinais que o adolescente traz, parece que só é possível através da escuta. Saber o que realmente ele pensa para sua saída institucional é uma forma de cuidar, de ajudá-lo a crescer.

A convivência com a família nem sempre é fácil. Muitas vezes, o motivo que o levou ao acolhimento permanece e o seu retorno intensifica as questões, que não estão relacionadas diretamente a ele, mas são frutos das condições precárias das relações familiares afetadas pela desigualdade social que envolve essas famílias.

De acordo com os estudos de Oliveira e Americano (2005) baseados na teoria winnicottiana, as intervenções junto a crianças e adolescentes que “optaram” por sair de casa, separando-se de suas famílias de origem, denuncia, em primeiro lugar, a precariedade ou inadequação do ambiente familiar em fornecer condições suficientes para seu desenvolvimento sadio. Em segundo lugar, a saída de casa evidencia, mesmo que de forma inconsciente, que o ambiente original fracassou.

A convivência familiar é um processo que o adolescente vai construindo internamente. Elaborando o luto provocado pelo afastamento familiar, no qual, originalmente, em algum momento da vida, ainda criança, experimentou ser amado e essa sensação fica internamente e é evocada, inconscientemente. Para muitos meninos, a chegada da adolescência marca o momento que os conflitos familiares se intensificam. Marcados por questões relacionadas ao uso e abuso de drogas por parte dos responsáveis e também do adolescentes; o flerte⁴¹ com o ilícito (tráfico de drogas, pequenos furtos no território) é outro ponto importante, assim como, a vivência com a violência doméstica e também do território dominado por grupos civis armados (tráficos e/ou milicianos).

Estes são alguns dos fatores e conflitos que provocam a circulação entre a rua, casa e instituições de acolhimento. Segundo Rizzini et al. (2007), o atendimento institucional com perspectiva de acolhimento à criança e ao adolescente “(...) deve cumprir a função de ser suporte de caráter excepcional e provisório, com o firme propósito de reinserção familiar” (Ibid., p.89).

⁴¹ Flerte com ilícito uso como forma de explicar a aproximação com o tráfico, com os grupos civis armados, com furtos no território. Mas ainda sem um envolvimento substancial.

Neste sentido, a família é sempre um ponto importante no processo de desligamento institucional. Portanto, a convivência precisa ser estimulada desde sempre. Trazer para discussão como era quando estavam em casa; poder falar sobre o que foi vivido como algo doloroso; e também os momentos alegres dessa convivência, que, talvez, não tenha realmente sido o filho que foi sonhado, como destacaram na música que compuseram. E que seus pais podem não corresponder ao que eles precisam e idealizaram como família.

Ter a família pode não ser certeza de retorno para casa. Conviver com ela também não significa coabitar o mesmo espaço. A convivência é muito mais que viver junto. É sentir-se fazendo parte, de que é importante para alguém, mesmo quando esse alguém está distante. Isto é proporcionado pelos laços de afeto - vínculos que são construídos ao longo da trajetória de vida, e não só de consanguinidade.

Entretanto, a reconexão pode ser bastante dolorosa, como mostra a fala de um dos adolescentes sobre a convivência com a família: “(...) às vezes é difícil até sonhar, respirar, viver. As lembranças da família, sabe? Doe. Aí, a gente pede para falar com vocês ou vocês chamam. Até parece que adivinham que a gente quer falar.” (Zyan, 2018).

Ao ser questionado como ele percebe que o trabalho da URS Bangu contribui para a saída do acolhimento institucional ele completa:

“Ajudando a gente, cuidando da gente, dando conselhos, ou só me ouvindo. Respeitando o nosso momento. Faz a gente pensar na nossa vida. Fazendo com que a gente corra atrás dos nossos sonhos, acreditando e fazendo acreditar que a gente vai conseguir.” (Zyan, 2018).

Um ponto que chamou atenção na conversa com este adolescente foi a forma que ele começou a entender o que era prioritário para ele, e, não necessariamente, seria para mãe. Na ocasião de sua formatura ele disse muito tranquilamente:

“(...) ela não veio, porque isso não é importante pra ela. Quando eu for para o exército. Aí sim, ela virá, porque considera que isso, é que fará

diferença na minha vida. Já conversamos sobre isso. É o jeito e opinião dela. E agora eu entendo. Tô de boa!!” (Zyan, 2019).

Na fala do adolescente Zyan, de 17 anos, parece apontar para a compreensão à respeito da diferença em relação ao que é importante para ele e para a mãe, sem, com isso, despertar ressentimentos em relação a esta. O que contribuiu para que o vínculo entre o adolescente e a família pudesse ser “reorganizado” e possibilitando a reconexão, e conseqüentemente, a convivência familiar.

Um outro ponto importante que emergiu no estudo é que a convivência também está relacionada à comunidade onde se inserem os adolescentes. Participar das decisões que afetam o bairro, se relacionar com a vizinhança, traz para o sujeito o sentimento de pertencimento, de cidadania.

A situação que será descrita abaixo faz parte das anotações realizadas durante o trabalho de campo e nos levou a refletir sobre a importância de ser morador de Bangu, principalmente de uma instituição de acolhimento.

Devido ao grande número de assaltos no entorno da URS Bangu, foi realizada uma reunião com todos os moradores da rua. Nós fomos convidados, à princípio, devido às várias queixas que recebíamos no início da instalação do equipamento neste lugar. Logo pensamos em não comparecer, pois deduzimos que seria para receber queixa dos meninos ou para nos convidar a sairmos do território. Comunicamos sobre a reunião para a equipe e a direção disponibilizou um educador para representar o abrigo.

Na reunião, fomos incluídos como moradores, e portanto, precisávamos opinar sobre a colocação de grade e portão de acesso à rua que ficava às margens da Av. Brasil, sendo rota de fuga nos assaltos. Vale ressaltar que tivemos funcionários e adolescentes vítimas de assalto, pois os funcionários e adolescentes ficavam, à noite, sentados no portão, prática comum no bairro.

Este acontecimento nos levou à aproximação com pessoas que anteriormente rejeitaram a instituição no território (vários abaixo-assinados para nossa saída). Afinal, adolescentes institucionalizados são “perigosos”, herança da visão da infância e adolescência do século passado, que ameaça “à ordem pública, a segurança, “a paz social” (Rizzini; Pilloti, 2011). Este tipo de pensamento ainda

está muito presente na sociedade em relação a adolescentes em situação de rua e/ou acolhido. Passamos a ser reconhecidos como moradores, e por isso, precisávamos ser protegidos. Desta forma nossa participação nas decisões de tornar a rua mais segura também era nossa.

O depoimento de Raimundo apresenta a dimensão das conquistas neste território.

“(...) Me sinto em casa, quando estou chegando do estágio, posso até ser assaltado, mas todo mundo corre esse risco. (...) As pessoas me conhecem tenho amigos e vou a casa deles e eles vem na minha, que no momento, é o abrigo.”
(Raimundo, 2018).

A importância do pertencimento para os meninos e meninas em situação de vulnerabilidade social, que estejam em situação de rua, ou em instituição de acolhimento é apontada por Zamora (2006):

Todos los niños y niñas necesitan sentirse parte de la sociedad, de la vida, tienen sueños aún más intensos que nosotros los adultos; tienen necesidades concretas, también más intensas que los adultos. Ya es hora de darles su lugar en la sociedad (Rizzini; Zamora, 2006, p.63).

O sentimento de pertencimento construído no território e o reconhecimento como sujeito, que participa da vida da sua comunidade, inclui este adolescente institucionalizado, que na sua trajetória de vida, relatada nesta dissertação, vivia apartado da sociedade.

A participação é um ato político, de luta e resistência. Rizzini e Zamora (2006) salientam que a participação de crianças, adolescentes e jovens é um direito fundamental, que está assegurado na Convenção, que diz que devem e podem se manifestar sobre interesses de sua vida. Devem ser escutados na escola, em casa, na comunidade e na formulação e execução de políticas públicas.

Outro ponto de destaque, deste item de análise em relação ao desligamento institucional, se refere às:

Outras formas de reinserção

Como já dito, neste capítulo que está relacionado à pesquisa de campo, realizada por meio da observação participante no cotidiano institucional, no qual estou inserida e, portanto, sou parte também da pesquisa, o que torna a tarefa como pesquisadora difícil e cansativa.

Pensar a reinserção está para além do retorno à casa, como discutimos anteriormente. “A convivência familiar e comunitária: afinal, pode não ser voltar para casa?”, visa propor uma reflexão sobre a possibilidade de ter outras portas de saída para o acolhimento. Como por exemplo ir morar com outros adolescentes que também saíram do acolhimento ou não, outros jovens que encontraram durante o percurso de vida; ir morar sozinho, próximo ou não da família. Neste ponto, destacamos que alguns adolescentes optam em morar próximo à instituição de acolhimento. Relatam que sentem-se mais seguros e com apoio, porém, conforme vão dando conta das atribuições que morar sozinho impõe, acabam se distanciando e, às vezes, indo morar em outro local.

No encontro da roda da maioria, o depoimento do jovem que tinha sido reinserido, que apesar de ter família preferiu ir morar sozinho, demonstrou como a esta decisão é difícil e o apoio é fundamental, até conseguir administrar sua vida.

“Nossa! Quando elas (referindo-se a assistente social e psicóloga) falam com a gente pra guardar dinheiro do estágio, caramba! A gente não liga. Acha que elas estão falando demais. Mas, quando fui morar sozinho e o meu dinheiro tinha que dá pra tudo. Jesus! O gás! Cara, o gás é um negócio doido. Não pode faltar senão, não tem comida, não tem café da manhã. O gás!! Muito caro! não sabia. Só lembrava delas falando aguarda seu dinheiro. Você vai precisar.” (Gabriel, 2018).

O depoimento do adolescente causou grande impacto nos adolescentes presentes. A discussão a respeito da vida fora do acolhimento, como ela pode ser muito dura, acrescido a isso, a falta de suporte financeiro e emocional. E que pode levá-los ao acolhimento de adulto ou a situação de rua.

Na oportunidade, discutimos sobre a perda de direitos sociais, que vinham se configurando (eleições de 2018) e como isso iria impactar na vida de cada um de nós. Portanto, era preciso se apropriarem do que acontecia fora do abrigo, no bairro, no município e também no país.

A sugestão foi conversarmos sobre os papéis dos candidatos, a importância em votar (mesmo com esta possibilidade preferiram se abster, já que não tinham a obrigatoriedade imposta pela idade). Um dos principais pontos de debate foi a redução da maioridade penal. “*Os caras (polícia) já chega esculachando a gente, com isso, então, vão matar logo, fio!*” (Antônio, 2018).

Desta forma, pensar a reinserção é urgente. A ação deve envolver os atores sociais (adolescente, família, comunidade). Nas observações até aqui descritas e relatadas a prática institucional da URS Bangu parece estar pautada no princípio da participação do adolescente no processo de desligamento institucional.

Pensar o desligamento como processo, remete à ação de caráter dinâmico e contínuo, no qual estão envolvidos: os acolhidos, as famílias, a equipe da instituição e equipamentos socioassistenciais, e do Sistema de Garantia de Direitos. Ou seja, é um trabalho coletivo.

Outra forma de reinserção que vem surgindo na URS Bangu é a colocação em família substituta. A análise dos registros da instituição do período de 2013-2018 destaca que houve 07 colocações de adolescentes em famílias substitutas, com processo de adoção em andamento ou concluído. Apenas uma “devolução”, ou seja retorno ao acolhimento.

Vale ressaltar que a busca por famílias substitutas, parte dos próprios adolescentes que endereçam sua demanda aos locais de convivência como: escola, nave do conhecimento, ou outros locais, que têm a oportunidade de conhecer outras pessoas e, então, iniciarem a construção de laços afetivos.

A devolução de crianças e adolescentes para o acolhimento tem sido muito desafiador para as unidades de acolhimento. Essas famílias precisam de acompanhamento das equipes técnicas da VIJI e também de toda rede socioassistencial. Um dos maiores problemas recorrentes neste tipo de reinserção é negar a história deste adolescente: de onde vieram; de não respeitar as rupturas que sofreram ao longo de sua trajetória de vida; e de suportarem os comportamentos de rebeldia dos adolescentes – os teste impostos pelo adotado aos candidatos a “pais” e “mães” serão capazes de amá-los; superarem a ideia de adoção como um ato de

caridade, exigindo que o adolescente tenha que ser grato pelo o que estão recebendo.

A equipe da URS Bangu tem realizado um trabalho diferenciado com essas famílias adotantes e com os adotados, possibilitando o convívio do adolescente com a família que ele começou a construir laços. O primeiro passo consiste em receber o pedido de colocação em família substituta do adolescente, e se ele está disposto a se deixar ser amado e cuidado pela família. Sem que isso, signifique negar a sua família de origem. O segundo é saber se esta família está disposta a adotar um adolescente. Algumas famílias já eram habilitadas e acabaram mudando o perfil depois que conheceram o adolescente em questão. Outras não pensavam em adoção até aquele momento. Depois as famílias são encaminhadas para 4ª VIJI, onde todo o trâmite legal será esclarecido.

O adolescente participa de todo o processo de adoção e é esclarecido que a qualquer momento ele pode mudar de ideia. A escuta é ofertada a ele e a família substituta desde a aproximação até a adoção ser concluída por um período de 6 meses por parte da URS.

A vivência em participar e poder contar suas histórias, conhecer a si mesmo, saber de onde vem, para onde podem ir, contribui para que se percebam enquanto sujeito, como indivíduos. Nesse seguimento surgiu, decorrente das oficinas realizadas pelo IFRJ em parceria com a URS Bangu, a proposta dos adolescentes escreverem um livro, onde pudessem contar suas histórias reais ou fictícias. O livro recebeu o nome de “meninos que contam histórias de gente grande”, que ainda não foi publicado, mas está em fase final de trabalho gráfico.

O investimento pessoal neste projeto trouxe a dimensão de poder ressignificar suas histórias, de aproximá-los de suas memórias. Meninos que, até então, seriam invisíveis e passariam a sonhar com sua noite de autógrafo. Considerados “analfabetos funcionais”, agora poderiam ser escritores. O projeto também oportunizou a descoberta de novos talentos e de se arriscarem em novos mundos – o da leitura e escrita é um deles.

A cena que descreverei a seguir faz parte do processo de reinserção, fortalecido pelo sentimento de pertencimento, autonomia e participação que,

segundo os adolescentes, encontram-se presentes no fazer institucional da URS Bangu.

Várias foram as intervenções por meio das oficinas realizadas pelos acadêmicos do IFRJ, já sinalizado no capítulo anterior. Em uma dessas, teve a proposta de levar os adolescentes que participaram das oficinas temáticas a irem ao campus acadêmico. O que já ocorreu outras vezes de maneira tímida, e com pouca adesão dos meninos na época. Contudo, agora parecia que tinha algo diferente.

O compromisso que não poderia cair no esquecimento, era lembrado conforme ia se aproximando a data do agendamento. No dia marcado, havia uma inquietação atípica. Uma preocupação com a roupa que iriam vestir, com o banho, com o cabelo e com perfume. Aliás, saíram todos muitos perfumados. Quando estavam prontos entraram no transporte do abrigo que iria nos levar ao instituto. Surpresa maior estava por vir!

Ao descerem do transporte, em frente à instituição, não eram meninos inseguros, que entravam com medo dos seguranças. A impressão que tive é que eram adolescentes donos de si, certos de que não havia fronteira territorial que os impedisse de frequentar aquele ou qualquer outro lugar.

Ficaram numa sala destinada ao trabalho e a equipe técnica que estava acompanhando em outra. Nossa reunião técnica foi interrompida pelos acadêmicos do curso de extensão do instituto, para que pudessem dar o feedback à professora responsável pelo projeto, e que estava reunida conosco para avaliar as ações, até o momento, executadas na URS Bangu e também dá alguns informes. Os estudantes, então, relataram que foram surpreendidos no debate que trouxe discussão sobre direitos humanos com os adolescentes. “Eles dominaram o assunto e as falas apresentava muito desenvoltura. Não se intimidaram conosco” (Estudante, 2018).

A surpresa parece revelar o lugar que julgamos estarem estes sujeito. Lugar do não saber. Oportunizar espaço de troca é oportunizar aprendizado. Lembrei de uma frase de Paulo Freire, “Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”.

Ao terminar as atividades nos encontramos para irmos embora e aquela visita realmente tinha algo de diferente. “*Carla, (se referindo a mim) conhecer o*

campus foi muito legal. Eu quero fazer libras” (Antônio, 2018). *“E eu quero fazer o pré-vestibular, quero estudar aqui”* (Bernardo, 2018). Vale ressaltar que ambos não têm o ensino fundamental completo, mas o contato com outro universo, diferente do acolhimento possibilitou desejar estarem em outros lugares.

A forma como os adolescentes chamam os funcionários nas instituições de acolhimento geralmente é tia ou tio. Mas, comecei a observar que conforme eles vão se apropriando de si, vão mudando a forma de tratamento. Começam a chamar as pessoas pelo nome. Estabelecendo um relação de horizontalidade, construída por meio do respeito e diálogo.

Papo reto: tia, se não estivesse no abrigo estaria morto, a frase que deu nome a este capítulo é que o irá encerrar, trazendo questões que acompanharam essa pesquisa. Algumas novas e outras que não foram respondidas, porque não era o objetivo dar respostas aos inúmeros desafios e questionamentos, que me fizeram mergulhar como pesquisadora no universo do acolhimento institucional, mas levantar discussão:

- Como consolidar as mudanças nos serviços de acolhimento, que não seja apenas uma questão relacionada à gestão, mas uma mudança de paradigma?
- Como fortalecer a instituição de acolhimento como espaço de construção de autonomia e pertencimento para os adolescentes?
- Como criar um campo de diálogo entre as instituições de acolhimento nas várias esferas: municipal, estadual e nacional?
- Como pensar esse jovem fora da instituição de acolhimento, como seus direitos resguardados: emprego, educação, saúde, a vida.
- Como investir em estudos que possam trazer a importância de profissionalizar os saberes que são produzidos no espaço institucional, assim valorizando o profissional que lida diretamente com o adolescente?

5 Considerações finais

Esta pesquisa buscou analisar a participação do adolescente no processo de desligamento institucional, entendendo-o como parte de si um direito à convivência familiar e comunitária. Para tal, as observações da pesquisadora sobre o cotidiano institucional, nas oficinas temáticas e nos grupos focais realizadas na URS Bangu, foram o principal instrumento de coleta de dados. A análise realizada possibilitou perceber como os adolescentes são “chamados” a participar da sua experiência de acolhimento institucional, e, conseqüentemente, de seu processo de desinstitucionalização.

A elaboração desta dissertação proporcionou revisitar histórias vividas pelos adolescentes e também pela pesquisadora. Para isso, a investigação precisou ser disciplinada pelo fazer científico e pelas questões éticas, pela observação participante da análise dos dados, que foram registrados no diário de campo. Tudo isso possibilitou construir um diálogo entre o observado e documentado, e o acervo teórico que foi selecionado.

O diálogo com os autores presente nesta dissertação permitiu o embasamento teórico para este “fazer institucional”, enriquecendo o que parecia ser apenas natural e intuitivo. A análise possibilitou evidenciar o compromisso do labor institucional com o adolescente acolhido, respeitando seu direito de participação no processo de acolhimento, incentivando sua autonomia e construindo o sentimento de pertencimento, elementos fundamentais para o seu desligamento institucional e sua inserção no mundo. Possibilitou também perceber que as intervenções realizadas foram baseadas nas normativas legais e orientações técnicas para o reordenamento dos serviços de acolhimento.

Ao longo do estudo, buscamos entender como a participação é processual e, portanto, algo que vai sendo construído na história contada por cada adolescente. A oportunidade de confiar sua história a alguém que o escute permite a construção de uma linha de narrativa e de continuidade. A conversa implica que o adolescente seja um interlocutor que esteja participando de uma relação dialógica, na qual pode

se colocar e construir em conjunto ao percurso da conversa. Ao ser escutado, ele se engaja na conversação e tem sua narrativa estimulada de modo a poder refletir sobre sua própria vida.

Ficou claro que, mesmo com a lembrança dolorosa que cada história contada pode trazer, o adolescente ganha a autoridade sobre sua própria história, graças à sua narrativa. Com isso, há a oportunidade de criação do novo e de reconstrução para novas trajetórias, e não apenas uma repetição sintomática da história vivida, de uma cadeia de fatos e acontecimentos marcados pela precariedade, pela violência e pelo abandono.

A pesquisa realizada mostrou, em cada depoimento descrito, a importância da fala. Por meio dela, os adolescentes podem não apenas compreender suas inseguranças quanto ao futuro, mas também olhar de um novo modo para sua própria história, a fim de reconstruí-la, mesmo tendo marcas dolorosas. As experiências de acolhimento institucional precisam ser relatadas e refletidas para que possam ganhar significado, visto que o passado, por mais difícil que seja, é o que integra a história do indivíduo até aquele dado momento. Cada história precisa ser respeitada e tratada de modo sensível. Ademais, ter consciência do que sentem e pensam e avaliar os efeitos de suas vivências contribuem para a construção de saídas alternativas do acolhimento.

A pesquisa nos ajudou a compreender que isso só tem sentido se a escuta estiver presente como instrumento de intervenção com sensibilidade e delicadeza para receber cada história contada. Vimos que é necessário saber acolher o silêncio ou, às vezes, o choro e também compartilhar o sorriso e os planos de sua saída da instituição

Cabe destacar que a intenção da pesquisadora era compreender como os adolescentes poderiam se sentir atores no seu processo de acolhimento e de desligamento institucional, por meio da participação no cotidiano institucional. Constatamos que os espaços de escuta oportunizados pelo trabalho da URS Bangu, de fato, eram vistos por eles como possibilidade de serem ouvidos e consequentemente, como o fato de sua participação ativa nesses espaços podia contribuir para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária.

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária pode ser percebida nas histórias que cada adolescente conseguiu ressignificar em cada lugar que se permitiu frequentar e que antes sequer imaginava poder estar, como por exemplo, o campus universitário ou na possibilidade de poder desejar estudar libras ou fazer um curso universitário. É poder ter a oportunidade de aprender a conviver consigo e com sua família, reconhecendo que a convivência familiar, nem sempre é morar juntos. É poder fazer escolhas e também poder construir um lugar, no qual possa se sentir pertencente.

Ressaltamos que este é um cenário que se configura como uma mudança provocada pelo reordenamento dos serviços de acolhimento que está sendo construído na referida Unidade de Reinserção Social. Porém, sabemos que mudar é tarefa difícil, principalmente, porque a cultura da institucionalização, ainda está muito presente nas unidades que ofertam serviços de acolhimento institucional. Na URS Bangu não é diferente. A frase que retrata muito bem esta lógica é constantemente dita nos corredores institucionais e pelos parceiros do SGD: “*não adianta nada. Estamos secando gelo, esses meninos não têm jeito*”.

Nessa perspectiva, mudar paradigmas, significa mudar cultura, mudar pessoas, mudar hábitos, mudar o jeito de se pensar. Este processo exige, por um lado, participação, criatividade, iniciativa e coragem, por outro, requer delicadeza, cuidado e compromisso. Esta mudança demanda que a rede se articule, se reinvente de forma horizontalizada e implicada. Isto só é possível por meio de um processo coletivo de intervenção e implicação, no qual todos os envolvidos possam rever suas práticas, objetivando a proteção integral de crianças e adolescentes. Trabalhar em rede exige habilidade para lidar com grupos diferentes e dialogar em prol de um objetivo em comum que é o desenvolvimento humano e social de todos os envolvidos.

O desafio maior para esta mudança é que ela não esteja apenas vinculada a uma gestão ou a um outro profissional, mas que faça parte da lógica dos serviços de acolhimento, assim, possibilitando a criação de metodologias que sejam revistas e reavaliadas tanto pelos profissionais, como pelos adolescentes acolhidos e por suas famílias. Acreditamos que estas formas de participação podem

contribuir para políticas públicas que tragam em seu cerne a responsabilidade de acolher, oportunizando a convivência familiar e comunitária como porta de saída possível.

Termino acrescentando que esta pesquisa não teve e não tem a pretensão de esgotar seus questionamentos, mas de possibilitar reflexão sobre o tema que nos é tão caro: o potencial dos adolescentes que se encontra invisível nos serviços de acolhimento.

6

Referências bibliográficas

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ABREU, PAULA. P. **Adolescentes em acolhimento institucional: o processo de saída**. Orientadora Lidia Levy Alvarenga. 85f. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO). 2016.

ALTOÉ, S. **A psicanálise pode ter algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescente?** In ALTOÉ, S. (org.). *Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2007.

ARCOVERDE, ANA C. B. **Questão Social no Brasil e Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, EAD, 1999.

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. São Paulo: LCT, 1981.

ARPINI, D. M. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 23, n. 1, mar. 2003.

ASSIS, S. G.; FARIAS, L.O. (org). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013.367p.

AZÔR, A. M. G. C. C. V.; VECTORE, C. **Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo**. *Estudos de Psicologia I*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 77-89, jan./mar. São Paulo, 2008.

BAGNALL, N. F. **Re-imaginando a escola: educação e pertencimento**. Palestra proferida no III Colóquio Educação, Cidadania e Exclusão: Gênero e Pobreza – imagens da escola. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BASTOS, A. C. S.; Alcântara, M. A. R.; Ferreira-Santos, J. E. (2002). **Novas famílias urbanas**. In E. R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Eds.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 99-135). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2003.

BRASIL. **Código de Menores**, Lei Federal 6.697, de 11 de outubro de 1979, dispõe sobre a Assistência, Proteção e Vigilância à menores. Diário Oficial da União – Seção 1 de 11,out.1979.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social - CNS. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília-DF: CNAS, 2009.

_____.CNAS, resolução 023/13 , de 27 de setembro de 2013. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília- DF, 30 set. 2013.

_____. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, 13 jul. 1990.

_____. **Lei de Adoção** - Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no 145, de 15 de outubro de

2004. Aprova a **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CDC. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. adotada pela Assembleia Geral da ONU. Estados Unidos, Nova York, 1989.

CARRANO, P. **A participação Social e política de jovens no Brasil. Considerações sobre estudos recentes**. Revista O social em questão, n. 27. Departamento de Serviço Social da PUC-RIO, 2012.

CAVALLIERI, G; LOPES, G.P. **Índice de Desenvolvimento Social-IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro**. IPP/ Prefeitura do Rio de Janeiro abril, 2008 nº 20080401.

CENSO da população infanto-juvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro MPRJ, 2018.449 p.; il.; 28 cm.

CERQUEIRA, Daniel (coord), ET al. **Atlas da Violência**. ATLAS DA VIOLÊNCIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Fórum Brasileiro de segurança Pública (FBSP). 2017.

COSTA, R.M. **O acolhimento institucional para mães adolescentes: práticas cotidianas e reinserção sociofamiliar**. Orientadora: Irene Rizzini. 158f. Dissertação de mestrado. Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica (PUC- RIO), 2016.

DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual**. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

DONZELOT, J. **Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal. 3ª edição. 1989.

DOYAL, L.; GUOGH, I. **Una teoría de las necesidades humanas**. Trad. José Antonio Moyano; Alejandro Colás. Barcelona: Icaria Fuhem, 1994.

DURAND, M. **O medo no trabalho e na vida social: estudo psicanalítico da subjetividade brasileira**. Annablume, 2010.

ERICKSON, E. H (1987). **Identidade, juventude e crise**. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1968.

ERICKSON, F. **Conceptions of school culture: an overview**. Educational Administration Quarterly, v. 23, n. 4, nov. p. 11-24. 1987.

FALKEMBACH, E. M. F. **Diário de Campo: um instrumento de reflexão**. Revista Contexto/Educação, Ijuí, v. 2 n.7, p 19-24, 1987.

FERNANDEZ, L. **Dos Cantos de como se fez um teatro inventado: práticas artísticas com jovens em unidades de acolhimento institucional**. Dissertação de Mestrado curso em Artes Cênicas. UNB, Brasília (DF) 2016.

FONSECA, C. **Conexões internacionais em famílias acolhedoras**. Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, 13, 154-173, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro, 1997 Editora Paz e Terra.

GIVEN, L. M. **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. V.1 e 2. California, SAGE Publications, 2008.

GOMES, ADRIANA ALICE. **O direito à participação de adolescentes em acolhimento institucional a partir de suas perspectivas**. Orientadora Irene Rizzini. Rio de Janeiro, 2017. 222 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- PUC RIO.

GONÇALVES, H. S. **Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade**. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 207-219, nov. 2005.

GULASSA, M. L. (org). **Novos Rumos do acolhimento institucional**. Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Criança e adolescente - NECA, 2010.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. (1970) **Vocabulário de psicanálise**. 2 ed. Santos: Martins Fontes.

LÉMERE. **Sujeito do direito, sujeito do desejo**. In: ALTOÉ, S. (org). Sujeito do direito, sujeito do desejo: direito e psicanálise. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. **Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital**. Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.

LIMA, Anselmo. **Apresentação**. In: RIZZINI ET AL. Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

MALUCCIO, A. N.; AINNSWORTH, F. . **Drug use by parents: A challenge for family reunification practice**. Children and Youth Services Review, 25(7), 511-533, 2003.

MATTOS, CLG. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. Etnografia e educação: conceitos e usos [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.

MÓDULO Criança e Adolescente - MCA. **21º Censo da População Infantojuvenil Acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em: Acesso em: janeiro de 2018.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento**. 5 edição. São Paulo: HUCITEC Abrasco, 1998.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETO, José Paulo. **Cinco Notas A propósito da questão social**. Revista Temporalis- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2 nº 3 Jan/Jul/2001) Brasília. ABEPSS Graflin, 2001. p. 55.

OLIVEIRA, A. C. **Famílias, cuidados e políticas públicas no Brasil Contemporâneo**. Acervo, Rio de Janeiro, v.30,nº1 , p.195-208, jan/jun, 2017.

OLIVEIRA, A. C; AMERICANO, N. S. **Crianças e Adolescentes em situação de rua: A difícil arte de cuidar**. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005 (2º edição) 116p.; 23cm - (caderno de Educação popular, 28).

OLIVEIRA, A. P. G.; MILNITSKY-SAPIRO, C. **Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: Abrigo e provisoriade**. Psicologia: Ciência e Profissão, 27(4),622-635. (2007). doi: 10.1590/S1414-98932007000400005.

OLIVEIRA, D. O. F.; TERZIS, A. **Vínculo e instituição: desenvolvimentos teóricos no campo da psicanálise**. XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas - 29 e 30 de setembro de 2009. Anais. ISSN 1982-0178.

OLIVEIRA, M. A. C.; EGRY, E. Y. (1997). **A adolescência como constructor social**. Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano 7(2) p.12-21.

OZELLA, S. (org.). **Adolescência e os psicólogos: A concepção e a prática dos profissionais**. In S. Ozella (org), Adolescências Construídas – A visão da Psicologia sócio-histórica. (pp.17- 40) São Paulo: Cortez, 2003.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. Análise Social, v. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social**. In: Revista Temporalis. CFESS, 2003.

PICHON-RIVIÈRE, E (1980) . **Teoria do vínculo** . Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PINE, B.; SPATH, R.; GOSTELI, S. **Defining and achieving family reunification**. In G. Mallon & P. Hess (Orgs.), Child welfare for the twenty-first century: A handbook of practices, policies, and programs (pp. 378-391). New York: Columbia University Press. 2005.

RIZZINI, I; CARVALHO, T.; COUTO, R. **População infantil e adolescente em situação de rua: temas em destaque em âmbito internacional**. Rio de Janeiro. CIESPI: FAPERJ. (Fundação de Amparo à pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) PUC RIO, 2017. 1ª edição 2018.

RIZZINI, Irene ET AL. **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RIZZINI, Irene. ET AL. **Acolhendo crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2007.

RIZZINI, Irene. et. al. **Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro**. Revista O Social em Questão, n. 21, 2012, Departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

RIZZINI, I. (Coord.). **Pesquisa Políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua: desafios da implementação**. Rio de Janeiro: FAPERJ, Cientista do Nosso Estado, 2014-2017 (CNE FAPERJ, Ref. N° E-26/201.274/2014).

RIZZINI. I; PILLOTI, F. **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, São Paulo, Loyola, 2004.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.; NAIFF L.; BATISTA, R. **Acolhendo Crianças e adolescentes: experiência de Promoção do direito à convivência familiar e comunitária**. 2ª ed. São Paulo; Cortez: Brasília, DF: UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro, PUC-RIO. 2006.

RIZZINI, I. ZAMORA, M^a H. CORONA, R. F. **Niños y adolescentes creciendo em contextos de pobreza, marginalidad y violencia em América Latina**. Rio de Janeiro. CIESPI. 2006.

ROSA, E. M.; NASCIMENTO, C. R. R.; MATOS, J. R.; SANTOS, J. R. **O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional**. Estudos de Psicologia, n.17, p.361-368, set./dez. 2012.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **A criança e o adolescente como sujeito ativo e de direitos no processo de acolhimento institucional: uma longa história ainda inacabada**. In: ROSSETTI-FERREIRA et al. O Acolhimento Institucional na perspectiva da Criança. São Paulo: Hucitec, 2011.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C.; SÓLON, L.A.G.; ALMEIDA, I.G. **A delicada arte da conversa e da escuta**. In: BERNARDI, D. C. F. (org.). Cada caso é um caso: a voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

SARAMAGO, JOSÉ. **O conto da ilha desconhecida**. Companhia das letras:SP, 1997.

SARMENTO, M. J. (Mimeo). **Imaginário e culturas da infância**. Editora: local, 2002.

SARTI, C. A. **A Família como Ordem Simbólica**. Psicologia USP, 2004, 15(3), 11-28.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios**. São Paulo: UNESP, 2004.

SILVA, S. C. **A escola e a rua: interação possível?** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.37, p. 67-87, abril 2005.

SILVA, M. R. S., & Nunes, K. S. (2004). **Avaliação e diagnóstico do processo de reinserção familiar e social de crianças e adolescentes egressos de uma casa de passagem**. Cogitare Enfermagem, 9(1), 42-49.

SILVA, T.; LEHFELD, N. A. **O SUAS em Movimento: Desafios Postos ao reordenamento da rede de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e adolescentes e Jovens**. I Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e desenvolvimento Social. Franca, São Paulo, 2014.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. In: GERHARDDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. P. 31 -42.

SIQUEIRA, A. C. **Crianças, adolescentes e transições ecológicas: Instituições de abrigo e família como contextos de desenvolvimento**. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

SIQUEIRA, A. C.; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO D. D. (2006). **A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no Sul do Brasil**. Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, 40(2), 149-158.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. **Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 17(3), 134-146, 2007.

SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, L. T., & DELL'AGLIO, D. D. . **Reinserção familiar de adolescentes: Processos malsucedidos**. Paidéia (Ribeirão Preto), 21(50), 2011. Disponível em: www.scielo.br/paideia. Acesso em: dezembro 2018.

SOARES, S.M.G. **Família – abrigo - rua: construção de significados dos adolescentes nas passagens por contextos de desenvolvimento.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação de Psicologia. Recife, 2012.

SPOSATI, A. **Mínimos sociais e seguridade: uma revolução da consciência da cidadania.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Ano XVIII, n.º 55, p. 9-38, novembro de 1997.

TAVARES, R.C. **O pertencimento social como um direito universal.** Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ci-S Hum-S, Florianópolis, Santa Catarina, ISSN 1984-8951. V.15, nº 106, p.179-201. Jan/jun, 2014.

TINOCO, V. **O luto em instituições de abrigamento: um desafio para cuidadores temporários.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

VOGEL, A.; MELLO, M.S. **"Da casa a rua: a cidade como fascínio e descaminho"**. In : Fausto, A e Cervini, R. (Eds). O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil Urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez editora, 1991.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editora, 2001.

WEBER, L. N.; KOSSOBDUDZKI, L. H. (1996). **Filhos da solidão.** Curitiba: Governo do Estado do Paraná.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação.** Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D.W. **Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: d. winnicott, O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

YUVAL-DAVIS, N. **Belonging and the politics of belonging.** Patterns of Prejudice, v.40, n. 3, p. 197-214, jul. 2006.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre : EDIPUCRS, 2007.

7 Apêndices

7.1 Termo de Assentimento para Adolescentes

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

“A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito à convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora: Carla Moreira Cerqueira de Santana- mestranda do Curso de pós-graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC-Rio), Departamento de Serviço Social. Psicóloga da Unidade de Reinserção Social Bangu(URS Bangu). Telefone:(21) 992748927.

Orientação: Irene Rizzini - Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio. E-mail: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com. Telefone: (21) 96765-9491 Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio) - (21) 3527-1618.

Nessa pesquisa, irei analisar a participação de adolescentes acolhidos na URS Bangu no processo de desligamento do acolhimento institucional, tendo como base seu direito à convivência familiar e comunitária.

A pesquisa será realizada na Unidade de Reinserção Social Bangu-URS Bangu, localizada na rua Abelardo Bittencourt,181 Bangu. Instituição pública de acolhimento do município do Rio de Janeiro.

Os adolescentes que vão participar desta pesquisa têm entre 12 e 18 anos (incompletos) de idade que estão acolhidos na URS Bangu.

Esperamos que este estudo contribua para implementação de políticas públicas que incentive a participação dos adolescentes e suas famílias no processo de reinserção familiar e comunitária. Sendo assim, a sua participação será de grande importância para este estudo. No entanto, não precisa participar se não quiser, é um direito seu, e não tem nenhum problema se desistir. Não haverá nenhuma penalização ou constrangimento pela saída do participante da pesquisa.

As observações serão realizadas durante as oficinas que ocorrem na URS Bangu e serão registradas em diário de campo. A participação dos adolescentes nas oficinas ou nos grupos focais é facultativa.

A pesquisa não vai gerar ganhos ou custos financeiros.

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora responsável.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O material da pesquisa será arquivado pela pesquisadora responsável e será destruído após 5 (cinco) anos da realização da pesquisa.

Cabe informar que a cópia recebida pelo participante será assinada.

Consentimento - Assinaturas dos adolescentes

Eu, _____
_____, aceito participar da pesquisa **“A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito à convivência familiar e comunitária”**.

Eu entendi que posso aceitar participar agora e depois desistir sem que ninguém fique bravo ou chateado comigo. Eu entendi as coisas boas e ruins que podem acontecer.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas, disseram que posso perguntar outras coisas sobre a pesquisa quando eu quiser e conversaram com meus responsáveis.

Eu recebi uma cópia deste documento (assinada), li e concordei participar desta pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do responsável pela pesquisa

Pesquisa: “A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito a convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora: Carla Moreira Cerqueira de Santana (mestranda em Serviço Social PUC-RIO).

7.2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional junto a crianças e adolescentes

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

“A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito à convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora: Carla Moreira Cerqueira de Santana- Mestranda em Serviço social do Centro de Ciências Sociais - Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica- PUC-RIO.

E- mail:carlamcdesantana@gmail.com. Telefone (21) 992748927

Orientadora: Irene Rizzini - Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) E-mail:irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com. Telefone: (21) 96765-9491. Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio) - (021) 3527-1618.

A proposta central desta pesquisa é analisar a participação de adolescentes acolhidos no processo de desligamento do acolhimento institucional, tendo como base seu direito à convivência familiar e comunitária. Além de analisar os dados quantitativos que dimensionem a questão do acolhimento institucional, especialmente no município do Rio de Janeiro, como por exemplo : o número de evasões regressos de adolescentes ao acolhimento.

Para alcançar tais objetivos a pesquisa de campo se mostra mais adequada. O local será uma unidade de reinserção social de Bangu (URS

Bangu). Os instrumentos utilizados serão o diário de campo e a observação participante, uma vez que, a pesquisadora faz parte da equipe técnica da instituição de acolhimento, onde ocorrerá a pesquisa.

A pesquisa também tem como objetivo compreender como o pertencimento e a participação dos adolescentes contribuem para o desligamento institucional e conseqüentemente favorecer a convivência familiar e comunitária como bem aponta as orientações legais.

Vale ressaltar que não serão usados questionários, nem imagens

Benefícios e riscos resultantes da pesquisa

Esperamos que este estudo contribua para implementação de políticas públicas que incentive a participação dos adolescentes e de sua família no processo de reinserção familiar e comunitária.

Não haverá nenhuma penalização ou constrangimento pela saída do participante da pesquisa.

A identidade do participante será preservada, assim como, qualquer constrangimento que surgirem durante o período da pesquisa deve ser informada para que as providências necessárias sejam tomadas.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo.

Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. Em relação aos sujeitos pesquisados e pesquisador, durante todo o processo de produção desse projeto, não se vislumbram riscos à saúde e à segurança dos mesmos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos e desconfortos imprevisíveis de acordo com o tema discutido, nas oficinas e nos grupos focais, por estarmos lidando com situações e momentos de intensa fragilidade na vida de adolescentes e profissionais envolvidos. Entretanto, os benefícios se mostram ainda maiores e podem ser multiplicados a partir de trabalhos e documentos produzidos com os dados coletados.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O material da pesquisa será arquivado pela pesquisadora responsável, que o destruirá após 5 (cinco) anos.

Cabe informar que a cópia recebida será assinada.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos.

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora responsável.

Assinatura do Responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional junto a crianças e adolescentes

Eu, _____
 _____, nacionalidade _____,
 CPF _____, portador/a da carteira de identidade
 nº _____, emitida pelo _____, residente e
 domiciliado/a na cidade _____,
 declaro que autorizo a realização da pesquisa junto a coordenação, equipe
 técnica, educadores sociais e usuários do Serviço de Acolhimento
 Institucional pelo qual sou responsável.

Entendi que posso concordar com a realização da pesquisa, mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer qualquer penalidade. A pesquisadora explicitou os objetivos da pesquisa, esclareceu minhas dúvidas e conversou sobre a metodologia utilizada. Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, li e concordo com a realização da pesquisa. Nesse caso, autorizo o uso dos relatos registrados durante as oficinas ou grupos focais que ocorrem dentro do espaço institucional da URS Bangu. Assim como, acesso a documentos

relacionados a temática da pesquisa, como por exemplo os registros de evasões , reinserções, colocação em família substituta e regressos dos adolescentes acolhidos. Com o objetivo de colaborar nos estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Eu recebi uma cópia deste documento (assinada), li e concordei participar desta pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável pelo Serviço de Acolhimento Institucional junto a crianças e adolescentes.

Assinatura do responsável pela pesquisa.

Pesquisa: “A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito a convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora responsável: Carla Moreira Cerqueira de Santana (mestranda em Serviço Social-PUC RIO)

7.3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Coordenadores e equipe profissional

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário da pesquisa:

“A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito à convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora: Carla Moreira Cerqueira de Santana- Mestranda em Serviço social do Centro de Ciências Sociais - Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica- PUC-RIO.

E- mail: carlamcdesantana@gmail.com. Telefone (21) 992748927

Orientadora: Irene Rizzini - Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social e Diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio) E-mail: irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com. Telefone: (21) 96765-9491. Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Rio (CEPq-PUC-Rio) - (021) 3527-1618.

A proposta central desta pesquisa é analisar a participação de adolescentes acolhidos no processo de desligamento do acolhimento institucional, tendo como base seu direito à convivência familiar e comunitária. Além de analisar os dados quantitativos que dimensionem a questão do acolhimento institucional, especialmente no município do Rio de Janeiro, como por exemplo : o número de evasões regressos de adolescentes ao acolhimento.

Para alcançar tais objetivos a pesquisa de campo se mostra mais adequada. O local será uma unidade de reinserção social de Bangu (URS Bangu). Os instrumentos utilizados serão o diário de campo e a

observação participante, uma vez que, a pesquisadora faz parte da equipe técnica da instituição de acolhimento, onde ocorrerá a pesquisa.

A pesquisa também tem como objetivo compreender como o pertencimento e a participação dos adolescentes contribuem para o desligamento institucional e conseqüentemente favorecer a convivência familiar e comunitária como bem aponta as orientações legais.

Vale ressaltar que não serão usados questionários, nem imagens

Benefícios e riscos resultantes da pesquisa

Esperamos que este estudo contribua para implementação de políticas públicas que incentive a participação dos adolescentes e suas famílias no processo de reinserção familiar e comunitária.

A identidade do participante será preservada, assim como, qualquer constrangimento que surgirem durante o período da pesquisa deve ser informada para que as providências necessárias sejam tomadas.

Garantia de esclarecimento, liberdade de recusa e garantia de sigilo.

Em toda pesquisa envolvendo seres humanos há riscos. Em relação aos sujeitos pesquisados e pesquisador, durante todo o processo de produção desse projeto, não se vislumbram riscos à saúde e à segurança dos mesmos. É possível que ocorram momentos de constrangimentos e desconfortos imprevisíveis de acordo com o tema discutido, nas oficinas e nos grupos focais, por estarmos lidando com situações e momentos de intensa fragilidade na vida de adolescentes e profissionais envolvidos. Entretanto, os benefícios se mostram ainda maiores e podem ser multiplicados a partir de trabalhos e documentos produzidos com os dados coletados.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O material da pesquisa será arquivado pela pesquisadora responsável que o destruirá após 5 (cinco) anos.

Cabe informar que a cópia recebida será assinada.

Custos da participação, ressarcimento e indenização por eventuais danos.

Não haverá para o participante voluntário qualquer despesa e não haverá nenhuma compensação financeira adicional. Os custos resultantes da pesquisa ficarão a cargo da pesquisadora responsável.

Assinaturas dos Coordenadores e/ou Profissionais

Eu, _____
 _____, nacionalidade _____, CPF _____,
 portador/a da carteira de identidade nº _____, emitida pelo
 _____, residente e domiciliado/a na
 cidade _____, declaro que aceito
 participar da referida pesquisa. Entendi que posso concordar em participar,
 mas que, a qualquer momento, posso me recusar ou desistir, sem sofrer
 qualquer penalidade.

A pesquisadora explicitou os objetivos da pesquisa, esclareceu minhas dúvidas e conversou sobre a metodologia utilizada. Recebi uma via assinada deste termo de consentimento, li e concordo em participar da pesquisa. Nesse caso, autorizo o uso dos relatos registrados durante as oficinas ou grupos focais que ocorrem dentro do espaço institucional da URS Bangu. Assim como, acesso a documentos relacionados a temática da pesquisa, como por exemplo os registros de evasões, reinserções, colocação em família substituta e regressos dos adolescentes acolhidos. Com o objetivo de colaborar nos estudos realizados para esta pesquisa e destinados à utilização acadêmica e formação de acervo histórico.

Eu recebi uma cópia deste documento (assinada), li e concordei participar desta pesquisa.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do entrevistado

Assinatura do responsável pela pesquisa

Pesquisa: “A Participação de adolescente no processo de desligamento do acolhimento institucional: O direito à convivência familiar e comunitária”.

Pesquisadora responsável: Carla Moreira Cerqueira de Santana
(mestranda em Serviço Social-PUC RIO).